

**Jorge Viana  
no Senado**

**2011**



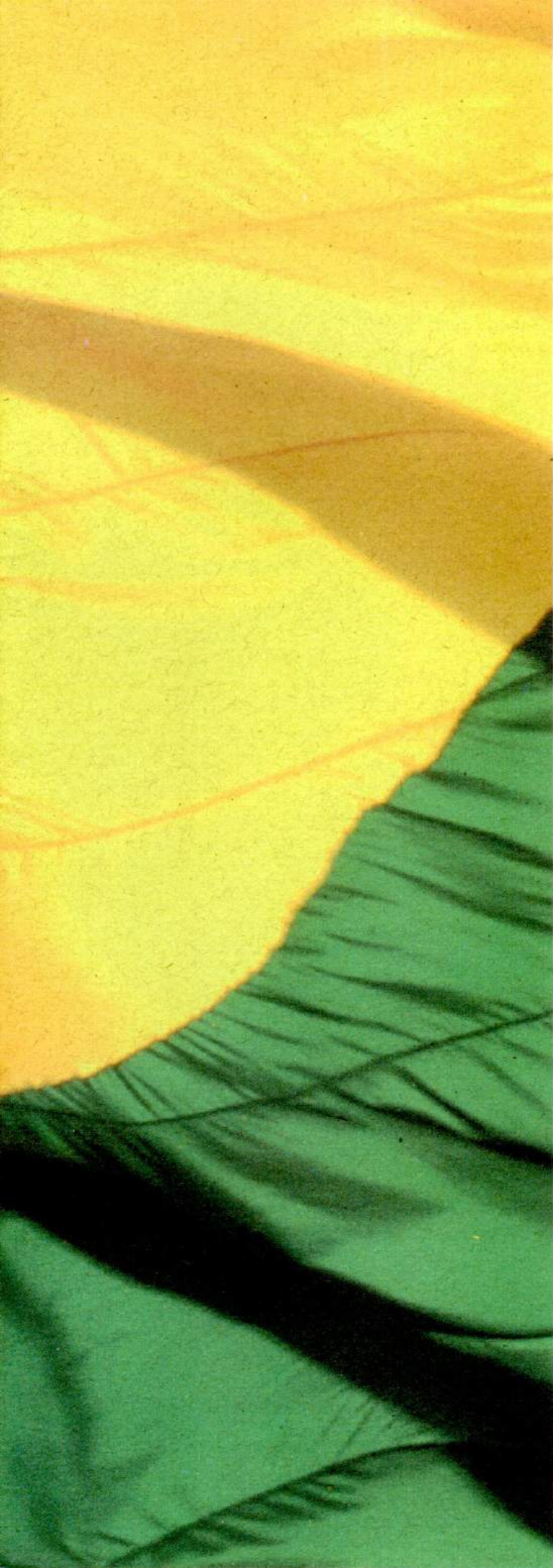
Coleção  
**Grandes  
Temas**

Número 1









“

**E**sta é a primeira publicação do mandato de Jorge Viana como senador da República. Trata-se de uma necessária prestação de contas à sociedade acreana, que deve ser informada sobre as decisões e encaminhamentos realizados ao longo do ano. Afinal, o mandato pertence ao povo do Acre.

Essa revista inaugura uma série de publicações denominada Grandes Temas e tem a intenção de documentar a realização de um dos objetivos centrais deste mandato, que é a promoção de um diálogo permanente com os diversos segmentos da sociedade. A população acreana vai expressar sua opinião sobre temas polêmicos em pauta no Congresso através de audiências públicas, debates, seminários, ou até conversas informais, com a missão de ajudar o senador Jorge Viana a contribuir com os debates nacionais. É aqui que ele aprende o que é realmente importante para o Acre e para o Brasil. ”







# Sumário

<b>Apresentação - Senador Jorge Viana</b> .....	<b>7</b>
<b>O início de um novo desafio</b> .....	<b>9</b>
<b>Reforma Política</b> .....	<b>11</b>
Audiência Pública - "Quem quer ir longe, vai com muitos" .....	<b>12</b>
Saiu na Imprensa .....	<b>16</b>
Tramitação e Resultados .....	<b>20</b>
Glossário .....	<b>22</b>
<b>Royalties do Petróleo</b> .....	<b>25</b>
Audiência Pública – Uma nova distribuição dos Royalties do Petróleo .....	<b>26</b>
Saiu na Imprensa .....	<b>30</b>
Tramitação e Resultados .....	<b>32</b>
Glossário .....	<b>34</b>
<b>Defesa Civil</b> .....	<b>37</b>
Audiência Pública - Região Norte discute fortalecimento da Defesa Civil .....	<b>38</b>
Saiu na Imprensa .....	<b>42</b>
Tramitação e Resultados .....	<b>46</b>
Glossário .....	<b>48</b>
<b>Código Florestal</b> .....	<b>51</b>
Audiência Pública - A batalha do Código Florestal .....	<b>52</b>
Saiu na Imprensa .....	<b>54</b>
Tramitação e Resultados .....	<b>62</b>
Glossário .....	<b>66</b>
<b>Primeiro Ano de Mandato</b> .....	<b>69</b>
Opinião do Senador - Missão urgente.....	<b>70</b>
Opinião do Senador - Aposta no Futuro.....	<b>71</b>
Opinião do Senador - Saídas Virtuosas .....	<b>73</b>
Síntese da Atuação Parlamentar .....	<b>74</b>
DIAP – Os cem cabeças do Congresso .....	<b>81</b>







# Apresentação

**P**olítica quando exercida com ética, honestidade e responsabilidade é, talvez, a melhor maneira de se promover mudanças na vida das pessoas, na sociedade e no mundo que vivemos. Para mim, é um privilégio ter minha vida vinculada à atividade política. Comecei cedo no movimento estudantil, sempre militando no PT. Com o apoio da Frente Popular tive a oportunidade de exercer o cargo de prefeito de Rio Branco, nossa capital, e o governo do Acre por dois mandatos.

Agora tenho mais um grande desafio na minha vida: exercer bem o mandato de Senador da República. Sempre inspirado nos ideais de Chico Mendes e na extraordinária história do povo acreano, trago para este mandato os mesmos princípios que nortearam o exercício dos cargos públicos que ocupei. Procuro exercê-lo da mesma forma que comecei a jornada que me trouxe até aqui: ouvindo as pessoas, tendo contato permanente com a realidade e mantendo viva a esperança e os sonhos de seguirmos melhorando a vida do povo no nosso Acre e no Brasil.

O Senado é a mais importante Casa Legislativa do país. É a Casa da Federação. O Acre já teve grandes senadores, com destaque para a atuação da senadora Marina Silva e do senador Tião Viana, que conquistaram o respeito do Senado e do Brasil com seus mandatos. Tião Viana chegou a ocupar a presidência. Seguindo a atuação destes dois grandes senadores acreanos e o exemplo do presidente Lula e do governador Binho Marques, tenho procurado colaborar com o governo da presidente Dilma Roussef, com o governo do Tião Viana e com nossas prefeituras, para ser um senador verdadeiramente de todos, inclusive dos que não votaram em mim.

Neste primeiro ano de mandato, procurando sempre aprender e contando com o senador Aníbal Diniz, tive a oportunidade de lidar com temas da maior importância para o nosso país e para o nosso Estado. Com dedicação, e procurando sempre cuidar desse mandato que o povo acreano me deu, tenho priorizado servir aos que mais precisam. Procurei conciliar o trabalho em Brasília com a vida no Acre, com o apoio de uma boa equipe e a solidariedade de todos, concluí esse primeiro ano.

Com esta publicação compartilho com todos o meu trabalho como senador no ano de 2011. Agradeço aos que me ajudaram nessa jornada lembrando um provérbio africano que me ensinou D. Moacyr Grechi: quem tem pressa vai sozinho. Quem quer ir longe vai com muitos.

**Jorge Viana**

Senador pelo PT do Acre







# O início de um novo desafio

**E**m 1992 quando ganhou a primeira eleição (foi eleito prefeito de Rio Branco), Jorge Viana abriu mão das comemorações tradicionais e optou por dois eventos: uma missa de agradecimento na Colônia Souza Araújo e uma comemoração com as crianças do Educandário Santa Margarida. O mesmo gesto ele repetiu em 1998 quando foi eleito governador do Acre e, em 2002, quando foi reeleito.

“Muito antes de entrar na política, já mantinha um forte vínculo com essas instituições, através do trabalho que era realizado pela minha família. Um trabalho que eu continuo fazendo independente de ocupar ou não função pública”. Cedo, Jorge Viana aprendeu com os pais, Sr. Wildy e D. Silvia, que para dar passos importantes na vida é preciso estar próximo das pessoas, ouvir a todos e, em especial, estender a mão àqueles que mais precisam.

No início do mandato de senador, Jorge Viana não fez diferente. Já em fevereiro deste ano, junto com o senador Aníbal Diniz, visitou o Educandário Santa Margarida e a Comunidade Arco-Iris. Em seguida, o Lar dos Vicentinos e a Colônia Souza Araújo.

“Tenho um carinho muito especial por essas pessoas que, apesar da imensa dificuldade, são capazes de sorrir. Desde que comecei minha vida pública, e até mesmo antes dela, aprendi com meus pais, com o presidente Lula e com o bispo Dom Moacyr o valor da vida. Todo ser humano merece respeito, cuidado e atenção. Independente de doar qualquer coisa, para essas pessoas o importante mesmo é você estar aqui”, diz.

Além disso, mantendo uma de suas principais marcas políticas, fez questão de viajar os 22 municípios acreanos para ouvir a população dos mais distantes lugares. Das cabeceiras dos rios - do Icuriã à Foz do Breu -, às comunidades urbanas - de Assis Brasil a Marechal Thaumaturgo - revendo antigos amigos, conversando com homens e mulheres da cidade e da floresta, funcionários públicos, políticos, empresários, índios e seringueiros.

“Fiz a opção de trabalhar pela causa do Acre e por isso aceitei o desafio de entrar na vida pública. O povo do Acre me deu muitas oportunidades. Sou grato a cada uma delas. Eu ajudei e fui ajudado. É por isso que não posso iniciar uma nova etapa, sem antes conversar com essas pessoas. Principalmente agora que, além de continuar ajudando o Acre, preciso estar preparado para os desafios do Brasil e do Mundo”, disse Viana.

Antes mesmo de completar 90 dias de mandato, Jorge Viana, acompanhado pelo senador Aníbal Diniz, havia visitado todos os municípios acreanos.

Em todos os lugares por onde passou, o senador Jorge Viana reafirmou seu compromisso com as causas do Acre. E não apenas isso. Fez questão de colocar seu mandato à disposição e ouvir as demandas de cada lugar. Muitas delas colocadas em prática através de emendas parlamentares para o exercício de 2012 ou submetidas às instituições públicas competentes. Ao mesmo tempo, teve a oportunidade de se reencontrar com o Acre interior e assim se alimentar para enfrentar os inúmeros embates que o esperavam no árido território do Planalto Central.

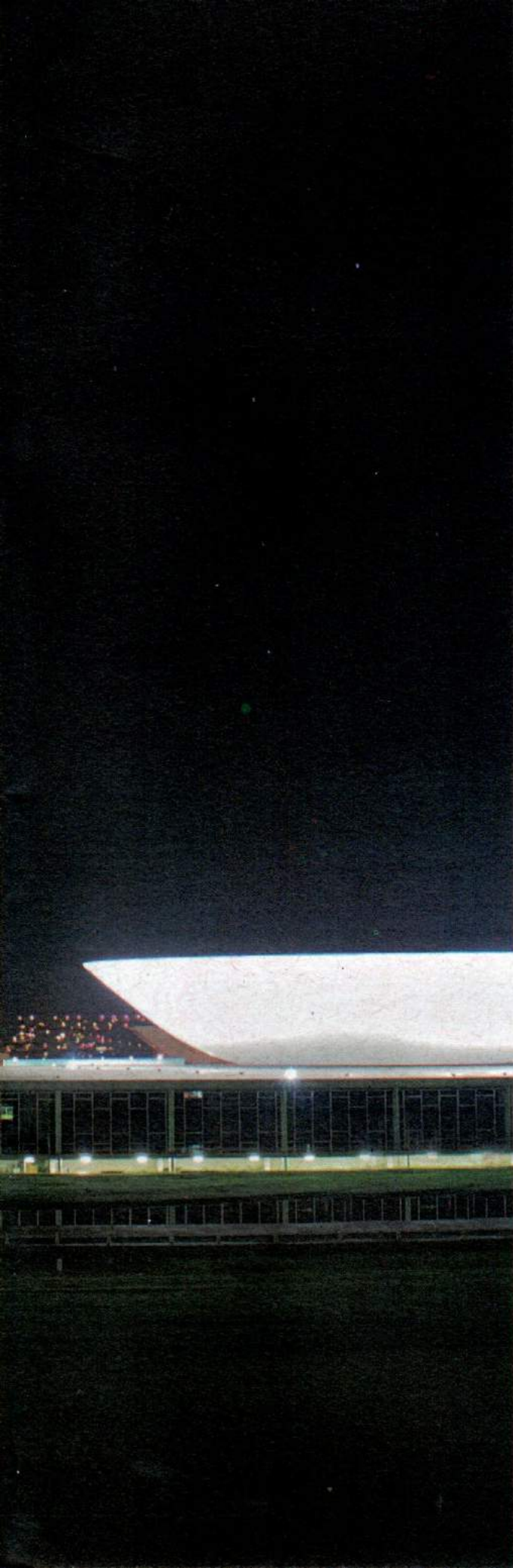


# 2

## Reforma Política







# Reforma Política

**P**oucos temas possuem tanto consenso na opinião pública brasileira quanto a necessidade de se promover uma profunda reforma política em nosso país. Porém, ao mesmo tempo, poucos são os temas tão espinhosos e complexos quanto esse. Diante disso, no início do ano legislativo de 2011, uma Comissão Especial foi formada no Senado Federal e encarregada de elaborar propostas capazes de fazer avançar essa questão fundamental da agenda política nacional.

Em fevereiro, seu primeiro mês de atuação, o senador Jorge Viana foi nomeado para integrar essa Comissão Especial. Por seu alto grau de complexidade, esse colegiado foi constituído por 15 senadores escolhidos dentre aqueles com maior experiência legislativa e executiva por já terem ocupado os cargos de Presidente da República ou de Governador de Estado.

E já nesta primeira missão oficial o senador Jorge Viana estabeleceu um padrão de atuação do mandato: ouvir os acreanos, saber sua opinião e encontrar no diálogo com diferentes setores e lideranças as propostas mais adequadas ao jeito acreano de ver e de viver a política. Duas audiências públicas foram realizadas, uma em Rio Branco e outra em Cruzeiro do Sul, com a participação de políticos, empresários, formadores de opinião, líderes partidários, sindicalistas e demais cidadãos interessados.



## “Quem quer ir longe, vai com muitos”

**D**ez dias depois de empossado senador, Jorge Viana foi designado pelo presidente da Casa, José Sarney, para integrar a comissão encarregada de fazer o anteprojeto de Reforma Política para o país. A missão era de grande responsabilidade e, antes mesmo da instalação oficial, Jorge Viana já estava planejando trazer o tema para o Acre.

A primeira audiência pública sobre o assunto aconteceu em Rio Branco, no final de março. Jorge Viana trouxe o especialista em Direito Constitucional, Thales Machado, consultor do Senado. O senador Aníbal Diniz, companheiro de partido e de muitas batalhas, ajudou na discussão e o publicitário Gil-

berto Braga foi convidado especialmente para uma palestra. O prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, o deputado federal Sibá Machado e os deputados estaduais Eduardo Farias e Geraldo Pereira também participaram.

Os acreanos têm a fama de adorar conversas sobre política. Um convite oficial, com hora marcada, portanto, é muito bem-vindo. Não foi surpresa, então, o auditório da Biblioteca Pública da capital ter lotado. Compareceram dirigentes de organizações civis, sindicatos, funcionários públicos, jornalistas, artistas, estudantes, professores, políticos jovens e outros mais calejados.







Foto: Karen Alauio

Em abril, o senador levou a discussão para o Juá. O auditório do Teatro José de Alencar, em Cruzeiro do Sul, recebeu líderes dos movimentos social, sindical, de partidos políticos, assim como vereadores de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e, claro, de Cruzeiro do Sul. Os prefeitos Wagner Sales, de Cruzeiro, e Cleidson Rocha, de Mâncio Lima, também participaram da audiência pública.

A maior preocupação de Jorge Viana era que a discussão não ficasse restrita aos militantes do PT e da Frente Popular, mas que fosse suprapartidária. Assim foi.

### **Reforma urgente. Mas como?**

A diversidade de pensamentos na platéia foi enorme. Mas um princípio era comum a todos: a Reforma Política era necessária e urgente. E mais: a sociedade precisava se informar sobre o que estava sendo proposto. Para começar, os nomes que apareciam em jornais ou na televisão eram, no mínimo, instigantes: distritão, lista fechada, quociente eleitoral, fundo partidário... O prefeito Cleidson Rocha resumiu o sentimento de todos: “Estou na política, sou professor e confesso que não entendo direito o que é voto distrital.”

Desde o início, o senador Jorge Viana condenou o que ele chama de “judicialização” da política, ou seja, todas as dúvidas sobre disputas eleitorais acabam na justiça. “Essa insegurança jurídica existe por causa do Parlamento e não pode continuar”, afirmou.

O senador Aníbal Diniz anunciou algumas teses do Partido dos Trabalhadores para a reforma: financiamento público de campanha, lista fechada para fortalecer os partidos, fidelidade partidária e fim das coligações proporcionais. E comentou: “Construir consenso é muito difícil quando não há disposição em ceder. Aqui no Acre, por exemplo, o fim das coligações seria bom para o PT, mas os aliados se sentiriam prejudicados”.

O publicitário Gilberto Braga, obrigado a dominar as regras eleitorais por força da profissão, reclamou: “Nunca se sabe as regras, mudam sempre.” Mas reconheceu – e todos concordaram – que o sistema eleitoral é um dos melhores do mundo: a urna é eletrônica, a apuração é a mais rápida, confiável. “O processo eleitoral, no entanto, é um aprendizado da nação”, disse. E explicou: “Depois da redemocratização, tivemos quinze eleições e cada uma foi de um jeito. Em 1989, por exemplo, o presidente da República foi eleito por cinco anos; em 1994, o mandato passou para quatro anos, sem reeleição e, em 1998, já se admitia a reeleição. Depois, veio a verticalização, em seguida a sua retirada e assim por diante.”

Gilberto Braga observou ainda que o voto distrital, apresentado como novidade, na verdade, já era utilizado nos tempos do Império, para eleger os deputados da Corte.

A lista fechada e pré-ordenada para eleger os candidatos proporcionais deveria fortalecer os partidos e



não os políticos, defendeu o presidente do PT acreano, Leonardo Brito. A tese trouxe outra questão polêmica para a discussão: a fidelidade partidária. Afinal, o mandato é do partido ou do eleito? E o que acontece com quem entra em determinado partido para “pegar carona” nos votos da sigla e, depois de eleito, troca de legenda?

As indagações esquentaram o debate. O ex-deputado constituinte Narciso Mendes foi taxativo: “Mudou de partido, perdeu o mandato.” O deputado estadual pelo PT Geraldo Pereira confessou que, algumas vezes, mesmo na Assembléia, é difícil lembrar a qual partido pertencem alguns parlamentares. Em Cruzeiro do Sul, Marcelo Siqueira, professor da UFAC, disse que, muitas vezes, o eleitor sequer sabe a sigla do candidato no qual votou.

Mazinho Rogério, do PSB de Cruzeiro do Sul, se definiu como vítima de uma distorção da lei eleitoral: “Fui o candidato a vereador mais votado em 2008. Mas não fui eleito. Alguém explica por que não sou vereador?”

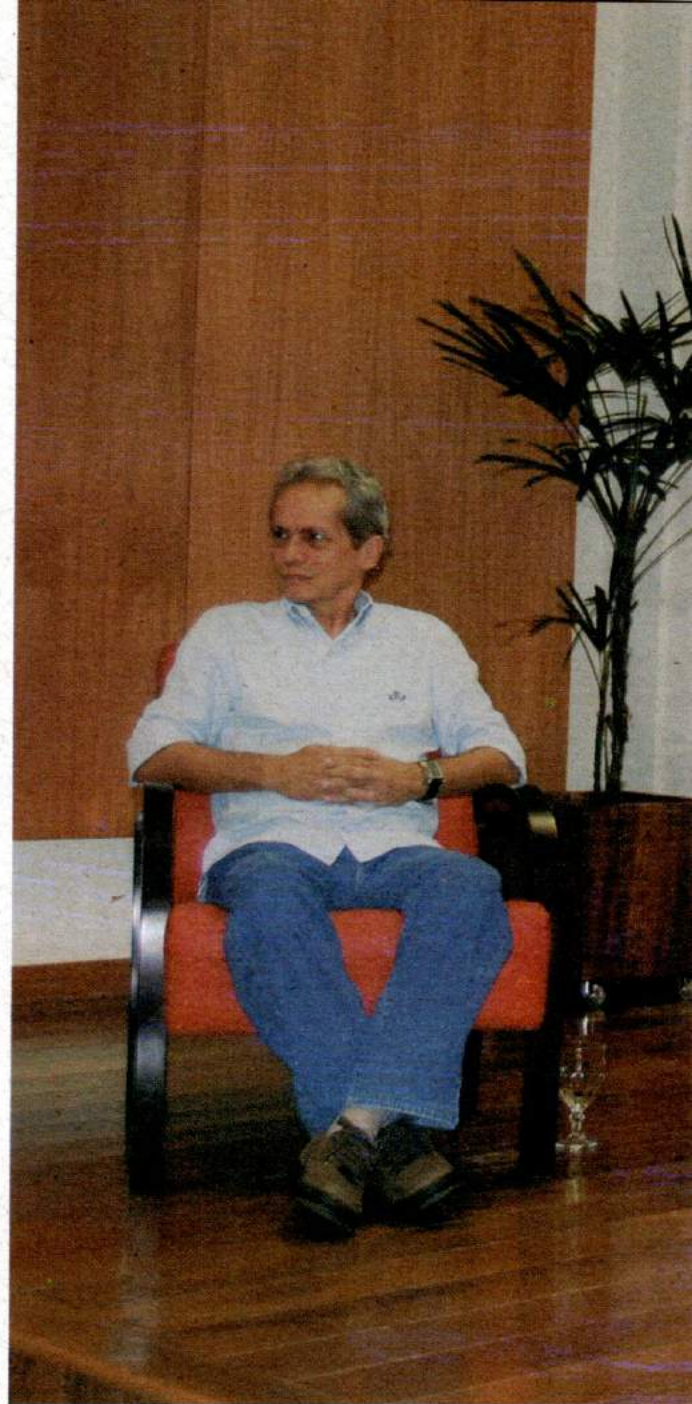
O advogado Thales Machado lembrou que, no Brasil, prevalece a cultura de votar nas pessoas e não nos partidos, o que, para ele, é um grande engano. E provou: “O Enéas foi eleito em 2002 com mais de um milhão e quinhentos mil votos e, assim, conquistou mais cinco vagas na Câmara Federal para candidatos do seu partido. Quatro deles tiveram menos de mil votos. Mesmo assim, foram eleitos. As pessoas pensaram que não, mas votaram no PRONA quando votaram no Enéas porque o sistema proporcional dá prioridade aos partidos”.

Thales Machado explicou que “votar em alguém é, antes de tudo, votar nas idéias que a pessoa representa”. Ele fez a pergunta fundamental: “Queremos um sistema político baseado em partidos ou em pessoas?” O ex-deputado Constituinte Osmir Lima acha que “permanentes são os partidos, não as pessoas. Nós passamos, os partidos ficam”.

### **Quem paga as contas?**

Não houve consenso sobre este assunto nem em Rio Branco nem em Cruzeiro do Sul. O financiamento exclusivamente público das campanhas defendido pelo PT não agradou a todos. O historiador e cientista político Ermício Sena pediu cuidado para que a proposta de financiamento público puro e simples não deixe possibilidade para a existência de “caixa dois”. Para o deputado estadual Eduardo Farias, do PC do B, a reforma eleitoral deve fortalecer os partidos e, para tanto, é fundamental o financiamento público das campanhas.

Thales Machado lembrou: as campanhas são caras. O setor privado pode financiar, mas alertou: “todo mundo sabe que não existe almoço de graça”. Também



adiantou a pergunta inevitável para quem defende o financiamento público: “Por que dar dinheiro para político fazer campanha e não para educação e saúde?”

### **Nova forma de conversar**

Pensando na credibilidade das instituições, o ex-deputado federal Chicão Brígido indagou: “Estamos cuidando bem da nossa democracia? O cidadão não acredita na Câmara, nem na Assembléia, e vai ao Ministério Público. Os partidos têm que respeitar a democracia como um valor do cidadão”. O artista plástico Dalmir Ferreira, que já presidiu o Conselho Estadual de Cultura, defendeu a ideia de que a democracia não pode ficar restrita ao ato de votar e revelou que considera a reeleição “um crime terrível”.





Foto: Karen Araujo

O líder da juventude do PT Cesário Campelo quis deixar claro que Reforma Política é diferente de reforma legislativa e defendeu a ampliação da participação popular nas discussões políticas. Ele sugeriu que os administradores públicos fossem avaliados no meio do mandato: “Muitas vezes é preciso um recall.”

O filósofo e ex-deputado federal Marcos Afonso avaliou que, tão importante quanto o tema do seminário, foi o fato do debate reunir “uma parte significativa da inteligência acreana, com todas as suas divergências, o que deixa este momento riquíssimo”.

De fato, as audiências públicas sobre a Reforma Política não tinham o objetivo de votar proposições. “Estes encontros existem justamente para que possamos escutar as reflexões das pessoas. Ninguém deve se

sentir vitorioso ou derrotado neste debate”, anunciou o senador Aníbal Diniz.

O especialista Thales Machado reforçou: “A política é o espaço das idéias coletivas”. O prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, completou: “Esta é a mãe de todas as reformas. É o momento de fazê-la, mesmo que o resultado final não seja exatamente o que o meu partido quer.”

Jorge Viana concordou: “Pode ser que a gente não faça uma grande reforma, mas temos o dever de melhorar, o eleitor tem que ter regras claras, senão a gente desmoraliza a política”. Sobre os seminários realizados no Acre, afirmou: “De qualquer forma, saindo daqui com mais dúvidas ou mais certezas, valeu a pena. Quem tem pressa, vai sozinho. Quem quer ir longe, vai com muitos.”



# Viana integra comissão da reforma política

## SENADO

*Indicado pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Jorge Viana foi escolhido para a comissão por integrar a chamada bancada de notáveis da casa*

### Romerito Aquino (\*)

O senador Jorge Viana (PT-AC) integra desde ontem a comissão de senadores encarregada de elaborar em 45 dias um projeto de reforma política que será posteriormente submetido à análise de todo o Senado. Junto com a Câmara, o Senado começa a se empenhar para também aprovar ainda este ano aquela que é considerada a mais importante reforma constitucional necessária ao Brasil.

Indicado pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Jorge Viana foi escolhido para a comissão por integrar a chamada bancada de notáveis da casa, que é formada por ex-



SENADOR Jorge Viana foi indicado por Sarney

governadores e ex-presidentes da República, tais como Itamar Franco (PPS-MG) e Fernando Collor (PTB-AL).

Além de Jorge Viana, integram a comissão da

reforma política os ex-governadores Aécio Neves (PSDB-MG), Demóstenes Torres (DEM-GO), Roberto Requião (PMDB-PR), Luiz Henrique (PMDB-SC), Wellington Dias (PT-PI),

Pedro Taques (PDT-MT), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Braga (PMDB-AM).

No ato que criou a comissão, José Sarney define como objetivos do órgão analisar as matérias sobre o assunto em tramitação no Congresso Nacional, realizar audiências públicas com especialistas na área, elaborar o relatório final e apresentar o projeto de reforma constitucional aos demais senadores.

A comissão da reforma política também poderá usar a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), solicitar à Consultoria Legislativa da Casa estudos, informações e serviços e indicar, sem remuneração, até 10 especialistas nacionais no assunto para apoiar seus trabalhos.

Na justificativa para formar a comissão e efetivar a reforma política, o presidente do Senado destaca que é preciso fortalecer os partidos políticos no país e que o Brasil cresceu nas áreas econômica e social, "mas ainda não conseguiu realizar uma reforma política, anseio nacional".

(\*) Com Agência Senado.

Fonte: Jornal A Tribuna - 11/02/2011



# Reforma Política é debatida com a sociedade acreana

NELSON LIANO JR.

Os senadores Jorge Viana (PT/AC) e Aníbal Diniz (PT/AC) uniram as estruturas dos seus gabinetes para promover um Seminário sobre a Reforma Política. O evento que aconteceu, ontem, na Biblioteca Pública, em Rio Branco, teve como objetivo ouvir opiniões diversas sobre o assunto. "É um tema que o Brasil inteiro discutirá até outubro. O Acre não pode ficar fora desse debate", disse Jorge.

Aníbal Diniz também ressaltou: "nesse momento em que se está discutindo a Reforma Política é importante ouvir o que as pessoas estão pensando para ver se as posições que vamos defender no Senado estão em sintonia com as aspirações dos acreanos. O Seminário foi muito mais para ouvir do que para falar", disse. O advogado do Senado, Thales Machado, especialista em legislação eleitoral trouxe um histórico das diversas tentativas de concretizar a Reforma Política no país.

Para Jorge Viana a Reforma Política ainda poderá sofrer percalços. "Ninguém dá segurança que vai sair. Mas se a sociedade cobrar e posicionar-se irá ajudar. Mas se não for realizada a responsabilidade será inteiramente da Câmara e do Senado que estarão revelando um posicionamento político de que não quer mudar nada enquanto a população quer mudanças. O próprio Judiciário espera que isso aconteça. A judicialização da política é terrível. Muitas dúvidas são geradas em função disso e a culpa não é do tribunal e nem dos juizes, mas dos legisladores que tem a responsabilidade de fazer leis", argumentou.

## Ficha Limpa

Segundo ele, a Reforma pode aclarar o conteúdo das leis. "Assim foi com a Ficha Limpa uma ideia perfeita de tirar os que têm vida progressiva da disputa eleitoral. Mas não se pode fazer uma lei no ano da eleição porque alteração tem que ser feita um ano antes. O que está em jogo não é se a lei boa ou ruim, mas não podemos mudar a regra do jogo com o jogo acontecendo. Tem que ser tirada a lição para gente não jogar fora leis que podem aperfeiçoar o sistema político brasileiro", garantiu.



Senadores Jorge e Aníbal trouxeram especialista para discutir Reforma Política

## Bancleiras da Reforma

O ex-governador acreano também comentou sobre os principais pontos que estão em debate e qual são as suas posições. "Temos que ver se vai mudar do voto proporcional para o voto distrital. Isso implica em mudar a Constituição e acho improvável que qualquer grupo político reúna uma maioria de três quintos. Estou defendendo o sistema proporcional. O distrital é medieval. O proporcional tem defeitos que podem ser melhorados com pequenas alterações. Hoje os partidos pequenos quando não alcançam o coeficiente eleitoral não entram na disputa. Assim os partidos acabam fazendo coligações estranhas. Tem partido que ideologicamente é de esquerda e acaba se unindo a um de direita. Precisamos abrir portas para que os partidos consigam eleger seus candidatos com suas plataformas", destacou.

Também Aníbal comentou a questão da proporcionalidade nas eleições. "O DEM, o PSDB e o PMDB defendem o fim do voto proporcional e querem que o resultado seja majoritário. Eles querem que só sejam eleitos os mais votados. Mas isso prejudica as legendas. Nós que temos tradição de esquerda e somos filhos da política de alianças não concordamos. Esse tema é uma prova de quanto polêmica haverá para se resolver na Reforma Política", afirmou.

## Financiamento de campanha

Outro ponto polêmico da Reforma é a questão das fontes que patrocinam as campanhas políticas. "Acho que há uma expectativa grande da população em relação a essa montanha de dinheiro que circula durante as eleições. Parece que o dinheiro brota do chão e ninguém sabe de onde vem. Enquanto isso a população passa dificuldades. Es-

ta defendendo uma proposta de se criar um teto para o candidato gastar conforme a região e o cargo. Assim os candidatos com menos dinheiro teriam mais chances na disputa. Abuso de poder econômico é no olho porque qualquer um vê quem tem mais propaganda, mais carros, mais equipe. Se for estabelecido um teto e alguém estiver gastando muito fica mais fácil fiscalizar. Não acredito que passe o financiamento público de campanha", garantiu Jorge Viana.

## Reeleição

O senador acreano acha que a reeleição não tem consenso em nenhum partido. "A reeleição tem um certo rigor. Mas não posso dizer que trouxe mal para o Brasil que está muito melhor com a reeleição. Uma pessoa começava um trabalho em quatro anos e vinha outro que mudava tudo quebrando a continuidade de um projeto. O Brasil deu oito anos ao PSDB e depois colocou o PT por mais oito e, agora, nos deu mais um mandato e pode tirar se quiser. A reeleição foi aprovada pelo povo e sou amplamente favorável. A cada quatro anos a população julga e pode tirar", destacou.

Indagado se a reeleição beneficia a força política que está no Governo, Jorge ponderou: "o maior risco da reeleição é que quem está no Governo tem mais condição do que quem está fora. Mas existe um caminho para corrigir. A lei tem que ser mais rígida no processo eleitoral para que as oportunidades sejam iguais", afirmou ele.

Aníbal Diniz também é defensor da reeleição apesar de não ser uma bandeira partidária do PT. "Tivemos 16 anos de experiência com reeleição e conseguimos conquistas que não teríamos alcançado se fossem mandatos de quatro em quatro anos. No Acre, se o Jorge Viana não tivesse a

oportunidade da reeleição não teria concluído o seu projeto. Todos precisam de quatro anos para avançar o mais quatro para finalizar o projeto. A reeleição é importante para a estabilidade do Estado Brasileiro. Seria um retrocesso se terminasse a reeleição", garantiu.

## Prefeituras

Outro assunto que Jorge Viana comentou foi sobre as prefeituras. "Acho que o aparato de cobrança do gestor aumentou muito no Brasil. Mas isso foi um aperfeiçoamento das instituições no país porque se está lidando com dinheiro público. Mas as prefeituras não se preparam para essa cobrança. Tem muitos municípios que a administração não tem um economista e tem que cumprir rituais jurídicos. A gente tem que fazer um trabalho forte para que os municípios tenham funcionários de carreira dotados de recursos técnicos. Assim acaba se misturando prefeitos honestos que não tem condições técnicas de fazer uma boa gestão com corruptos. Para haver essa mudança é preciso envolver os Governos estaduais e Federal para melhorar essa estrutura", explicou.

No caso do Acre, Jorge acha que algumas medidas acertadas estão suprindo a falta de recursos dos municípios. "O dinheiro que vai para as prefeituras é pouco. O que salva o Acre e as nossas prefeituras é a credibilidade política que conseguimos construir. Nós temos muitos projetos com financiamento do Governo Federal. Sem isso, o caos estaria estabelecido. Os cortes propostos pela presidente Dilma (PT) não terão grandes impactos aqui porque colocamos os nossos principais projetos dentro do PAC que não estará no corte", finalizou.



## POLÍTICA

# Jorge Viana e Aníbal Diniz debatem Reforma Política no Juruá

Encontro realizado em Cruzeiro do Sul reuniu lideranças de diversos segmentos sociais

O Memorial José Augusto, também conhecido como Teatro José Alencar, de Cruzeiro do Sul, ficou lotado na noite da última sexta-feira de políticos de diversos partidos, líderes comunitários, sindicalistas, vereadores, profissionais liberais, professores, estudantes e representantes de da sociedade do Vale do Juruá. O grupo participou de mais um seminário sobre a Reforma Política que está sendo debatida no Congresso Nacional. Organizado pelos gabinetes dos senadores Jorge Viana (PT) e Aníbal Diniz (PT), o seminário contou ainda com a participação do marqueteiro e especialista em legislação eleitoral Gilberto Braga.

Por mais de duas horas, os senadores apresentaram as propostas que estão em debate no Congresso Nacional e ouviram sugestões e questionamentos da plateia que contou ainda com presença do prefeito de Cruzeiro do Sul, Vagner Sales (PMDB), o prefeito de Mâncio Lima, Cleidson Rocha (PMDB), deputado federal Sílvia Machado (PT), o professor Marcelo Siqueira da UFAC e o presidente da



POLÍTICOS, líderes comunitários, sindicalistas, profissionais liberais, professores e estudantes participaram do evento

Associação Comercial, Marcos Vinícius, além de empresários de vários segmentos.

Primeiro a falar, o senador Jorge Viana explicou o andamento da proposta de reformulação na Legislação Eleitoral do país e as mudanças que eles devem gerar no processo eleitoral dos próximos anos. A proposta já aprovada na Comissão Especial do Senado, da qual Jorge Viana é membro titular, propõe temas ousados como o financiamento público de campanhas, fim das coligações partidárias e da reeleição e visa corrigir distorções na legislação atual.

"Nós estamos inaugurando uma nova forma de fazer política, discutindo temas importantes da sociedade. No caso da reforma, pode ser que a que fora aprovada, não seja, ainda, a reforma ideal, mas o Congresso precisa melhorar legislação eleitoral e acabar a insegurança jurídica que vivemos hoje, para

que o eleitor, ao votar, saiba o valor real do seu voto", disse Jorge Viana, lembrando que esta é uma questão prioritária sob todos os aspectos.

"Ou nós fazemos uma Reforma Política mudando o Código Eleitoral, ou então vamos desmoralizar algo que é tão precioso para o povo brasileiro, que pode mudar para melhor a nossa vida, que é o processo da eleição, da democracia", disse Viana.

No início do mês, Jorge Viana apresentou no Senado, um projeto que limita os gastos nas campanhas eleitorais estabelecendo um teto de gastos para os candidatos aos diversos cargos, tanto do Executivo quanto do Legislativo. "A população, que já sofre tantas dificuldades, não aguenta mais ver tantas farturas em época de eleição. Na época de campanha, parece até que dinheiro brota do chão. É preciso equilíbrio".

## Sociedade participa do debate e apresenta sugestões

O Prefeito de Cruzeiro do Sul, Vagner Sales, tradicionalmente adversário da Frente Popular no Vale do Juruá, participou ativamente dos debates. Ele lembrou que foi o prefeito que mais disputou eleições na região, e que em mais de 20 anos de política, nunca aconteceu com uma legislação igual, "a lei eleitoral nunca é a mesma". Segundo ele, o debate proposto por Jorge Viana e Aníbal Diniz é importante, pois a tendência é de que agora se defina a legislação e a indefinição é muito ruim para a democracia.

Vagner Sales disse, por exemplo, que compartilha da tese do ex-presidente Lula de que se deveria convocar

os deputados constituintes para isso um debate específico do tema e que é contra a reeleição "O gestor precisa de mais tempo de mandato para desenvolver seu trabalho". Vagner Sales é a favor do voto obrigatório, da fidelidade partidária, do fim das coligações e contra o voto em lista fechada.

O professor universitário Marcelo Siqueira disse que a proposta de lista fechada seria excelente, mas o povo brasileiro ainda não tem maturidade pra isso. Citou como problemas graves da legislação atual as brechas jurídicas que permite a criação de novos partidos como o PSD, proposto pelo pre-

feito de São Paulo Gilberto Kassab. "O PSD está sendo criado se valendo de acordos e janelas abertas na legislação eleitoral e, dessa forma, conseguiu sugar políticos de outros partidos e até do Acre, para defender os interesses de outros estados", disse.

O Prefeito de Mâncio Lima Gleidson Rocha destacou o fato de que existem dificuldades para que a população compreenda os pontos mais polêmicos que estão em debate na reforma política e elogiou os senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz pela abertura do diálogo com a sociedade de todos os municípios acreanos.

Da Acrema

## Plenária do PT

O amplo debate, com participação de lideranças suprapartidárias foi elogiado pelo senador Aníbal Diniz. "A participação de vários partidos e de pessoas que divergem das nossas ideias é sempre muito bem. As pessoas polemizam. Discutiram questões importantes. É assim que o Brasil fortalece a sua democracia. Com o povo participando e dando suas opiniões sobre este assunto tão importantes para o desenvolvimento do país, que é a Reforma Política", disse.

Na manhã de ontem, Jorge Viana e Aníbal Diniz visitaram o mercado municipal de Cruzeiro do Sul, conversaram com diversas lideranças políticas do Vale do Juruá e participaram da Plenária do Partido dos Trabalhadores na região do Vale do Juruá, debatendo vários temas como os 100 dias do governo da presidenta Dilma e do governador Tião Viana e as teses do partido para os próximos meses.

## Tião Viana garante parceria com prefeitura de Tarauacá

Depois de ser recebido na semana passada pelo prefeito Marlete Vitória (DEM), em Tarauacá, onde entregou mais 50 km de rede de energia elétrica na zona rural, através do programa Luz Para Todos, o governador Tião Viana recebeu a prefeita na última sexta-feira, em seu gabinete, garantindo ajuda para que juntos possam realizar obras no município.

Tião Viana colocou à disposição sua equipe para que junto aos profissionais da prefeitura, possam melhorar os serviços em Tarauacá. O Governador garantiu à prefeita que a cada 1km de calçamento feito pelo município, o governo fará 4km como contrapartida.

Além da parceria na área de pavimentação e saneamento, assumido pelo governador, através do Departamento de Pavimentação e Saneamento (DUPASA), que tem à frente Gilson César, Tião Viana também colocou a disposição para trabalhar a questão da saúde básica no município e a produção agrícola, com ações como hortas comunitárias. Ele também sugeriu que Tarauacá seja inserido no projeto de piscicultura. "Temos os desafios que a prefeita tem em Tarauacá. O nosso governo acredita

no trabalho em parceria e estendemos a mão reforçando nossos compromissos e nos colocamos a disposição para trabalharmos juntos", diz o governador.

A educação também foi assunto tratado durante a reunião. A prefeita Marlete Vitória, que estava acompanhada dos secretários de Finanças, Cláudio Moura, e de Planejamento, Jânio Melo, ganhou o terreno de 1 hectare para o Governo construir uma escola técnica que, inclusive, já tem orçamento garantido de R\$ 6 milhões para a obra e mais R\$ 2 milhões para compra de equipamentos. "Estamos felizes com o apoio do governador Tião Viana porque neste momento precisamos enfrentar muitos desafios e ter o apoio do Governo do Estado é essencial", diz a prefeita.

O líder do governo na Assembleia Legislativa, Moisés Diniz, que também participou do encontro, ressaltou que o Governador vai apoiar a prefeitura que está sem condições de realizar uma programação de aniversário dos 88 anos de Tarauacá. "O governador Tião Viana tem enorme carinho pelo povo de Tarauacá e vai apoiar uma comemoração pelo aniversário do município", diz.

Ígora de Souza de Aze





ONZE propostas de mudança do sistema político e eleitoral foram entregues ao presidente do Senado

## Jorge Viana participa da entrega da reforma política a Sarney

*Senador acreano faz parte da comissão do Congresso Nacional que elaborou a reforma*

O senador Jorge Viana, membro da Comissão de Reforma Política, participou ontem da entrega de onze propostas de mudança do sistema político e eleitoral ao presidente do Senado, José Sarney. O colegiado é composto de quinze senadores, foi criado no dia 22 de fevereiro e encerrou seus trabalhos no dia 7 deste mês.

Os temas da reforma incluem o sistema proporcional com lista fechada, o voto obrigatório, a candidatura avulsa e o fim das coligações partidárias. Das 11 propostas aprovadas, sete tratam de regras gerais do processo eleitoral: voto obrigatório, financiamento público de campanha, possibilidade de candidatura avulsa, prazo mínimo de um ano antes das eleições para filiação partidária e domicílio eleitoral e ratificação das regras atuais de fidelidade partidária e cláusula de desempenho.

Para Jorge Viana, "devemos mudar a legislação eleitoral sem mexer na Consti-

tuição, o que seria difícil e demorado. Mesmo assuntos polêmicos, como o sistema eleitoral, podem ser resolvidos apenas com aprovação de novas leis. A reforma pode ser rápida e de grande qualidade".

As sete propostas de emenda à Constituição e os quatro projetos de lei que compõem o projeto de reforma seguirão agora para a Comissão de Constituição e Justiça e a expectativa é de que sejam votadas até o dia 6 de julho. Depois disso, serão encaminhadas à apreciação da Câmara dos Deputados.

*Da Assessoria*



## Tramitação e Resultados da Reforma Política

**D**esde a aprovação da Constituição de 1988 o Congresso Nacional, caixa de ressonância da sociedade, tem discutido a reforma política como uma prioridade para o aperfeiçoamento de nossa democracia. Até aqui foram inúmeros os projetos apresentados na Câmara e no Senado, onde tramitam há anos sem nenhuma deliberação final.

Nesse contexto de pressão social e necessidade política o Senado Federal criou a Comissão de Reforma Política através do ato n.º 24, de 2011 de seu presidente, o senador José Sarney, com competência para elaborar um anteprojeto sobre o tema.

Esta comissão, presidida pelo senador Francisco Dornelles, foi constituída por senadores com ampla experiência política e administrativa, como os ex-presidentes Itamar Franco (PPS-MG) e Fernando Collor (PTB-AL); os ex-governadores Aécio Neves (PSDB-MG), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Eduardo Braga (PMDB-AM), Luiz Henrique (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Participaram também dos trabalhos os ex-procuradores públicos Demóstenes Torres (DEM-GO) e Pedro Taques (PDT-MT) e as senadoras Ana Rita (PT-ES), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Com prazo muito curto para seu funcionamento - previsão de apenas 45 dias - a Comissão da Refor-

ma Política se debruçou sobre alguns dos principais temas em debate na sociedade brasileira como o financiamento de campanhas, as coligações para cargos majoritários e o voto obrigatório, entre outros. Como resultado, onze propostas foram aprovadas e estão em diferentes estágios de tramitação. Destas, sete deram origem a projetos de emendas constitucionais e quatro a projetos de lei encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça por se tratar de matéria da competência exclusiva daquela comissão. Se aprovadas, seguirão ao plenário do Senado Federal e, posteriormente, para a Câmara dos Deputados.

O senador Jorge Viana teve papel destacado nos trabalhos. Sua proposta sobre a destinação de sobras eleitorais (Projeto de Lei nº 129, de 2011 - que altera o Código Eleitoral para possibilitar que os partidos menores tenham condições de eleger candidato) já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado, tendo sido enviada à Câmara dos Deputados para apreciação e deliberação. Enquanto isso, seu Projeto de Lei nº 146, de 2011 que fixa limites para os gastos de campanha dos candidatos aguarda tramitação no Senado.

Veja a seguir, no Infográfico da Agência Senado, as principais propostas aprovadas na Comissão de Reforma Política.



# Reforma Política

As decisões da comissão de reforma política modificam bastante as regras do sistema político brasileiro. Veja abaixo quais são elas:



## Regras para escolher de suplentes de senador:

Aprovada proposta prevendo que um senador teria apenas um suplente, que não poderá ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até segundo grau ou por afinidade, do titular. O suplente assumiria apenas para substituir temporariamente o titular. Em caso de afastamento permanente, por renúncia ou morte, haveria eleição no pleito seguinte, sendo geral ou municipal.



## Mudança na data de posse de presidente, governadores e prefeitos:

Posse de prefeitos e governadores seria no dia 10 de janeiro; Posse de presidente passaria para o dia 15 de janeiro. Todas essas mudanças só valeriam a partir de 2014.



## Voto:

O voto continuaria a ser obrigatório.



## Reeleição:

Fim da reeleição, com mandato de cinco anos para os executivos municipais, estaduais e federal.



## Coligações

Aprovado fim das Coligações partidárias nas eleições proporcionais, nas quais são eleitos deputados federais, estaduais e distritais e vereadores.



## Sistemas Eleitorais:

Aprovado o sistema proporcional com a lista partidária. Nessa modalidade de voto proporcional, cada partido apresentaria uma lista com os nomes de seus candidatos por ordem de prioridade. Essa variante é usada na maior parte dos países que adotam o sistema proporcional.



## Financiamento público de campanha:

Aprovado o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais.



## Candidatura avulsa:

Registro de candidatos sem vínculo partidário em eleições para prefeito e vereador. Para que uma candidatura avulsa obtenha registro junto à justiça eleitoral deve ter o apoio de pelo menos 10% dos eleitores do município. A ideia é testar a candidatura avulsa em eleições municipais para ver se é possível estendê-las às esferas federal e estadual.



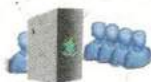
## Fidelidade partidária:

Convalidação da regra em vigor sobre fidelidade partidária. Atualmente, o político eleito que mudar de partido perderá o mandato, a menos que se configure incorporação ou fusão de legenda, criação de novo partido, desvio do programa partidário e grave discriminação pessoal.



## Limite de gastos para campanha:

Definição de um limite de gastos para as campanhas eleitorais. Os senadores, no entanto, não trataram da fixação desse limite.



## Consulta popular:

Realização de consulta popular sobre o sistema eleitoral. As mudanças propostas pelos parlamentares ficarão sujeitas a referendo.



## Cotas para mulheres:

Estabelecimento de cotas para mulheres nas listas de candidatos dos partidos. Se o congresso aprovar o modelo de lista partidária fechada para as votações proporcionais – para deputados e vereadores – proposto pela comissão, metade dos nomes da lista deverá ser de mulheres.



## Cláusula de desempenho:

A comissão apresentará projeto de lei mantendo regra em vigor: para ter funcionamento parlamentar, o partido deve ter no mínimo três representantes de diferentes estados, na câmara dos Deputados. Também mantém as normas atuais sobre propaganda partidária, que condicionam o tempo e o número de repetições de programa no rádio e na TV, ao longo do ano, ao número de cadeiras conquistadas pelo partido na Câmara.



## Filiação partidária e domicílio eleitoral:

Convalidação da regra atual: um candidato, para concorrer às eleições, deve morar na circunscrição por, pelo menos, um ano antes do pleito e ter filiação deferida pelo partido pelo mesmo prazo.



# Glossário da Reforma Política

## 1.1 - Sistema majoritário

**F**orma de votação na qual o vencedor é o candidato que obtém a maioria dos votos. É por esse sistema que se elege, no Brasil, o presidente da República, governadores, prefeitos e senadores. Os senadores são eleitos para representar os estados e somam 81 ao todo, ou seja, três por estado. Os governadores, prefeitos e presidente da República são eleitos quando obtêm a metade mais de um dos votos válidos (descontados os brancos e nulos). Caso isso ocorra, são feitas novas eleições (segundo turno) entre os dois candidatos com maior número de votos.

### a) Voto majoritário uninominal.

Nesse sistema o território é dividido em distritos e os eleitores de cada um deles elegem um representante na Câmara dos Deputados.

### b) Voto majoritário plurinominal.

As circunscrições são divididas em distritos que elegem, pelo voto majoritário, seus representantes. A proposta conhecida como “distritão”, que prevê a transformação das Unidades da Federação em distritos e a eleição de todos os seus representantes pelo voto majoritário encontra-se nessa categoria.

## 1.2 - Sistema proporcional

Forma de votação na qual a representação política é distribuída de acordo com o número de votos obtidos pelos partidos políticos ou pelas coligações. Por exemplo, se nas eleições um partido obteve 20% do total de votos, então 20% das vagas devem ser preenchidas por candidatos desse partido. Esse tipo de

voto é utilizado no Brasil para a eleição de vereadores, deputados estaduais, federais e distritais. As vagas nas casas legislativas são preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou coligações, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das vagas.

### a) Lista aberta

É uma variante do sistema de eleição proporcional (ver voto proporcional) na qual as vagas conquistadas pelo partido ou coligação partidária são ocupadas por seus candidatos mais votados, até o número de cadeiras destinadas à agremiação. A votação de cada candidato pelo eleitor é o que determina, portanto, sua posição na lista de preferência. É um sistema adotado no Brasil e na Finlândia.

### b) Lista fechada.

Variante do sistema de eleição proporcional (ver voto proporcional) no qual o eleitor vota somente no partido e este é que determina a ordem de cada um de seus candidatos na lista de classificação. Antes da eleição, o partido apresenta a lista com o nome dos seus candidatos por ordem de prioridade. Esse sistema é utilizada na maior parte dos países que adotam o voto proporcional, mas não vigora no Brasil.

## 1.3 - Sistema Distrital Misto.

É uma combinação do voto proporcional e do voto majoritário. Os eleitores têm dois votos: um para candidatos no distrito e outro para as legendas (partidos). Os votos em legenda (sistema proporcional) são computados em o estado ou município, conforme o quociente eleitoral (total de cadeiras divididas pelo total de votos válidos). Já os votos majoritários são



destinados a candidatos do distrito, escolhidos pelos partidos políticos, vencendo o mais votado.

## **2 - Financiamento Eleitoral e Partidário**

Hoje vigi o sistema misto de financiamento eleitoral e partidário (formado por recursos públicos e privados). O financiamento público é formado por recursos do fundo partidário repassados aos partidos e indiretamente pela compensação fiscal a que as emissoras de rádio e televisão têm direito pela cedência do horário eleitoral gratuito.

A proposta de alteração mais significativa tem sido a de tornar o funcionamento das campanhas eleitorais exclusivamente público. Também há proposta no sentido de se adotar o funcionamento público para as eleições para o Executivo, mantendo-se o sistema atual nas eleições para o Legislativo.

## **3 - Suplência de senador**

Hoje cada senador é eleito com dois suplentes. O suplente substitui o titular em caso de afastamento temporário para ocupar outro cargo ou de licença superior a cento e vinte dias. E o sucede nos casos em que se afaste definitivamente.

Há propostas que estabelecem que o suplente substitui o titular, mas não o sucede, ou seja, só assumir o cargo em caso de afastamento temporário do titular, não assumindo na ocorrência de afastamento definitivo. Nesse caso haveria novas eleições, exceto faltando menos de sessenta dias para eleição regular, quando o suplente assumiria a cadeira até o final do mandato. Há também proposta que estabelece que o suplente do senador será o deputado mais votado do mesmo partido e outra proposta que preceitua que o candidato a Senador derrotado e com maior votação será o suplente.

## **4 - Candidato avulso**

Há proposta no sentido de permitir a candidatura de quem não esteja filiado a partido político.

## **5 - Reeleição e mandato**

Há proposta que proíbe a reeleição dos Chefes do Poder Executivo no período subsequente e modifica a duração dos mandatos. Também há proposta que unifica todas as eleições para o Legislativo e para o Executivo, em todos os âmbitos da Federação.

## **6 - Fidelidade partidária**

O STF entendeu o mandato pertence ao partido em decorrência de normas constitucionais que regem nosso sistema político.

## **7 - Cláusula de barreira**

Também conhecida como cláusula de exclusão ou cláusula de desempenho, é uma norma que impede ou restringe o funcionamento parlamentar ao partido que não alcançar determinado percentual de votos. O dispositivo foi aprovado pelo Congresso em 1995 para ter validade nas eleições de 2006, mas foi considerado inconstitucional pela unanimidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de que prejudicaria os pequenos partidos. A regra determinava que os partidos com menos de 5% dos votos nacionais não teriam direito a representação partidária e não poderiam indicar titulares para as comissões, incluindo CPIs (comissões parlamentares de inquérito). Também não teriam direito à liderança ou cargos na Mesa. Além dessas restrições, perderiam recursos do Fundo Partidário e ficariam com o tempo restrito de propaganda eleitoral em rede nacional de rádio e de TV.

## **8 - Data da posse dos chefes do Executivo**

Há proposta no sentido de alterar a data da posse do Presidente da República e dos Governadores de Estado.

## **9 - Voto facultativo**

Hoje vigi o voto obrigatório. Há propostas no sentido de tornar o voto facultativo.

## **10 - Coligações**

É assegurado aos partidos políticos formarem coligações nas eleições proporcionais. Há propostas no sentido de vedá-las. Existe também proposta para permitir a chamada "federação de partidos", mediante a qual dois ou mais partidos poderão atuar como se fossem um só partido.

## **11 - Filiação partidária e domicílio eleitoral**

Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida no mesmo prazo. Há propostas no sentido de alterar os referidos prazos.

Fonte: Agencia Senado, Jornal do Senado.  
Edição: James Gama, Arte: Demys Brandão  
– <http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/reformapolitica/glossario.aspx>



3

Royalties  
do Petróleo







# Royalties do **Petróleo**

**U**ma das principais questões atualmente em debate no Brasil trata da destinação dos recursos provenientes da exploração das reservas petrolíferas do pré-sal recentemente descobertas. Mas, no rastro dessa discussão, outra grande polêmica tomou conta do

Congresso Nacional de algum tempo para cá: a redistribuição dos royalties pagos a estados e municípios brasileiros pela exploração de petróleo em território nacional.

O problema que vem sendo debatido começa pelo fato de que a Constituição prevê que os recursos de nosso subsolo são patrimônio da União. Ou seja, pertencem a todos os brasileiros e, portanto, devem ser distribuídos por igual entre todos os entes da federação. Entretanto, pela forma como a pesquisa e a exploração do petróleo se desenvolveram em nosso país os estados produtores, nos quais efetivamente se dá a exploração, acabaram sendo privilegiados com uma fatia maior dos royalties a pretexto de compensação por problemas ambientais ou pela necessidade de implantar uma infraestrutura apropriada à extração petrolífera. Isso, na prática, gerou enorme desequilíbrio entre as rendas auferidas pelas diferentes regiões do país.

Para se ter uma idéia do tamanho da diferença, basta saber que, em 2010, o Acre recebeu perto de R\$ 9 milhões. Se a vontade da maioria dos congressistas começasse a valer a partir do próximo ano, o Acre receberia R\$ 157 milhões já em 2012 e, em 2020, R\$ 628 milhões, segundo as projeções preliminares.

Diante da importância deste tema, os gabinetes dos senadores Jorge Viana e Anibal Diniz trouxeram para debater com os acreanos um dos maiores especialistas do Congresso Nacional nesta matéria: o senador Wellington Dias, do PT do Piauí.





## Uma nova distribuição dos **Royalties do Petróleo**

O seminário Repartição dos Royalties do Petróleo (pré-sal), promovido pelos senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, foi realizado no dia 8 de julho no auditório da Biblioteca Pública Estadual, em Rio Branco. Estiveram presentes mais de cem pessoas interessadas em conhecer a proposta sobre uma nova distribuição entre a União, estados e municípios, dos royalties pagos pelas empresas concessionárias pela exploração das reservas petrolíferas.

Deputados estaduais, vereadores, secretários municipais e estaduais, agentes políticos, técnicos, cientistas,

representantes de organizações sociais e jornalistas participaram da discussão. O governador do Acre, Tião Viana e o prefeito da capital, Raimundo Angelim também prestigiaram o evento, que teve como convidado especial o senador Wellington Dias do PT do Piauí. O senador especializou-se sobre o assunto e proferiu palestra para os acreanos.

De acordo com Wellington Dias, a distorção provocada pela atual repartição dos recursos dos royalties é imensa. Para ele, essa diferença agrava a histórica desigualdade entre as regiões mais desenvolvidas do país,





Foto: Karen Araujo

o Sul e o Sudeste, e as menos desenvolvidas economicamente, o Norte e o Nordeste.

O senador do Piauí disse que a distribuição desigual se reflete em diversos indicadores sociais e econômicos, às vezes até de forma surpreendente. “Se analisarmos a realidade fiscal brasileira chegaremos à quase inacreditável conclusão de que as regiões mais pobres do país são exatamente as mais penalizadas pela estrutura tributária. São Paulo, o mais rico estado da Federação, tributa em 9,2% a renda de sua população. Enquanto isso, no Nordeste, a tributação chega a 11%. Se levamos em con-

sideração que a renda per capita nordestina é a metade da média nacional e equivalente a 35% da renda dos cidadãos da região Sudeste, o absurdo dessa situação fica ainda mais evidente”, explicou.

O senador Wellington Dias argumentou que, diante desta realidade, o Nordeste depende fortemente das transferências do governo federal. O Piauí, seu estado de origem, é o que apresenta o maior grau de dependência: 59% de sua receita vêm da União.

Para Wellington Dias, a análise dos indicadores macroeconômicos e sociais leva à inevitável conclusão





Foto: Kärer Araújo

de que é necessário, urgentemente, tomar medidas que sejam capazes de, em longo prazo, mudar essa condição de desigualdade entre as diferentes regiões do país. A redistribuição equitativa dos royalties do petróleo neste momento em que o país aumenta sua produção com a descoberta das jazidas do pré-sal pode ser parte da solução desses problemas.

Para tanto, o senador apresentou uma proposta: “A ideia é dividir entre todos os estados e municípios brasileiros, produtores ou não, os royalties e a participação especial para o óleo extraído em mar, de acordo com os critérios de rateio previstos nos Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados, sem diminuir os repasses atuais de estados como Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em resumo, primeiro separamos o valor destinado aos chamados estados produtores e, em seguida, dividimos o valor restante: 40% para a União e 60% para estados e municípios, meio a meio.”

Ex-governador do Piauí, Wellington Dias concluiu sua apresentação em Rio Branco reafirmando seu propósito: “Nosso projeto prevê que a riqueza do petróleo do mar será distribuída mais igualmente entre os entes da Federação de forma inversamente propor-

cional à pobreza. É uma proposta justa. Os recursos do subsolo pertencem à União, ou seja, a todo o povo brasileiro. Tivemos o cuidado de condicionar o recebimento dos recursos advindos do pré-sal à aplicação prioritária em infraestrutura e educação, sem deixar de considerar a saúde e os programas de erradicação da miséria.”

O senador Anibal Diniz lembrou que os estados do Norte são fortemente cobrados pelo país em relação à conservação de suas florestas, tidas como patrimônio nacional e, por vezes, mundial. Entretanto, na hora de dividir igualmente os recursos do petróleo que também são da nação, alguns estados ficam em posição privilegiada. O que evidentemente revela uma grave distorção a ser solucionada.

O senador Jorge Viana reafirmou a importância que o debate tem para evitar erros que já foram cometidos no passado e alcançar uma distribuição mais justa da riqueza nacional. Ressaltou ainda a necessidade de uma ampla mobilização da opinião pública, especialmente nos estados do Norte e do Nordeste. “É fundamental a realização de seminários como esse, que trazem esclarecimentos para a população em geral”, concluiu.





Foto: Karen Araújo



Foto: Karen Araújo



## Jorge Viana se engaja na luta por revisão da partilha de royalties do pré-sal

[Recomendar](#)

Seja o primeiro de seus amigos a recomendar isso.

[Tweeter](#) 0

[+1](#) 0

 Qui, 16 de Junho de 2011 [Da Assessoria Do MPF/AC](#)


Cota do Acre pode chegar a R\$ 586 milhões em 2017

O senador Jorge Viana está reunido, na manhã desta quarta-feira, com o presidente do Senado, José Sarney, e com dezenas de senadores, deputados e governadores do Norte e Nordeste, para lutar pela revisão da distribuição dos royalties do petróleo pré-sal no Brasil. Eles querem a divisão justa desses recursos entre estados e municípios. Por lei, eles só podem ser usados em políticas de melhoria da qualidade de vida da população. O Acre recebeu, em 2010, R\$ 8.851.587 em royalties de petróleo. Se não tivesse ocorrido o veto presidencial, por intervenção do Estado do Rio, à redistribuição igualitária desses recursos, o Acre teria recebido R\$ 234.786.179, com uma estimativa de chegar a R\$ 585.600.000 em 2017.

Diante da importância da questão, o senador Jorge Viana convidou o senador Wellington Dias (PT-Pi), especialista em royalties de petróleo, para participar de um seminário em Rio Branco, no dia primeiro de julho, e discutir o assunto com a população. Os gabinetes dos senadores Jorge e Aníbal Diniz organizarão o evento.

O senador Jorge Viana afirmou que o argumento comum dos parlamentares e governantes do Norte e Nordeste é o de que o potencial de renda do pré-sal deve ser usado para melhorar as condições do Brasil como um todo. A melhor forma de realizar isso é distribuir de forma justa esses recursos com os estados com maiores déficits de recursos e de infraestrutura, reforçando o sentido da federação. Conforme lembrou, o ex-presidente Lula sempre valorizou essa abordagem e a presidente Dilma Rousseff também tem o mesmo propósito.

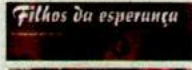
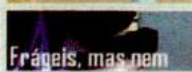
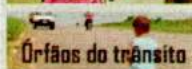
Jorge Viana salientou que a proposta de distribuição justa dos royalties não prejudicará os estados do Rio, Espírito Santo e São Paulo. Segundo ele, o Rio vai continuar recebendo R\$ 9 bilhões por ano. "O que não queremos é repetir os erros do passado, quando exploramos alguns dos nossos recursos naturais, como o ouro, até quase o esgotamento, sem levar em conta as oportunidades de investimento em políticas sociais", completou. Os royalties do pré-sal distribuídos a estados e municípios só podem ter a seguinte destinação: 40% para educação, 30% para infraestrutura e 30% para saúde, segurança, erradicação da miséria, cultura e esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, defesa civil e políticas de tratamento de dependentes químicos.



- HOME
- EDITORIAL
- NOTÍCIAS
- SOCIEDADE
- COLONAS
- CRÔNICAS
- ARTIGOS
- CONCURSOS
- ESPECIAL
- EDIÇÕES
- EXPEDIENTE
- WEBMAIL
- CADERNO ESPECIAL

Pesquisar... OK

## ESPECIAIS



### Desenvolvendo a economia social

Senador Tião Viana apoia a 171 associações e cooperativas estimulando produção familiar

Grupo de médicos no Acre revoluciona os conceitos da saúde e dá lições de solidariedade no meio

## Acre de olho na partilha dos royalties do petróleo

Escrito por Lane Valle  
09-Julho-2011

Senador Jorge Viana promoveu o debate na capital com a presença do senador Wellington Dias. O senador Jorge Viana (PT), que defende a revisão da distribuição dos royalties do pré-sal e de todo o petróleo que é retirado da plataforma continental, promoveu ontem em Rio Branco um seminário para discutir o assunto com parlamentares e a população acreana. Durante o evento, Viana lembrou que o Acre recebeu, em 2010, mais de R\$ 8 milhões em royalties de petróleo. Se tivesse ocorrido a redistribuição igualitária desses recursos, conforme explicou o parlamentar, o Acre teria recebido R\$ 234.786.179, com uma estimativa de chegar a R\$ 585.600.000 em 2017. "Estamos falando de valores equivalentes a mais de 100 PACs, ou seja, estamos falando de trilhões de reais. E muito bom que o Brasil aceite as contas com o Norte e o Nordeste, que somos os guardiões da floresta. Nesta hora, em que o país vai ter uma nova mina de ouro para explorar, é importante que uma parte desse dinheiro venha para o Acre e os demais outros Estados e municípios da Amazônia para melhorar as condições do Brasil como um todo. A melhor forma de realizar isso é distribuir de forma justa esses recursos com os Estados, com maiores déficits de recursos e de infraestrutura, reforçando o sentido da federação", pontua.



AUTORIDADES prestigiam seminário dirigido pelo senador piauiense Wellington Dias, especialista em royalties de petróleo

Diante da importância da questão, que vem tendo repercussão no país, o senador Jorge Viana convidou o senador Wellington Dias (PT-PI), especialista em royalties de petróleo, para participar do debate, que aconteceu na tarde de ontem na Filмотeca da Biblioteca Pública. "Nós estamos falando de um país que alcançou, há poucos anos, sua auto-suficiência ao produzir 2 milhões de barris de petróleo por dia. Essa quantidade vai dobrar até o ano de 2017 e deve triplicar até o ano de 2022. De royalties, este ano, já vamos ter uma distribuição de mais ou menos US\$ 26 bilhões e deve chegar a US\$ 26 bilhões por volta de 2017 e mais de US\$ 100 bilhões por volta de 2022", afirmou Dias, dizendo que sua proposta busca evitar o desequilíbrio, bem como evitar que Estados como Rio de Janeiro e Espírito Santo sejam prejudicados. O governador Tião Viana, que também esteve presente no seminário, disse que está muito feliz com a iniciativa dos senadores Jorge Viana e Anibal Diniz de terem trazido essa discussão para o Acre. O projeto do senador piauiense, conforme defendeu o governador, traduz-se em um momento de esperança e certeza de um desenvolvimento social justo no Brasil, embora o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff trabalhem para transferir recursos de maneira muito justa no Brasil. "Quando se associam os recursos do Pré-Sal, do ICMS, e FPE, podemos ter um novo financiamento de um Brasil brasileiro", classifica. Anibal Diniz, por sua vez, ressaltou que tão logo a proposta foi apresentada por Wellington Dias, todos os parlamentares assinaram o documento em apoio à proposta. "Fizemos isso por uma questão de justiça, pois, se nós, de Amazônia, temos uma contribuição para todos os brasileiros no que diz respeito ao equilíbrio climático, é justo que uma riqueza que é de todos os brasileiros também seja distribuída com equidade."

## COLUNAS

- GIRO GERAL
- NA TRIBO
- PORONGA
- O ESPÍRITO DA COISA
- VIDA PLENA
- CIPÓ DIGITAL
- ESTILOSA
- CINEMARX
- DOMINGO
- ALMANACRE
- PÁGINA EMPREENDEDORA
- MILO DE POTE
- QUESTÃO DE DIREITO
- VARAL DE IDEIAS
- PAPO DE ÍNDIO
- CONVERSA DE CALÇADA
- PAPO SIMPLES DE ECONOMIA
- MEMÓRIAS DA FLORESTA

## OPINIÃO

- Para você, Pepino, e para todos os outros... Nasce a Fundac

## SUGESTÃO DE SITES

- Taracá da Hora
- SENADORES DO ACRE
- Anibal Diniz
- Jorge Viana
- Sérgio Petecão
- DEPUTADOS FEDERAIS
- Perpétua Almeida
- Gladson Cameli
- Flaviano Melo
- Antônia Lucia
- Henrique Afonso
- Marcio Bitlar
- Siba Machado
- Taumaturgo Lima

## SUGESTÃO DE BLOGS

- BLOG DO MARCOS AFONSO

## CONHEÇA UM POUCO DA CIDADE DE RIO BRANCO

## KAXIANA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA

## CAPA





## Tramitação e Resultados dos royalties do petróleo no Congresso Nacional

**A**tualmente a distribuição dos royalties do petróleo é a seguinte: 40% para a União, 22,5% para os estados produtores, 30% para os municípios produtores e 7,5% para os demais estados e municípios. Com a descoberta das reservas da camada geológica do pré-sal, em 2007, estimada entre 50 e 80 bilhões de barris (cerca de cinco vezes as atuais reservas comprovadas no país) a discussão sobre um novo marco regulatório do petróleo tomou corpo, tendo como um dos pontos mais polêmicos a questão da divisão dos royalties.

Em 2009 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata da forma de exploração do petróleo, da criação de uma nova empresa (Pré-Sal S.A.) e da criação do Fundo Social com recursos da União oriundos dos contratos de partilha e de royalties para serem investidos em projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, cultura, da sustentabilidade ambiental e da ciência e tecnologia.

No decorrer dos debates sobre o Projeto de Lei do Executivo a rediscussão das atuais regras de divisão dos royalties tornou-se o principal tema. Na Câmara dos Deputados foi apresentada a chamada Emenda Ibsen, estabelecendo que estados e municípios passem a receber 30% cada um, divisão feita segundo os critérios dos Fundos de Participação dos estados e

dos municípios. Posteriormente, já no Senado, essa partilha foi alterada com a aprovação de uma emenda do senador Pedro Simon prevendo que as eventuais perdas dos estados e municípios produtores seriam compensadas com os recursos destinados à União. O Presidente da República, não concordando com esta forma de distribuição dos royalties, vetou a fórmula aprovada no Congresso.

Com o veto presidencial, o Senado Federal reiniciou as discussões aprovando, com alterações, o Projeto de Lei do Senado nº 448/2011, que assim foi enviado à Câmara e ainda deverá ser objeto de deliberação do plenário para ser posteriormente sancionado pela presidente Dilma. Esta nova proposta consiste na diminuição gradual, até 2020, dos percentuais dos estados e municípios produtores e gradualmente, na mesma proporção, o aumento dos entes da Federação não produtores.

Esta nova fórmula visa permitir uma distribuição igualitária dos royalties e dará prazo para os estados produtores assimilarem as perdas. Caso a proposta de divisão seja aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pela Presidente, o conjunto dos estados e municípios ganhará novos recursos para serem aplicados em várias áreas sociais. No caso específico do Acre, segundo projeções preliminares, poderemos ter o seguinte aumento nos valores recebidos de royalties de petróleo:

Estado	Divisão Atual 2010	Divisão em 2012	Divisão 2020
Acre	8.851.581,00	157.000.000,00	628.000.000,00



# Proposta do PLS 448/11

**P**elo texto a União tem sua fatia nos royalties reduzida de 30% para 20% já em 2012. Os estados produtores caem de 26,25% para 20%. Os municípios confrontantes são os que sofrem maior redução: de 26,25% passam para 17% em 2012 e chegam a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo também sofrem cortes: de 8,75% para 2%. Em contrapartida, os estados e municípios não produtores saltam de 8,75% para 40%.

O substitutivo prevê também a redistribuição da participação especial. Neste caso, a União, mais uma vez, abre mão de parte de seus recursos. Os 50% a que tem direito hoje passam a ser 42% em 2012. A partir daí, com a expectativa de aumento das receitas, a União volta a ter sua alíquota ampliada ano a ano, até chegar aos 46% propostos inicialmente pelo governo.

## **Vinculação:**

O projeto aprovado prevê que parte da verba destinada a estados e municípios tenha destinação específica, beneficiando os setores da educação, saúde, desenvolvimento e infraestrutura.

## **Preço de mercado:**

Impedirá que a União venda parcela do óleo a que tem direito no regime de partilha por um preço abaixo do praticado pelo mercado.

## **Partilha:**

Para o regime de partilha, exclusivo do pré-sal, adota a seguinte divisão de recursos para 2012: União (20%), Estados produtores (22%), municípios produtores (5%), municípios afetados (2%), Fundo Especial para estados e municípios não produtores (51%).

## **Royalties:**

Para o regime de concessão, que abrange contratos em vigor, estabelece a seguinte divisão de recursos para 2012, comparando-se com 2011: União (redução de 30% para 20%), estados produtores (redução de 26,25% para 20%), municípios produtores (redução de 26,25% para 17%), municípios afetados (redução de 8,75% para 3%), estados e municípios não produtores (aumento de 8,75% para 40%).

## **Participação especial:**

Estabelece a seguinte divisão para 2012, comparando-se com 2011: União (redução de 50% para 42%), estados produtores (redução de 40% para 34%), municípios produtores (redução de 10% para 5%), estados e municípios não produtores (aumento de 0 para 19%). Ver tabelas página 18 do parecer Vital do Rêgo.

## **Joint venture:**

Prevê a possibilidade de joint venture (associação de empresas) entre União e exploradoras de petróleo no caso de campos a serem licitados por meio de partilha. Pelo projeto, a União poderá participar dos investimentos, "assumindo riscos e partilhando lucros", nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo. A proposta foi retirada pelo senador Vital do Rêgo.

## **Geografia:**

Modifica pontos de referência que definem as áreas de exploração do óleo no mar, alterando a geografia das bacias de petróleo. Na prática, o Rio de Janeiro, por exemplo, perderia uma ponta das Bacias de Campos e de Santos. Diante da polêmica, proposta também foi retirada do projeto.





# Glossário Royalties do Petróleo

## Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Órgão regulador do setor de petróleo e gás natural no Brasil.

## Água profunda

Águas oceânicas situadas em áreas com lâmina d'água em geral entre 300 m e 1.500 m.

De maneira geral, os limites mencionados resultam de aspectos associados ao estado da arte na tecnologia requerida para as unidades estacionárias de perfuração ou de produção, limites de mergulho humano.

## Barril de óleo equivalente (boe)

Unidade normalmente usada para expressar volumes de líquidos e gás natural na mesma medida (barris). Um metro cúbico de gás natural nacional é aproximadamente 0,00629 barril de óleo equivalente. Há taxas variadas para cada composição de gás natural e de óleo.

## Biodiesel

Combustível alternativo ao diesel, renovável e biodegradável, obtido a partir da reação química de óleos, de origem animal ou vegetal, com álcool, na presença

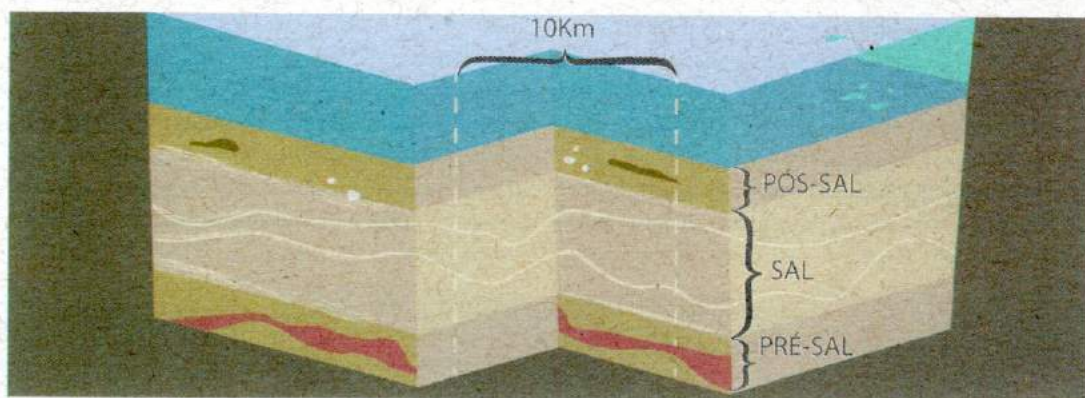
de um catalisador (reação conhecida como transesterificação). Pode ser obtido também pelos processos de craqueamento e esterificação.

## Camada pré-sal

É a terceira classificada abaixo do nível do mar, sob as camadas pós-sal e sal, e chega a mais de sete mil metros abaixo da superfície do mar. Representa um novo potencial petrolífero para o país, fica situada nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil e tem cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura. Segundo informações da Petrobras, a camada pré-sal tem 800 quilômetros de extensão, vai desde o litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina e elevará significativamente as reservas de petróleo e gás natural da companhia.

Além do potencial petrolífero, as descobertas na região do pré-sal se diferenciam pela qualidade do óleo. A maior parte das reservas da Petrobras é de petróleo pesado, já as jazidas do pré-sal, com hidrocarbonetos leves, gás natural e condensado, podem mudar o perfil das reservas da companhia, reduzindo a importação de óleo leve e gás natural.

Abaixo, ilustração situando a camada pré-sal:



## Campo

Área produtora de petróleo ou gás natural a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.

## Fixação de carbono

Armazenamento de CO<sub>2</sub> atmosférico pela biomassa, via plantio ou reflorestamento, ao absorver

o gás para a realização da fotossíntese. Dessa forma, compensa, durante o período de seu crescimento, parte das emissões.

## Gás liquefeito de petróleo (GLP)

Mistura de hidrocarbonetos com alta pressão de vapor, obtida do gás natural em unidades de processo especiais, mantida na fase líquida em condições especiais de armazenamento na superfície.



### **Gás natural**

Todo hidrocarboneto ou mistura de hidrocarbonetos que permaneça em estado gasoso em condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos e residuais e gases raros.

### **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**

Projetos certificados no âmbito do Protocolo de Quioto e realizados em países em desenvolvimento (que não possuem metas no referido protocolo) para reduzir emissões de gases de efeito estufa. Permitem que países desenvolvidos adquiram créditos de carbono para atingir suas metas de redução desses gases.

### **Nafta**

Derivado de petróleo utilizado principalmente como matéria-prima da indústria petroquímica na produção de eteno e propeno, além de outras frações líquidas, como benzeno, tolueno e xilenos.

### **Óleo**

Porção do petróleo existente na fase líquida nas condições originais do reservatório e que permanece líquida nas condições de pressão e temperatura de superfície.

### **Óleo combustível**

Frações mais pesadas da destilação atmosférica do petróleo. Largamente utilizado como combustível industrial em caldeiras, fornos etc.

### **Petróleo**

Todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e do condensado.

### **QAV**

Querosene de aviação.

### **Reserva**

Recursos descobertos de petróleo e/ou gás natural comercialmente recuperáveis a partir de determinada data.

### **Reserva provada**

Reservas de petróleo e/ou gás natural que, com base na análise de dados geológicos e de engenharia, estima-se recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza

e cuja estimativa considere as condições econômicas vigentes, os métodos operacionais usualmente viáveis e os regulamentos instituídos pelas legislações petrolífera e tributária brasileiras.

### **Royalty ou royalty**

É uma palavra de origem inglesa derivada da palavra "royal" que significa aquilo que pertence ou é relativo ao Rei. Seu plural é royalties. Na atualidade, royalty é o termo utilizado para designar a importância paga ao detentor ou proprietário ou um território, recurso natural, produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia. Os detentores ou proprietários recebem porcentagens geralmente pré-fixadas das vendas finais ou dos lucros obtidos por aquele que extrai o recurso natural, ou fabrica e comercializa um produto ou tecnologia, assim como o concurso de suas marcas ou dos lucros obtidos com essas operações. O proprietário em questão pode ser uma pessoa física, uma empresa ou o próprio Estado. Royalties são atualmente a cobrança de impostos da extração de um recurso natural de uma determinada região.

No caso do petróleo e do gás, o royalty trata-se da compensação financeira paga ao proprietário da terra ou área em que ocorre a extração ou mineração de petróleo ou gás natural.

### **Sequestro de carbono direto**

Captura e estocagem segura de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) antes que ele alcance a atmosfera.

### **Sistema Interligado Nacional (SIN)**

Formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da Região Norte do Brasil, o Sistema compreende toda a estrutura de produção e transmissão de energia elétrica no País, operando de forma coordenada e centralizada para obter ganhos a partir da interação entre diferentes agentes. No caso do Brasil, esse sistema é hidrotérmico e possui predominância de geração hidrelétrica.

### **Teste de Longa Duração (TLD)**

Teste de poços com tempo total de fluxo superior a 72 horas realizado durante a fase de exploração com a finalidade exclusiva de obter dados e informações para conhecimento dos reservatórios. Hidrocarbonetos produzidos durante o TLD estão também sujeitos a royalties.



# 4

## Defesa Civil







Foto: Sérgio Vale

# Defesa Civil

A cada ano, catástrofes e desastres naturais atingem milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, as tragédias se multiplicam e se intensificam a cada mudança de estação. A baixa responsabilidade do País no trato de uma questão tão seria tem vitimado milhares de brasileiros, especialmente entre a população mais pobre.

Estudos científicos mais recentes apontam que os processos de aquecimento global e de mudanças no clima estão nos levando a uma situação de extremos climáticos que potencializam ainda mais os efeitos negativos das ocorrências naturais no cotidiano de todos os brasileiros. Isso explica a seca na Amazônia e as chuvas torrenciais no Rio de Janeiro e em outras cidades e estados, que associado à ocupação de áreas impróprias, a processos de urbanização inadequados e ao descaso com os que vivem em áreas de risco, vem provocando prejuízos materiais incalculáveis e a perda de milhares de vida.

Diante disso, é fundamental que o Brasil conte com uma nova estrutura de Defesa Civil que seja eficaz, reúna as condições materiais necessárias não só para o resgate e atendimento das vítimas, mas principalmente para a prevenção das tragédias.

Para mudar essa situação, o senador Jorge Viana propôs ao Senado Federal constituir uma Comissão Especial para rever a legislação e apresentar propostas que façam com que o Brasil deixe de ser uma referência negativa e passe a se somar aos países que são referência positiva no trato do desastres naturais e antrópicos.

Na Presidência da Comissão, tendo como vice o senador Inácio Arruda e como Relator o senador Cassildo Maldaner, o senador Jorge Viana coordenou audiências em todas as regiões do país ouvindo profissionais que atuam na área da Defesa Civil nos três níveis de governo, a comunidade técnica e científica, gestores públicos e especialistas na área.

Os trabalhos foram concluídos ainda em 2011, apresentando uma nova Lei para a Defesa Civil, recomendando dez iniciativas, que se adotadas, farão do país mudarão a situação da Defesa Civil no Brasil. Com destaque para a proposta de criminalização dos agentes públicos ou privados que permitam ou estimulem a ocupação de áreas de risco.



## Região Norte discute fortalecimento da **Defesa Civil**

**P**residida pelo senador Jorge Viana (PT-AC), a Comissão Especial Temporária para Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil do Senado reuniu-se no dia 17 de junho de 2011, em diligência à região Norte na cidade em Manaus (AM), com o objetivo de colher subsídios para a elaboração do relatório final da comissão e apontar caminhos para o fortalecimento do atual modelo brasileiro de prevenção e reação às tragédias naturais.

A mesa dos trabalhos foi constituída pelas seguintes autoridades: governador do Estado, Omar José Abdel Aziz; senadores Jorge Viana, Casildo Maldaner (relator da Comissão) e senadores Eduardo Braga e João Pedro, do Amazonas. Também compuseram a mesa o vice-governador do Amazonas, José Melo; deputados estaduais pelo Amazonas, Conceição Sampaio e Tony Medeiros; vereador Marcel Alexandre, do município de Manaus; vice-almirante Antônio Carlos Frade







Foto: Edvaldo Vasconcelos

Carneiro, comandante do 9º Distrito Naval, e general Paulo Humberto, do Comando Militar da Amazônia. Participaram da diligência o coordenador estadual da Defesa Civil do Estado do Acre, coronel João de Jesus da Silva, e o coronel Flávio Ferreira Pires, comandante do Corpo de Bombeiros do Acre.

Na abertura da audiência, o senador Jorge Viana manifestou sua preocupação com os danos crescentes provocados pelas tragédias naturais no Brasil. Afirmou que o País ainda está longe das nações-modelo na resposta a este tipo de evento. Citou como exemplo o Japão, cujo sistema de defesa bem organizado permitiu respostas adequadas diante do terremoto seguido de tsunami de março de 2011 e a redução do impacto daquela tragédia.

O senador acreano defendeu o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Civil, por meio da implantação de um bom programa de prevenção e resposta aos desastres, com foco em monitoramento dos fatores que levam a essas ocorrências. Segundo ele, a Comissão Especial Interna pretende rever o sistema com a proposição de medidas para melhorar as suas estratégias de atuação. Tais medidas incluem, por exemplo, a solução de entraves orçamentários, investimentos em treinamento de profissionais da área de defesa civil, de acordo com as necessidades específicas das diferentes regiões brasileiras; a possibilidade de constituição de uma Força Nacional de Defesa Civil, e investimentos em um Centro Nacional de Monitoramento.

Para o senador Eduardo Braga, os estados da região Norte ainda precisam receber atenção adequada do governo federal. Conforme apontou, um dos principais problemas é o atraso na liberação de recursos federais. Um exemplo citado foi a demora na liberação de auxílio ao município de Itacoatiara, que sofreu muito com enchentes. Eduardo Braga afirmou que os problemas são agravados pela extensão continental do Estado do Amazonas.

O senador João Pedro acredita que a revisão da legislação poderia permitir maior agilidade na liberação dos recursos necessários ao atendimento da população atingida por tragédias naturais. Defendeu, ainda, a necessidade de organização das ações de todas as instituições e entidades que atuam na defesa civil, tais como os Corpos de Bombeiros e a Polícia Militar, com contribuições da sociedade civil, dos governos e dos parlamentares.

Coordenador estadual da Defesa Civil do Acre, o coronel João de Jesus da Silva lembrou que o Estado deve enfrentar dificuldades com a construção da rodovia Transoceânica, o que deve aumentar a demanda por ações da área de defesa civil. Ressaltou ainda que é crescente a preocupação na Amazônia com os incêndios florestais e com as mudanças climáticas, os quais demandam grande número de ações preventivas e corretivas. Para ele, a Defesa Civil precisa de recursos tanto para resposta às tragédias e reconstrução de áreas atingidas, quanto para prevenção de desastres e preparação dos profissionais envolvidos nessas ações.





O coronel defendeu ainda a necessidade de levar as ações da Defesa Civil às escolas, de forma que os cidadãos estejam preparados para lidar com situações de calamidade desde a infância a exemplo do que ocorre no Japão, onde a população está bem treinada para o enfrentamento de desastres naturais.

Por outro lado, o coronel salientou que os bombeiros voluntários são de grande importância no combate a incêndios sendo imprescindível valorizá-los pelo seu trabalho. Segundo o coronel, em países europeus e até mesmo em algumas regiões do Brasil não existem, a rigor, bombeiros voluntários, já que esses bombeiros

recebem diretamente para prestar auxílio nas ocorrências ou mesmo indiretamente, através das respectivas empresas.

O coronel Flávio Ferreira Pires, Comandante do Corpo de Bombeiros do Acre, explicou que, de acordo com a Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros, é imprescindível um debate sobre a regionalização da resposta aos problemas oriundos de desastres naturais ou tecnológicos. O argumento dele é o de que a região amazônica apresenta similaridades nos desastres ambientais embora tenha particularidades significativas quando comparada





Foto: Sérgio Vale

com o restante do país. Para o coronel, é importante conferir poderes aos municípios e aos Corpos de Bombeiros, que são o primeiro ente e o primeiro órgão a dar respostas às tragédias.


Ele ressaltou que o Corpo de Bombeiros do Acre durante muito tempo acumulou a Coordenadoria da Defesa Civil. A autonomia só foi alcançada no governo de Jorge Viana e hoje a coordenadoria é uma referência para o Brasil. Para o coronel, o Estado do Acre também tem problemas com enchentes e queimadas, mas consegue planejar razoavelmente as estratégias de combate, apesar da carência de recursos. Por isso, a

Prefeitura de Rio Branco é referência na prevenção e resposta a enchentes.

Ao finalizar o encontro, o senador Jorge Viana ressaltou que o Brasil já discute as questões referentes a uma melhor estruturação da Defesa Civil e acumula conhecimentos e experiências sobre o assunto. Só precisaria, portanto, colocar em prática as diversas soluções apresentadas. Nesse sentido merecem destaque, segundo ele, as propostas de melhoria do financiamento do Sistema de Defesa Civil com garantias orçamentárias adequadas, e de construção de um arcabouço legal que dê segurança às ações de prevenção e resposta às tragédias naturais.



Ministério da Integração Nacional
Destaque do Governo




# Defesa Civil

## BRASIL

[Página Inicial](#) •  
[Mapa do Site](#) •  
[Fale Conosco](#) •  
[Links](#)

Secretaria Nacional de Defesa Civil

- Histórico
- Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres
- Política Nacional de Defesa Civil
- Codificação de Desastre, Ameaças e Riscos
- Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
- Ocorrência de Desastres
- Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública
- Solicitação de Recursos
- Prestação de Contas
- Descentralização Destaque de Recursos
- Capacitação
- 1ª Conferência de Defesa Civil e Assistência Humanitária
- Rede Nacional de Emergência de Rádioamadores - Rener
- Notícias
- Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres
- Eventos Nacionais e Internacionais
- Publicações
- Glossário
- Legislação
- Quem é Quem

 Notícias

### Comissão de Defesa Civil realiza audiência em Recife

09/08/2011

A Comissão Especial de Defesa Civil do Senado realizou, ontem, audiência pública em Recife com representantes dos nove estados da região Nordeste. Prevenção, investimentos no setor e carreira profissional foram alguns temas tratados no encontro.

O senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da comissão, ressaltou a importância de uma mudança de cultura para trazer o foco para a prevenção dos acidentes. Na hora de lidar com o desastre natural, a defesa civil ganha importância para o país, mas, passada a crise, perde seu destaque, lamentou.

O presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado Guilherme Uchoa, defendeu a necessidade de melhorar os mecanismos de ação lembrando os deslizamentos nas matas norte e sul de Pernambuco em decorrência das chuvas de 2010 e 2011.

Já o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana, alertou para a necessidade de reformas na legislação que facilitem a liberação de recursos para o setor.

Para o relator da comissão, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), as propostas apresentadas em Recife trouxeram novidades.

— Podemos destacar a ideia de um incentivo fiscal para pessoas físicas ou jurídicas que investirem na defesa civil, além do investimento na carreira do profissional dessa área — afirmou.

O encontro encerrou um ciclo de debates que visa colher propostas e demandas nas cinco regiões brasileiras. Algumas ideias já têm consenso entre os senadores: alterar o foco das ações de defesa civil para a prevenção, preparar melhor as equipes, fortalecer as estruturas de defesa civil em estados e municípios e criar uma força nacional de defesa civil para auxílio emergencial.

Fonte: Agência Senado

---

Veja mais:

- [Notícias do ano 2011](#)
- [Notícias do ano 2010](#)
- [Notícias do ano 2009](#)
- [Notícias do ano 2008](#)
- [Notícias do ano 2007](#)
- [Notícias do ano 2006](#)
- [Notícias do ano 2005](#)
- [Notícias do ano 2004](#)





[Início](#) [Brasil](#) [Mundo](#) [Esportes](#) [Celebidades](#) [Economia](#) [Música](#) [Ciência](#) [Carreira](#) [Concursos](#) [Cinema](#) [Todas as notícias](#)

## Comissão temporária propõe ampla reestruturação da Defesa Civil

Quarta-Feira, 14 de Dezembro de 2011

PayPal       [Fonte original da notícia](#)

Um novo ordenamento para o Sistema Nacional de Defesa Civil, com mais recursos, pessoal qualificado e enfoque na prevenção, é a proposta da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, aprovada nesta quarta-feira (14) por meio do relatório elaborado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). O documento, aprovado por unanimidade, traz um projeto de lei a ser encaminhado à Comissão Diretora da Casa e recomendações a serem adotadas pelos Executivos federal, estaduais e municipais.

A proposta prevê, entre outras coisas, a definição clara das atribuições de cada órgão da Defesa Civil, a criação de um sistema integrado de informações de interesse para a defesa civil nas três esferas de poder e a criação da carreira de agentes civil. O projeto também promove a reestruturação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) para que seus recursos possam ser direcionados não apenas a ações de reconstrução, mas também a ações de prevenção, preparação e socorro. Por fim, sugere a criação de novas fontes de recursos para o fundo.

- Em síntese, nós procuramos partir de duas premissas. Uma que é a reestruturação do fundo de defesa civil no Brasil, dando novas regras ao fundo, e a segunda que é encontrar caminhos para atender à população, no campo preventivo e da reconstrução. Nós procuramos destacar que a prevenção é um campo fundamental. Isso ajuda muito para que na hora que aconteça o acidente, para ele possa ser minimizado - explicou Casildo.

A comissão temporária foi criada em maio deste ano, por iniciativa do senador Jorge Viana (PT-AC), que acabou por tornar-se seu presidente. A intenção era propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir uma força nacional de defesa civil. A necessidade de se debater o assunto surgiu diante dos repetidos desastres naturais que atingiram milhares de brasileiros por todo país - como a enchente de junho de 2010 que alagou 95 municípios em Alagoas e Pernambuco, desalojando 100 mil famílias ou os deslizamentos de terra provocados pelas chuvas na região serrana do Rio de Janeiro no início deste ano, que deixaram mais de 900 mortos e 23 mil desalojados.

Na avaliação dos senadores, para oferecer maior segurança à população de áreas de risco, é preciso mudar o atual cenário da Defesa Civil no país. Diagnósticos feitos pela comissão apontaram que a Defesa Civil não é tratada como prioridade pelo governo e há uma preferência por ações de respostas e recuperação, em detrimento às de prevenção e preparação de acidentes. Além disso, a Defesa Civil das três instâncias governamentais não conversam entre si, há poucos recursos destinados ao setor e falta orientação à população.

Ao longo dos trabalhos, os senadores realizaram duas audiências públicas, cinco diligências a estados atingidos por desastres naturais e analisaram arranjos institucionais de países como Austrália, Chile, Espanha, Cuba e Itália. Os debates e discussões mostraram ser fundamental reduzir o tempo de resposta aos desastres e adotar ações adequadas de monitoramento, com eficientes sistemas de alerta e alarme.

### Criminalização

Um ponto importante proposto no projeto de lei elaborado pela comissão foi a criminalização do gestor, público ou privado, que autorizar ou estimular a ocupação de áreas de risco. A medida tem o objetivo de evitar a omissão de agentes públicos e privados no processo de expansão urbana das cidades, uma das principais causas de tragédias no país.



## Jorge Viana preside reunião da comissão de defesa civil do Senado

A Comissão Especial de Defesa Civil do Senado, presidida pelo senador Jorge Viana, reuniu-se ontem (3), em Florianópolis, com representantes de órgãos de defesa civil dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para ver de perto como cada administração enfrenta situações de emergência e calamidade, como estiagens e enchentes, e, se necessário, propor mudanças no Sistema Nacional de Defesa Civil. A Comissão deve visitar todas as regiões do país e apresentar propostas em 90 dias.

Segundo Jorge Viana, as diligências às diversas regiões do país são uma oportunidade de identificar problemas específicos e replicar para o resto do país o máximo possível das soluções regionais. Ele citou o caso dos bombeiros voluntários, iniciativa da sociedade civil típica da região sul, como exemplo do que precisa ser



*Comissão deve visitar todas as regiões do país e apresentar propostas em 90 dias. Decisão foi tomada em discussão em Florianópolis*

levado para outros estados.

O senador acreano considera que o ideal seria coordenar os mecanismos mais eficazes para o enfrentamento de situações de emergência e desastre que cada unidade da federação tem e criar uma estrutura única, com raio de ação em todo o ter-

ritório nacional. Cada vez que surgisse uma emergência, essa força seria mobilizada de forma conjunta e de acordo com a especialidade de cada estado, acrescentou.

A discussão em Florianópolis incluiu temas como orçamento para defesa civil e fontes de financiamento (se-

guros, doações, orçamento); fortalecimento do sistema de defesa civil nacional; planos nacionais para problemas comuns (estiagens ocorrem em vários locais do país); grande investimento em tecnologias e em capacitação de recursos humanos para monitoramento e alerta. (Assessoria)

Fonte: Jornal A Tribuna - 04/06/2011



## Comissão de Defesa Civil visita o Rio de Janeiro

Os membros da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado, presidida pelo senador Jorge Viana (PT), estarão reunidos nesta sexta-feira, 10, com prefeitos e representantes de órgãos de defesa civil estaduais e municipais de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, que sediará o encontro, na segunda de uma série de diligências para avaliar os mecanismos de prevenção e enfrentamento de situações de emergência no país. O objetivo da comissão é propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

O encontro será realizado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a partir das

9 horas. Além do senador Jorge Viana, compõem a Comissão Especial os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator e vice-presidente, Inácio Arruda (PC do B-CE) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Também participam desta diligência os senadores Marcelo Crivela (PRB) e Francisco Dornelles (PP), ambos do Rio de Janeiro.

Após o evento, o prefeito Eduardo Paes receberá os senadores no Centro de Operações do Rio, instalado na Cidade Nova, que monitora a capital fluminense durante 24 horas e agrega dados de condições climáticas e de 30 órgãos municipais, além de concessionárias de trânsito, água

e energia elétrica.

Os esforços da Comissão Especial têm quatro objetivos principais: primeiro, a prevenção, com o desenvolvimento de sistemas de monitoramento para antecipar desastres; depois, a preparação, que visa treinamento de pessoal para melhorar a eficiência dos órgãos de defesa civil; a criação de um grupo de elite de pronta resposta para as emergências e, por fim, propor medidas para garantir recursos para as ações de defesa civil em todo o país. (Assessoria)



Senador Jorge Viana

Fonte: Jornal A Gazeta - 10/06/2011

## Jorge Viana preside audiência pública com ministro da Integração

O senador Jorge Viana presidiu ontem (28) a audiência pública com o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, na Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado, em que foram relatadas as principais medidas adotadas pelo governo federal para dotar o país de uma política de defesa civil.

A visita do ministro à Comissão coincidiu com a publicação do decreto regulamentador do Cartão de Pagamento da Defesa Civil (CPDC), que proporcionará mais agilidade no repasse dos recursos do governo federal nas ações de socorro, assistência a estados e municípios em situação de emergência ou de calamidade pública.

Jorge Viana afirmou que a visita do ministro foi importante porque permitiu aos senadores conhecer o trabalho que o Ministério da Integração está realizando na prevenção de acidentes naturais e, ao mesmo tempo, integrar



FERNANDO Bezerra falou sobre ações da defesa civil

as atividades do Executivo e do Legislativo nesse campo.

"O Brasil vive uma situação delicada, com desastres naturais e acidentes que tiram muitas vidas e causam grandes prejuízos materiais. A ocupação humana do espaço urbano, a relação inadequada do homem com o meio ambiente e o uso não sustentável dos recursos naturais podem provocar calamidades, mas os governos dos presidentes Lula e Dilma Rouseff

sempre foram comprometidos com a consolidação das leis de defesa civil e com adoção de políticas de prevenção de catástrofes", afirmou o senador acreano.

Jorge Viana disse que o propósito da Comissão Temporária é usar os subsídios colhidos nas visitas aos serviços de defesa civil de todo o país para propor o aperfeiçoamento da legislação em vigor. O primeiro passo nesse sentido já foi adotado: o rela-

tor da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, deputado Márcio Moreira (PP-MG), incorporou ao seu parecer emenda do senador Jorge Viana propondo que os gastos públicos relativos à prevenção de desastres e proteção da população, no âmbito do Ministério da Integração, não poderão sofrer contingenciamento nem ter sua execução suspensa na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

O senador acreano justificou a proposta alegando que, de acordo com estudos realizados pelas Nações Unidas, a cada dólar gasto em prevenção economiza-se 7 dólares em ações de socorro e reconstrução. Segundo ele, o número crescente de desastres naturais no país, com perdas de centenas de vidas e grandes prejuízos financeiros, exige que a defesa civil se transforme em prioridade da administração pública, com ênfase em medidas preventivas.

Fonte: Jornal A Tribuna - 29/06/2011



# Tramitação e Resultados

## Comissão Especial da Defesa Civil

**H**istoricamente, a atividade de Defesa Civil tem sido tratada com baixa prioridade pelo governo brasileiro. O País aplica recursos predominantemente em ações de resposta e recuperação, atribuindo pouca importância para ações de prevenção e preparação. Essa situação, aliada ao rápido e quase sempre desordenado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, faz com que desastres – naturais ou antrópicos – sejam mais frequentes e intensos. O foco nas ações de resposta e recuperação, além de demandar mais recursos públicos, não minimiza riscos e não previne a perda de vidas humanas. E mesmo nas ações de resposta e recuperação, a atuação do poder público parece improvisada e carente de planejamento eficiente e de recursos financeiros suficientes.

Dessa situação surgiu a iniciativa do Senador Jorge Viana de propor a criação de comissão para tratar da defesa civil. Até porque nos primeiros dias do seu mandato de Senador ocorreu a terrível tragédia da região serrana do Rio de Janeiro, que afetou mais de 170 mil pessoas, deixando 23 mil desalojados e mais de 850 mortos. A Comissão Temporária teve sua criação aprovada pelo plenário do Senado no dia 18 de março e foi constituída por 11 membros titulares e o mesmo número de suplentes, indicados pelos partidos políticos de forma proporcional ao tamanho da bancada no Senado. Logo ao início de seus trabalhos a Comissão elegeu o Senador Jorge Viana (PT-AC), Presidente, e o Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), Relator. Compuseram esta Comissão ainda os Senadores Delcídio do Amaral (PT-MS), Lindbergh Farias (PT-RJ), Inácio Arruda (PC DO B-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Valdir Raupp (PMDB-RO), Fernando Collor (AL) e Paulo Bauer (PSDB-SC).

Durante seu funcionamento, a Comissão Temporária Interna sobre Defesa Civil ouviu profissionais de todos os Estados brasileiros, que atuam no setor nos três níveis de governo. Para tanto foram realizadas:

Audiências Públicas:

15/06/2011 – Estratégia Internacional de redução de Risco de desastre;

28/06/2011 – Ministro da Integração Nacional

Diligências em todas as regiões do País;

03/06/2011 – Região Sul: Florianópolis;

10/06/2011 – Região Sudeste: Rio de Janeiro

17/06/2011 – Região Norte: Manaus;

30/06/2011 – Região Centro-Oeste: Brasília;

08/08/2011 – Região Nordeste: Recife.

O resultado desse esforço foi consolidado no Relatório Final que foi lido e aprovado no dia 16.12.2011 e autuado como Projeto de Lei do Senado nº 745 de 2011. Este Projeto de Lei deverá tramitar pelas Comissões técnicas do Senado, dentre elas a Comissão de Constituição e Justiça, e sendo aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados e posterior sanção pela Presidente da República.

A Comissão considera fundamental para o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Civil a firme tomada de decisão do Estado brasileiro no sentido de:

- 1. Reestruturar o Sistema Nacional de Defesa Civil**, reorganizar e promover a coordenação das estruturas existentes, mediante a definição clara das competências de todas as instâncias envolvidas com a atividade – do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) aos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC) –, mostrando-se absolutamente desnecessária a criação de novos órgãos.
- 2. Operacionalizar Coordenações de Defesa Civil em todos os Estados e Municípios brasileiros**, com posição hierárquica que possibilite a coordenação dos demais órgãos envolvidos na prevenção, na preparação, no socorro, na assistência às vítimas, no restabelecimento de serviços essenciais e na reconstrução das áreas suscetíveis ou afetadas por desastres.
- 3. Reestruturar o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP)**, de modo a ampliar suas fontes de recursos e possibilitar a aplicação destes em ações não apenas de reconstrução, mas também de prevenção, preparação e resposta.





Foto: Edvaldo Vasconcelos

4. **Impedir o contingenciamento** das verbas alocadas às atividades de defesa civil, inclusive as referentes ao Funcap.
5. **Criminalizar a conduta do agente**, público ou privado, que permita ou estimule a ocupação de áreas de risco, assim identificadas no Plano Diretor e no Plano de Expansão Urbana.
6. **Estabelecer que as cidades deverão manter no mínimo 20 m<sup>2</sup> de área verde por habitante**, tendo em vista que a crescente impermeabilização dos solos prejudica a infiltração da água e, desse modo, aumenta a frequência e a intensidade das inundações em áreas urbanas.
7. **Capacitar as comunidades a conhecer, minimizar e gerenciar os riscos a que estão sujeitas**, com base na premissa de que esta é uma responsabilidade compartilhada entre governo, setor produtivo, sociedade civil e indivíduos (construção de comunidades resilientes).
8. **Instituir Centros Nacional e Regionais de Monitoramento e Alerta**, a fim de permitir o monitoramento de riscos, ampliar a capacidade de predição da ocorrência de eventos climáticos extremos e possibilitar a adoção de medidas emergenciais de prevenção, como, por exemplo, a remoção da população das áreas de risco.
9. **Criar uma Força Nacional de Defesa Civil**, grupo de elite de pronto emprego, altamente capacitado e continuamente treinado, com possibilidade de atuação em todo o território nacional e com tempo de resposta muito curto.
10. **Efetuar, em todos os Municípios, o cadastramento das ocupações urbanas em áreas de risco**, de modo a propiciar a atuação preventiva dos entes públicos no sentido de minimizar os riscos a que está submetida a população, diminuir prejuízos econômicos e evitar a perda de vidas humanas.

As providências necessárias para a implementação dos pontos 1 a 6 constam do Projeto de Lei do Senado nº 745 de 2011. As referentes aos pontos 7 a 10 dependem da iniciativa do Poder Executivo nas três esferas de governo, conforme o caso.

Em audiência no mês de dezembro de 2011, o Relator da Comissão, juntamente com demais membros, entregaram ao Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra e ao Secretário Nacional de Defesa Civil Humberto Viana o Relatório Final da Comissão.



# Glossário Defesa Civil

## ABALO SÍSMICO.

Movimentos naturais da crosta terrestre, que se propagam por meio de vibrações. Podem ser percebidos diretamente pelas pessoas ou por meio de instrumentos especiais chamados sismógrafos. Anualmente são registrados cerca de 1 (um) milhão de abalos sísmicos, dos quais cerca de 5.000 são percebidos pelo homem e 20 a 30 são de efeitos danosos. A intensidade dos terremotos é bastante variável, e os fatores que nela mais influem são: a magnitude da energia liberada, a distância do epicentro, a profundidade do hipocentro e as características das rochas. Assim, quanto maior a distância, menor a intensidade e, quanto mais resistentes as rochas, menores os danos causados. A intensidade pode variar desde a imperceptível pelo homem até aquela cujos efeitos podem destruir cidades inteiras.

## AGENTE TÓXICO

Qualquer substância capaz de produzir efeito nocivo a um organismo vivo, desde danos funcionais até sua morte. Qualquer substância que seja potencialmente tóxica.

## ALERTA

Dispositivo de vigilância. Situação em que o perigo ou risco é previsível a curto prazo. Nessas circunstâncias, o dispositivo operacional evolui da situação de sobreaviso para a de prontidão (ECDEI), em condições de emprego imediato.

## ANTICICLONE

1. Região da atmosfera onde a pressão é alta no centro, na qual os ventos sopram, num mesmo nível, para fora e ao redor desse centro. No hemisfério Sul, os ventos sopram no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio; no hemisfério Norte, a favor. 2. Centro de alta pressão.

## ÁREA CRÍTICA

Área onde estão ocorrendo eventos desastrosos ou onde há certeza ou grande probabilidade de sua reincidência. Essas áreas devem ser isoladas em razão das ameaças que representam à vida ou à saúde das pessoas.

## BACIA DE CONTENÇÃO

Região limitada por uma depressão do terreno ou por diques, destinada a conter os produtos provenientes de eventuais vazamentos de tanques e suas tubulações.

## BRIGADA DE EMERGÊNCIA

Organização institucional de estrutura fixa e comando unificado, capacitada a atuar em situações de emergência. Normalmente, é polivalente e multidisciplinar.

## CADEIA DE COMANDO

Conduto por meio do qual as ordens e comunicação do escalão superior vão aos escalões subordinados. As ordens circulam em sentido descendente, e a informação dos resultados atingidos, que permite o controle, em sentido ascendente.

## CHUVA ÁCIDA

Chuva com concentrações apreciáveis de ácidos dissolvidos, resultantes da contaminação da atmosfera por produtos químicos ricos em óxidos de enxofre e de nitrogênio. Quando esses componentes são depositados, incrementam a acidez do solo e de água, causando danos à vegetação e aos ecossistemas naturais e modificados pelo homem.

## CORROSÃO

1. Deterioração ou destruição progressiva de uma substância ou de um material por uma ação química, provocada muitas vezes por fenômenos eletroquímicos. 2. Processo segundo o qual a água, na condição de solvente universal, dilui os sais solúveis, liberados das rochas, em consequência da ação mecânica, e os transporta sob a forma de soluções.

## DEFESA CIVIL

Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Finalidade e Objetivos. Finalidade: o direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Compete à Defesa Civil a garantia desse direito, em



circunstâncias de desastre. Objetivo Geral: reduzir os desastres, através da diminuição de sua ocorrência e da sua intensidade. As ações de redução de desastres abrangem os seguintes aspectos globais: 1 — Prevenção de Desastres; 2 — Preparação para Emergências e Desastres; 3 — Resposta aos Desastres; 4 — Reconstrução. Objetivos Específicos: 1 — promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem; 2 — prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres; 3 — atuar na iminência ou em situações de desastres; 4 — promover a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil — SINDEC, em todo o território nacional.

### **EPICENTRO**

1. Ponto da superfície terrestre mais próximo ao centro de um abalo sísmico; projeção na superfície terrestre do hipocentro de um sismo. 2. Ponto central de um acidente ou desastre. 3. Local onde os danos são mais intensos.

### **EVACUAÇÃO**

1. Ato médico que consiste no transporte de pacientes (feridos) do local de um sinistro até uma instalação médica que tenha condição de assisti-lo, dentro dos prazos biológicos e evitando a deterioração de suas condições de viabilidade, durante o transporte. 2. Procedimento de deslocamento e relocação de pessoas e de bens, desde um local onde ocorreu ou haja risco de ocorrer um sinistro, até uma área segura e isenta de risco.

### **FATORES DE REDUÇÃO DE RISCO**

Medidas de segurança complementares, além daquelas normalmente exigidas em qualquer planta de edificação ou indústria, que podem ser utilizadas para: 1) minimizar a expansão de uma área de danos, quando da ocorrência de um acidente; 2) reduzir a probabilidade ou magnitude de um acidente.

### **INTEMPÉRIE**

Rigor nas variações das condições atmosféricas, tais como: temperatura, regime dos ventos, chuva, umidade. Mau tempo.

### **PERCOLAÇÃO**

Capacidade de um fluido deslocar-se através de um meio poroso. Durante a percolação, ocorre a filtração de partículas em suspensão no meio líquido.

### **PLANO DE CONTINGÊNCIA OU EMERGÊNCIA**

Planejamento realizado para controlar e minimizar os efeitos previsíveis de um desastre específico. O planejamento se inicia com um “Estudo de Situação”, que deve considerar as seguintes variáveis: 1 - avaliação da ameaça de desastre; 2 - avaliação da vulnerabilidade do desastre; 3 - avaliação de risco; 4 - previsão de danos; 5 - avaliação dos meios disponíveis; 6 - estudo da variável tempo; 7 - estabelecimento de uma “hipótese de planejamento”, após conclusão do estudo de situação; 8 - estabelecimento da necessidade de recursos externos, após comparação das necessidades com as possibilidades (recursos disponíveis); 9 - levantamento, comparação e definição da melhor linha de ação para a solução do problema; aperfeiçoamento e, em seguida, a implantação do programa de preparação para o enfrentamento do desastre; 10 - definição das missões das instituições e equipes de atuação e programação de “exercícios simulados”, que servirão para testar o desempenho das equipes e aperfeiçoar o planejamento.

### **RAD**

Abreviatura da Radiation Absorbed Dose — dose de radiação absorvida. Unidade básica da dose de radiação ionizante absorvida. Uma dose de 1 rad significa a absorção de 100 ergs de energia de radiação por grama do material absorvedor.

### **SINISTRO**

Grande prejuízo ou dano material. Ocorrência de prejuízo ou dano por incêndio, naufrágio ou outra causa ou a algum bem para o qual se fez seguro.

### **SISMÓGRAFO**

Aparelho usado para registrar terremotos ou sismos. Por meio do sismograma, pode-se saber o tipo de onda vibratória e sua intensidade.

### **SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL**

Organizado por decreto, tem por competência planejar e promover a defesa permanente contra desastres, naturais ou provocados pelo homem, e atuar em situações de emergência e em estados de calamidade pública, integrando, no território nacional, ações de órgãos e entidades públicas e privadas, em interação com a comunidade, objetivando prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas e recuperar áreas deterioradas por eventos adversos.

Fonte: Antônio L. C. de Castro, Glossário de Defesa Civil Estudos de Riscos e Medicina de Desastres, Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Defesa Civil



5

Código  
Florestal





# Código Florestal

**H**á doze longos anos se arrastava no Congresso Nacional a mais polêmica e importante matéria do parlamento brasileiro – a elaboração do novo Código Florestal, com o desafio de conciliar produção com proteção do meio ambiente no país.

O Código em vigor, aprovado em 1965, claramente já não responde mais à realidade nacional, apesar de ter sido continuamente revisado e complementado por uma série de regulamentações que buscaram melhor ordenamento do uso do solo e maior proteção dos recursos naturais, especialmente de nossas florestas.

O Código Florestal é um dos temas mais importantes no Acre, no Brasil e no mundo e está associado diretamente a agenda sócio ambiental do planeta que discute as mudanças climáticas e exige mudanças profundas no comportamento das pessoas, nos padrões de consumo, no modelo de negócios e na ação dos governos.

Por sua importância para o país o Código Florestal desperta muito mais do que polêmicas, mas paixões e reações extremadas. Isso ficou evidente na votação ocorrida na Câmara dos Deputados que se deu sob um clima de grande acirramento. Mas era chegado o momento de inaugurar uma nova relação entre o setor produtivo e o setor ambiental no Brasil. E foi com esse espírito que o Senado Federal recebeu a proposta aprovada na Câmara.

O senador Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle/CMA, indicou o senador Jorge Viana como relator desta Comissão que tinha a função de tratar o mérito de tão importante matéria. O senador Luiz Henrique foi indicado relator nas três Comissões por onde iria tramitar inicialmente a matéria e convidou o senador Jorge Viana para trabalharem juntos desde o começo.

Foram ouvidos o relator do projeto na Câmara Deputado Aldo Rebelo, a Ministra do meio Ambiente Izabella Teixeira, ex-ministros de meio ambiente, ex-ministros de agricultura, instituições de pesquisa (Embrapa, Esalq, Inpa), organizações patronais, cientistas, técnicos, pesquisadores, movimentos sociais (Via Campesina, MST, Fetraf, Contag), Ongs, entidades pastorais e religiosas (Cimi e CNBB), entidades quilombolas e indígenas, entre outros.

A grande tarefa dos senadores Luiz Henrique e Jorge Viana foi feita de maneira suprapartidária, num ambiente de entendimento, envolvendo lideranças de vários partidos. Foi um processo absolutamente democrático e um exemplo para o Senado Federal.

No cumprimento dessa difícil missão Jorge Viana teve a seu favor o fato de ser do Acre, terra de Chico Mendes e de Marina Silva, e de ter tido o privilégio de liderar o governo da floresta que deu passos importantes para conciliar a atividade produtiva e a proteção do meio ambiente, sempre inspirado nos ideais de Chico Mendes e traduzido no conceito de florestania.

Foto: Daniela Dacotão



# A batalha do Código Florestal

**Q**uando aceitou o convite para ser o relator do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, o senador Jorge Viana sabia exatamente o que o aguardava: um dos maiores desafios de sua carreira política e, na prática, seu batismo de fogo no Senado Federal. Desatar os nós do Código Florestal não era, portanto, uma tarefa fácil. Engenheiro florestal de formação, político e gestor público por convicção e defensor intransigente do desenvolvimento sustentável, Jorge Viana tem a defesa do meio ambiente como causa de vida e, talvez por isso, tenha conseguido o que parecia impossível: ouvir todos os setores interessados no tema, do agronegócio ao pequeno produtor que sobrevive da produção familiar, passando pelos principais cientistas da Amazônia e do Brasil, a classe política, organizações governamentais e não governamentais, ambientalistas e ruralistas.

O resultado de meses árduos de trabalho e audiências por todas as regiões do país é um Código Florestal aprovado pelos senadores por 59 votos a favor e apenas 7 contra, e que reflete, em boa medida, as principais reivindicações de todos os segmentos interessados no tema.

“Não é o código de meus sonhos, mas carrega parte dos meus sonhos e é bom para o Brasil. Saímos de uma política de faz de conta para uma possibilidade real de reaver as florestas perdidas”, tem dito Jorge Viana. “Nos últimos 40 anos houve muita destruição de floresta nas áreas de preservação permanente nas encostas, ao longo de nossos rios e nascentes. Com o novo Código, agora o Brasil terá um dos maiores programas de recomposição florestal do mundo”.

Aos que dizem haver brechas para anistia, Viana reage com um argumento sólido: “Leiam o Código. Ele protege nossas florestas com o mesmo rigor do código velho. Ele não mudou em nada a proteção do meio ambiente e das nossas florestas, senão eu não teria posto minha assinatura lá. Se o Brasil quiser, vai ter zero de desmatamento ilegal de 22 de julho de 2008 para frente”.

Todas as reuniões organizadas por Jorge Viana para discutir as propostas do Novo Código Florestal foram bastante produtivas e trouxeram diversas sugestões e encaminhamentos sobre a importância de se

construir uma proposta que garanta segurança jurídica e ambiental para as próximas décadas.

No Acre, Jorge Viana realizou debates com representantes da comunidade científica, organizações não governamentais, sindicatos e trabalhadores rurais, além de empresários da indústria e do comércio, produtores rurais e dirigentes de organizações da classe patronal. Em todas as audiências ouviu e destacou os avanços e mudanças já conquistados no Senado. “É assim que tem sido nosso trabalho em relação ao Código Florestal: ouvir muito e a todos os segmentos e buscar a construção do consenso”.

A decisão de fazer várias audiências no Acre se baseia na experiência do Estado na área de desenvolvimento sustentável e no diálogo construído entre os diversos setores da produção e meio ambiente.

“O Acre é uma boa fonte para se beber, para vir buscar sugestões sobre esse tema, porque conseguiu mudar uma realidade muito ruim de destruição, de insustentabilidade e agora já começa a fincar os dois pés no desenvolvimento sustentável, com manejo florestal com respeito e valorização dos que fazem o serviço ambiental, como o seringueiro, os trabalhadores extrativistas, os nossos índios e também num diálogo com todos os produtores, da agricultura familiar à empresarial”, defende Jorge Viana.

Para o pesquisador da Embrapa Acre Judson Valentim, as reuniões organizadas por Jorge Viana foram extremamente importantes, pois permitiram que a comunidade pudesse mostrar os avanços que o Acre já alcançou na busca de um processo de gestão sustentável dos seus recursos naturais. “O Acre já possui seu Zoneamento Ecológico-Econômico concluído como resultado de um amplo pacto que reconheceu o processo histórico de ocupação e desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade acreana. Como consequência, já possui suas políticas de valorização do ativo florestal, de regularização do passivo ambiental, de certificação das propriedades rurais e de mudanças climáticas”.

Já o Pesquisador do Woods Hole Research Center e da Universidade Federal do Acre, Professor Doutor Irving Foster Brown, um dos grandes nomes da América Latina na discussão sobre mudanças climáticas, a





Foto: Karen Vujic

discussão aprofundada do novo Código é importante para que se coloque na pauta fatos como o de que o desmatamento em outros estados do baixo Amazonas, por exemplo, afeta a produção de água no Acre.

Na avaliação do professor Evandro Ferreira, da Universidade Federal do Acre e pesquisador do INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia) no Estado, o debate sobre o novo Código Florestal foi esclarecedor e proveitoso. Segundo ele, coube a Jorge Viana a complexa tarefa de promover uma articulação política usando como argumentos opiniões jurídicas e científicas para melhorar um texto resultante de discussões que muitas vezes não levaram em conta o bom senso, a racionalidade e o ordenamento jurídico vigente.

Para o procurador geral do Estado, Rodrigo Neves, que auxiliou o senador Jorge Viana nos debates no Acre, a solução definitiva para o problema da produção rural e florestal decorrerá da mudança do modelo produtivo, que hoje favorece uma economia que só reconhece valor nas áreas sem florestas. “Deve-se estabelecer políticas públicas inovadoras e transparentes, baseadas na produção de baixo carbono, constituindo-se novos arranjos financeiros que possam desenvolver ambientes de negócios baseados na manutenção da floresta e, assim, se alcance o cumprimento do grande desafio desse século, que é fazer o encontro entre economia e ecologia”.

O jornalista Bruno Taitson, da WWF-Brasil saiu animado dos debates no Acre. “Um dos erros da Câmara foi ter excluído os cientistas da discussão. Não podemos ficar no ‘achismo’; na hora de desempatar a questão temos que recorrer à ciência e às soluções técnicas”. Segundo ele, a disponibilidade dos senadores em realizar seguidas audiências com pesquisadores,

movimentos sociais e organizações não governamentais qualifica o debate.

Eduardo Borges (Cazuza), do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), disse que manter o novo Código como veio da Câmara seria um grande retrocesso para o país. “Nós defendemos a produção familiar e vamos lutar para que o texto seja modificado com garantias a este importante setor da produção brasileira”.

Mary Allegretti, ambientalista e amiga de Chico Mendes, lembra que o debate sobre o Código Florestal não é novo e a demora em alcançar um consenso é prejudicial ao meio ambiente, uma vez que a inexistência de regras claras facilita as práticas ilegais. “O Acre é um exemplo de conciliação entre proteção do meio ambiente e desenvolvimento, tanto do ponto de vista legal quanto prático. E essa experiência de que é possível e necessária essa conciliação torna o senador Jorge Viana um interlocutor crível para diferentes segmentos da sociedade”, disse.

No debate realizado na Federação de Agricultura e Pecuária do Acre, Jorge Viana recebeu várias contribuições do setor produtivo. Não foram poucos os produtores rurais presentes que fizeram a defesa da importância do manejo florestal para o fortalecimento da economia acreana baseada no desenvolvimento sustentável. Muitos estão realizando manejo em suas propriedades com bastante sucesso.

O presidente da Federação, Assuero Veronez, destacou a importância de correções no Código em relação às multas que vêm sendo aplicadas aos pequenos, médios e grandes produtores da Amazônia por fiscais do Ibama e ICMBio. “Depois de tanto tempo entre as discussões com a sociedade, na Câmara dos Deputados e no Senado, entendemos que o agricultor brasileiro finalmente terá mais segurança jurídica”.





TIÃO Viana foi o primeiro a receber o senador com o objetivo de debater as propostas para o Código Florestal

## Jorge Viana discute Código Florestal no Acre

### EMENDA

*Ao final da audiência, o parlamentar disse ao desembargador Longuini que pretende continuar mantendo o excelente relacionamento que sempre teve com o Judiciário local em todos os seus segmentos*

O senador Jorge Viana (PT), relator do projeto do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, iniciou na manhã de ontem (6), em Rio Branco, a discussão com representantes dos diversos segmentos da sociedade acreana e do setor público sobre o texto a ser votado no Senado, a partir do relatório final a ser elaborado na Comissão.

A primeira conversa foi feita com o governador Tião Viana, no escritório de governo. "A conversar com o Tião (Viana) tem dois focos: primeiro ele conhece como poucos como funciona o Senado e também porque, como governador, ele é o guardião do Estado, um estado que fez o seu dever de casa e é modelo para o país na área de zoneamento e de diálogo com os diversos setores produtivos", disse Jorge Viana.

Tião Viana, por sua vez, Tião Viana destacou a impor-

tância da relatoria do código ter ficado com Jorge Viana. "O Jorge tem a frente um grande desafio, mas ele é hoje uma das maiores autoridades no debate sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Aqui no Acre compatibilizou a equação que resultou no diálogo entre o setor produtivo e o setor ambiental. Estou feliz por essa indicação e a nossa equipe técnica da área já está à disposição do senador para todas as informações necessárias", disse o governador.

### Reunião com parlamentares

Ainda pela manhã, Jorge Viana esteve na Assembleia Legislativa do Acre. Lá conversou com 12 dos 24 deputados estaduais sobre a relatoria do novo Código Florestal. Participaram da reunião, além do presidente da Casa, Elson Santiago e do primeiro secretário Ney Amorim, os deputados Wherles Rocha; Astério Moreira, Luis Tchê, Lira Morais, Jonas Lima, Chico Viga, Eber Machado,

Eduardo Farias, Geraldo Pereira e Jamyl Asfury.

O senador acreano ouviu os parlamentares que apresentaram dúvidas e questionamentos sobre o novo Código e acertou dois compromissos com o grupo. O primeiro com o deputado Luis Tchê, presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) para a realização, na Comissão de Meio Ambiente, de uma audiência pública com repre-

sentantes das Assembleias Legislativas de todo o país para discutir o tema.

O segundo compromisso foi feito com os parlamentares acreanos para que seja realizado, no segundo semestre uma audiência pública em Rio Branco com membros da Comissão para ouvir as reivindicações dos deputados acreanos.

"Nós estabelecemos, na comissão, a organização de audiências públicas para deba-

ter a o novo código a partir do texto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, focando as discussões nos pontos divergentes do relatório. E eu não poderia começar esse debate sem antes ouvir os parlamentares do meu Estado. Saio daqui motivado e convicto de que estamos no caminho certo de buscar o entendimento entre os diversos setores sobre o que é melhor para o país", disse Jorge Viana. (Assessoria)

Fonte: Jornal A Tribuna - 07/06/2011



## “Conseguir aprovar o Código Florestal já vai ter valido meu mandato”, diz Jorge Viana

TIAGO MARTINELLO

Entrando na reta final para a sua aprovação no Senado, o Código Florestal, mais do que nunca, não deve sair de pauta da mídia nos próximos meses. E para tratar deste momento decisivo, A GAZETA ouviu, com exclusividade, o senador Jorge Viana (PT), relator da Comissão de Meio Ambiente (CMA), aquela que dará a última versão do código no Senado. Uma responsabilidade difícil de mensurar, mas que o senador carrega com muita tranquilidade e ciência do seu dever. Tanto é que ele já adianta: “aprovar bem o código já terá valido meu mandato”.

Mas por que, para um homem que já foi governador do Estado por 8 anos, o projeto de alteração no texto do Código Florestal (PLC 30/2011) merece tanta importância?

Para Jorge, esta pergunta é fácil. Segundo ele, o novo código, além de ser uma compensação aos grandes males ambientais causados pelas políticas de incentivo à expansão de propriedades rurais/pecuária nas décadas de 60 (quando o Código Florestal foi redigido), 70, é visto como o principal mecanismo que o Brasil terá para cumprir o Grande Compromisso que assumirá na Rio+20, conferência das Nações Unidas (ONU) que promete ser um novo marco mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

O megaevento acontecerá em junho de 2012, na ‘Cidade Maravilhosa’, e nela o país deve se comprometer a aumentar a sua oferta de alimentos em pelo menos 40% para ajudar o mundo a vencer a pobreza extrema, equilibrando com a nova demanda de pessoas que devem nascer nos próximos 40 anos. Segundo estudos da ONU, até 2050 a população mundial deve subir de 7 bilhões (atual) para mais de 9 bilhões de pessoas. Além disso, hoje em dia a ONU estima que há cerca de 1,6 bil-

hão de pessoas vivendo com menos de R\$ 60 mensais. E pelo ritmo atual, a previsão é de que mais de 2,5 bilhões de pessoas vivam nesta condição em 2050.

“Pela riqueza natural e o potencial da sua economia, o Brasil é o país que a ONU enxerga como estratégico para mudar a realidade e suprir as necessidades do mundo. Isso vai pôr o nosso país como uma das maiores potências mundiais, além de significar um dever social nosso de ajudar a humanidade. Outra grande meta da Rio+20 será o equilíbrio entre este aumento na produção mundial sem comprometer o nosso ambiente, o nosso clima. Como fazer isso? A melhor maneira é mantendo as nossas florestas preservadas”, pregou Jorge.

Mas será que o Código Florestal vai conseguir fazer o Brasil atingir esta meta tão ambiciosa? Sempre otimista (e munido de ‘dados realistas’, ao mesmo tempo), o senador acredita que sim. Segundo ele, o código, por tudo o que vem sendo discutido para o seu novo texto, vai ser um conjunto normativo bastante claro para reger as atividades rurais-num novo e otimizado ritmo de desenvolvimento para o futuro, imposto com a prerrogativa de manterem conservadas as matas brasileiras.

“Dos 69 artigos do código que veio da Câmara, pelo menos 15 são problemáticos. Mas estamos discutindo incessantemente com especialistas e com as comunidades dos setores envolvidos para mudar isso. Vamos ter uma regra geral no código que vai nos liberar do passado, ao mesmo tempo que nos ampara para fazer diferente no futuro. E fazer melhor, usando de forma inteligente as nossas florestas e respeitando a vegetação de todo nosso país. Estou certo de que, com ele, vamos poder resolver nosso passivo ambiental [que é de 10 mil Km<sup>2</sup>, ou cerca de 1 mi de ha] e nos tornar um exemplo de país que estende a mão a seus produtores, e não aqueles que fi-



VICTOR AUGUSTO

Para Jorge, novo código irá compensar males ambientais

cam só aplicando multas. A multa, já está mais do que comprovado, não resolve nada. Até porque, no Brasil, só 1% das multas ambientais são pagas”.

Sobre as relatorias do senador Luiz Henrique (PMDB/SC), Jorge contou que os 2 estão trabalhando muito bem em conjunto para fechar um texto final único, que agrada a todos e, assim, acelere o seu processo de votação no Senado. Jorge também adiantou que atualmente eles dois já têm bases suficientes para elaborar um texto prático para o código. No entanto, até o fim da fase de méritos, eles devem seguir fazendo as últimas rodadas de reuniões e debates, a fim de incorporar as melhores emendas no texto final.

A ‘jabuticaba’ dos Ruralistas - Sobre a posição de alguns dos defensores da classe ruralistas que criticam que o

novo código está tentando manter florestas demais no país [algo que os outros países não fazem, ou seja uma ‘jabuticaba’, fruta que só existe no Brasil], Jorge fez questão de explicitar as obrigações que têm os donos de qualquer propriedade privada.

“Cerca de 6% das terras do Sul do país são APPs (Áreas de Preservação Permanente). Na Amazônia, nosso percentual de áreas conservadas é de 26%. Isso é importante. O Brasil todo tem 80 milhões de hectares (5 vezes o território acreano, que é de 16 milhões de ha) em APPs. Temos de manter e usar este espaço de forma responsável. É uma obrigação nossa. Alguns ruralistas dizem que só no Brasil se tenta preservar tanta floresta em áreas privadas, mas eles têm que entender que o trabalho deles, a terra deles, conforme rege o nosso código civil, têm uma função social”, declarou Jorge.

Fonte: Jornal A Gazeta - 10/10/2011



## CONTEÚDO

Últimas Notícias

Agenda

Pronunciamentos

Imagens do Senado

Agência Multimídia

Entenda o Assunto

Glossário Legislativo

Suplementos Especiais

Mercosul

Inglês | Espanhol

## EDITORIAS

Plenário

Comissões

CPIs

Orçamento

Presidência

Institucional

Congresso

Especial

Sanções/Vetos

## REDES SOCIAIS

Twitter

Facebook

Flickr

Política de Uso

## SERVIÇOS

Compartilhe

Espaço do Leitor

Móvel

Aplicativos

Newsletters

RSS

Widgets

## EXPEDIENTE

Quem Somos

Fale Conosco

Mapa do Site

Política de Uso

INDICADORES  
ECONÔMICOS

Inflação acumulada - (IPCA 12 meses)  
6,64%

Dólar EUA (em R\$)  
16/12 - 1,3900

Compra	Venda
1,8449	1,8456

Juros - Taxa Selic  
(ao ano)  
10,90%

Fonte: Banco Central



APLICATIVO DO SENADO  
PARA IPHONE, ANDROID E  
BLACKBERRY

SENADO  
NA MÍDIA

## /NOTÍCIAS

ESPECIAL

07/12/2011 - 15h16

## Para Jorge Viana, código transforma floresta em ativo econômico



Foto: Cezar / Agência Senado

Ao analisar o projeto de novo Código Florestal aprovado na noite de terça-feira (6) em Plenário, o senador Jorge Viana (PT-AC) disse considerar que o texto que volta à Câmara reúne as condições necessárias para transformar as florestas brasileiras em ativos econômicos. O parlamentar, que dividiu com Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) a relatoria do texto, acredita que as mudanças feitas pelos senadores resultarão em nova dinâmica para exploração da floresta em pé.

O Brasil precisa de uma radical reestruturação de gestão florestal. Estados e municípios terão, caso o texto aprovado no Senado seja transformado em lei, de se reorganizar para trazer floresta de volta. Em aliança com produtores rurais, será possível transformar nossas florestas num dos mais importantes ativos econômicos do país.

Jorge Viana se disse confiante de que o novo código contribuirá para o crescimento econômico do país, gerando empregos para responder às demandas de reflorestamento que surgirão com a nova lei. Ele também destacou os incentivos econômicos incluídos no texto, que visam remunerar agricultores que conservam matas nativas e para incentivar a recuperação de áreas desmatadas.

Ele lembrou que o projeto aprovado prevê mecanismos de premiação proporcionais ao cumprimento da legislação florestal, com vantagens maiores para os aqueles que seguiram a lei ou foram além das obrigações mínimas para áreas protegidas.

## Tramitação na Câmara

Por conta das mudanças feitas pelos senadores, o projeto volta à Câmara. Jorge Viana acredita que os deputados devem manter o texto aprovado pelo Senado.

Boa parte dos que defendem o setor rural entenderam que o Brasil precisava de um equilíbrio entre as necessidades do setor produtivo e as necessidades de preservação ambiental - observou ele.

Iara Guimarães Altafin / Agência Senado

(Reprodução ou utilização mediante citação da Agência Senado)

## PESQUISA

Agência Senado + Google

Buscar

Busca Avançada

Agência  
SENADO

Últimas Mais Lidas

20h:38 - Comissões  
Aprovado projeto que obriga  
latifundiários a informar com  
antecedência prep. a ser pago pelo  
leite

19h:32 - Comissões  
CAC vota recondução ao Cade e  
ouve diretor do BC na terça-feira

18h:41 - Congresso  
Relatório do Orçamento 2012 deve  
ser apresentado segunda e votado  
quinta pelo Congresso

18h:15 - Institucional  
Assessoria do Senado divulga nota  
em resposta ao jornal 'O Globo'

17h:42 - Comissões  
Situação de refugiados haitianos no  
Acre será debatida pelo Senado

Mais notícias

## ENQUETE

16/12/2011 a 15/01/2012

Você é a favor ou contra a garantia  
oferecida no Estatuto da  
Juventude, de meia-entrada a  
estudantes de até 29 anos, em  
eventos artísticos-culturais de  
entretenimento e lazer (PLC  
98/2011)?

Favor

Contra

RESPONDER RESULTADOS

Cômico o projeto

Clique aqui para visualizar o projeto

Resultados Anteriores

Atenção

Os resultados do enquete  
representam a opinião das pessoas  
que votaram, não sendo possível  
extrapolá-los para toda a população  
brasileira.

Fonte: DataSenado



Agência Senado  
no Facebook

Curtir

9.612 pessoas curtiram Agência Senado.



Débara

Jomar

Janine



Rosy

Emil

Roberto T



Andréa

Bka

Agnaldo

Plug-in social do Facebook



- CONTEÚDO**
- Últimas Notícias
  - Agenda
  - Pronunciamentos
  - Imagens do Senado
  - Agência Multimídia
  - Entenda o Assunto
  - Glossário Legislativo
  - Suplementos Especiais
  - Mercaul
  - Inglês | Espanhol
- EDITORIAS**
- Plenário
  - Comissões
  - CPIs
  - Orçamento
  - Presidência
  - Institucional
  - Congresso
  - Especial
  - Sancões/Vetos
- REDES SOCIAIS**
- Twitter
  - Facebook
  - Flickr
  - Política de Uso
- SERVIÇOS**
- Compartilhe
  - Espaço de Leitor
  - Móvel
  - Aplicativos
  - Newsletters
  - RSS
  - Widgets
- EXPENDENTE**
- Quem Somos
  - Fale Conosco
  - Mapa do Site
  - Política de Uso

/NOTÍCIAS

PLENÁRIO / PRONUNCIAMENTOS  
25/11/2011 - 11:00

**Jorge Viana: novo Código mantém rigor do anterior e contribui para reflorestamento**



Foto: Luciano Espino / Agência Senado

O senador **Jorge Viana** (PT-AC) disse nesta sexta-feira (25), em Plenário, que o novo Código Florestal (PLC 30/11), do qual foi relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), mantém o rigor do texto de 1965 e vai contribuir para o reflorestamento no país. O relatório do projeto foi aprovado nesta quinta-feira (24) pela comissão e seguiu para o Plenário em regime de urgência.

Na avaliação do parlamentar, a sua versão do projeto "não prevê ansia" para quem desmatou ilegalmente áreas que deveriam ser protegidas e ainda vai contribuir para reduzir um passivo ambiental de mais de 50 milhões de hectares.

"Mantivemos todo o rigor do que já tinha no Código de 65 e o flexibilizamos para trazer de volta a floresta perdida. Quem desmatou ou quem desmatar uma única árvore que não esteja licenciado de 2008 para cá vai ter de trazer essa árvore de volta. Não tem complacência com quem destrói o meio ambiente" - afirmou.

Em seu pronunciamento, o senador também pediu envolvimento do governo federal e dos governos estaduais para a aplicação do Código assim que ele for aprovado pelo Congresso Nacional. Do contrário, avaliou **Jorge Viana**, o documento será apenas um texto de "faz de conta". O projeto ainda precisa ser aprovado pelo Plenário do Senado e voltar a ser examinado na Câmara.

"O Código só vai valer mesmo se tiver um envolvimento do governo federal e de todos os governadores estaduais criando nova governança para a gestão ambiental e, principalmente, se enxergarem o produtor como um aliado - avaliou **Jorge Viana** ao lembrar que a maior parte das reservas legais está dentro das propriedades privadas.

"Esse impasse de tratar o produtor como adversário não traz uma árvore de volta disse.

Jorge **Viana** também agradeceu o apoio de senadores de "todos os partidos" que valorizaram seu trabalho como relator do Código Florestal.

Veja mais

**Rolleberg agradece apoio na votação do Código Florestal**

**Jucá agradece Jorge Viana por acatar sugestão relativa a Roraima no relatório do Código Florestal**

**Jorge Viana inclui normas para recomposição de APPs e capítulo para agricultura familiar no Código Florestal**

**Acordo entre governo e ruralistas leva à aprovação de texto-base do Código Florestal**

**Código Florestal passa na CMA e vai a Plenário com pedido de regime de urgência**

**Código Florestal: regra para biomas que integram várzeas fica para o Plenário**

**Página especial sobre o Código Florestal**

- PESQUISA

Agência Senado Google

Busca Avançada

Agência Senado

Últimas Mais Lidas

- 20h28 - Comissões**  
Aprovado projeto que obriga latrinas e informar com antecedência prop a ser pago pelo leite
- 19h32 - Comissões**  
CAE vota reconduções ao Cade e ouve diretor do BC na terça-feira
- 18h41 - Congresso**  
Relatório do Orçamento 2012 deve ser apresentado segunda e votado quinta pelo Congresso
- 18h15 - Institucional**  
Assessoria do Senado divulga nota em resposta ao jornal 'O Globo'
- 17h42 - Comissões**  
Situação de refugiados haitianos no Acre será debatida pelo Senado

- ENQUETE

16/12/2011 a 15/01/2012

Você é a favor ou contra a garantia oferecida no Estatuto da Juventude, de meia-entrada a estudantes de até 29 anos, em eventos artístico-culturais, de entretenimento e lazer (PLC 98/2011)?

Favor

Contra

RESPONDER RESULTADOS

Comente o projeto

Clique aqui para visualizar o projeto

Resultados da pesquisa

Atenção

Os resultados da pesquisa representam a opinião das pessoas que votaram, não sendo possível extrapolar para toda a população brasileira.

Fonte: DataSenado



Agência Senado no Facebook

9.612 pessoas curtiram Agência Senado.

Marcos Oliveira Nicolini

Januar Chedvák Janina

Ándrea Lillat Alfa Faraji

Plug-in social do Facebook

**INDICADORES ECONÔMICOS**

Inflação acumulada - (IPCA 12 meses)  
6,6-6%

Dólar X BRL (em R\$)  
167,12 - 13000

Compra - Venda  
1,8449 1,8936

Juros - Taxa Selic (ao ano)  
16,75  
10,50%

Fonte: Banco Central

APLICATIVO DO SENADO PARA IPHONE, ANDROID E BLACKBERRY

SENADO NA MÍDIA





JORGE Viana participa de audiência pública sobre o Código Florestal no Rio Grande do Sul.

## Jorge Viana aposta em entendimento sobre o Código Florestal

*Senador participou de audiência pública conjunta de três Comissões em Esteio (RS)*

O senador Jorge Viana, relator do Código Florestal, disse ontem que o entendimento é o principal recurso para aprovar um novo Código Florestal que dê segurança jurídica ao produtor rural e, ao mesmo tempo, proteja o meio ambiente. A afirmação foi feita em audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia do Senado realizada em Esteio (RS), durante a Expointer, feira agropecuária realizada na cidade.

Segundo Viana, o entendimento pode ser obtido porque meio ambiente e produção agrícola são partes de um mesmo todo. "Ninguém produz sem água, sem solo e sem clima adequado. Água

tornou-se um recurso escasso e o Brasil, para se tornar a potência alimentar com que todos sonhamos, tem que conciliar os interesses de ambos os lados", acrescentou.

Para ele, o texto do novo Código Florestal tem que ser claro, para evitar riscos de questionamento jurídico e atender às diferenças entre as diferentes regiões e os senadores terão que "definir que parte da lei deve ser compartilhada com estados e municípios".

O senador lembrou aos agricultores presentes à audiência pública que o Código Florestal é apenas parte dos problemas da atividade agrícola e que há vários outros aspectos que precisam ser tratados para criar um modelo de agricultura moderno e sustentável, que ajude o Brasil a assumir a liderança na produção de alimentos. "Precisamos de uma política agrícola centrada no produtor e na unidade produtiva, em vez do produto, assim como precisa-

mos de uma lei agrícola e de uma lei que atenda às especificidades dos nossos cinco biomas", afirmou.

Ao enfatizar a necessidade de entendimento, Viana lembrou que o Acre conseguiu implantar seu Zoneamento Econômico-Ecológico com um pacto de execução, em que pequenos e grandes fazendeiros, agricultores, indígenas e ribeirinhos dialogaram e conseguiram harmonizar seus interesses.

Segundo Jorge Viana, o Brasil é o país que mais cresce em produtividade no mundo e precisa aperfeiçoar sua agricultura para torná-la sustentável. "Iremos pagar um preço por isso? Vamos! Quem irá pagar por um desequilíbrio ambiental? Se não tivermos uma lei justa serão as pessoas que estão numa situação mais desfavorável", contextualizou Jorge Viana. "Eu penso que o desafio não é pequeno, mas se tivermos claramente os nossos objetivos, iremos adiante", disse Viana.

*Da Assessoria*

Fonte: Jornal Página 20 - 03/09/2011



## Comunidade científica debate Código Florestal com senadores

Diversos integrantes da comunidade científica estiveram ontem, 5, no Senado Federal para falar sobre Código Florestal. Representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) apresentaram aos senadores das comissões de Reforma Agrária e Meio Ambiente o estudo "O Código Florestal e a Ciência - Contribuições para o Diálogo".

O senador Jorge Viana, relator do Código Florestal no Senado, disse que o trabalho técnico-científico é essencial para o projeto. "A base do conhecimento científico em 1965, quando foi elaborado o código em vigor, evidentemente era muito diferente do que temos hoje",

disse. Jorge Viana defende que o Brasil siga como uma potência na produção de alimentos, mas que também seja o G1 da biodiversidade e da sustentabilidade. "Mas não podemos fazer nada sem ciência", afirmou.

O grupo que elaborou "O Código Florestal e a Ciência - Contribuições para o Diálogo" foi composto por especialistas das mais respeitadas instituições de ensino e pesquisa do país. Eles trabalharam por quase um ano, sem pagamento. "É um dever com a sociedade brasileira", explicou a presidente da SBPC, Helena Nader, professora da Escola Paulista de Medicina. O professor José Aleixo, também colaborador da SBPC, alertou que o trabalho foi realizado sem visões setoriais:

"Não devemos alimentar brigas entre ambientalistas e ruralistas, porque o Brasil perde. Chegou a hora do entendimento, e a ciência e a tecnologia podem ajudar um pouco neste processo", disse o professor.

Jorge Viana acredita que o conhecimento científico pode ser a base para que o Código Florestal fortaleça as políticas nacionais de uso do solo, dos recursos naturais, da força produtiva e do agronegócio, dando segurança jurídica para o setor produtivo. O senador também elogiou a imparcialidade da comunidade científica e afirmou que o trabalho foi focado na realidade. Ele acredita que é possível definir melhor os princípios que devem orientar a votação do código, com objetividade: "Queremos mudar

o que pode ser mudado e acrescentar o que está faltando no texto que veio da Câmara Federal". O senador acreano falou ainda que seu dever como relator é "agir pelo Brasil, pelos produtores, pelo meio ambiente e pela biodiversidade".

Ao abrir as apresentações dos cientistas, Helena Nader, presidente da SBPC explicou que o estudo foi elaborado por um grupo independente, sem qualquer vinculação com o agronegócio, movimentos ambientalistas ou partidos políticos. Conforme ressaltou, foram reunidos pesquisadores das diversas áreas envolvidas na elaboração do novo Código, com o propósito de fornecer informações científicas para orientar as decisões dos parlamentares. (Assessoria)

Fonte: Jornal A Gazeta - 06/07/2011

6

Quinta-feira, 8 de dezembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

## Novo projeto do Código Florestal é realista

**S**e a Câmara dos Deputados referendar a decisão do Senado, como se espera, longos dez anos de tramitação do projeto do Código Florestal terão produzido um texto equilibrado sobre um tema estratégico, num terreno minado por paixões e interesses políticos e ideológicos.

A luta entre "ambientalistas" e "ruralistas", transposta para o Congresso, parecia um obstáculo intransponível. Em certa medida, ajudou no desfecho positivo o fato de o decreto 6.514, de 2008, suspenso pelo governo Lula para permitir um entendimento em torno de um novo projeto, voltar a vigorar este mês. Há uma corrida contra o relógio para substituí-lo pelo Código.

O decreto se mostrara inexequível devido às exigências e penas previstas, mas era grande ameaça aos produtores rurais, com reflexos negativos na produção de alimentos. Serviu, ainda, de pressão para um acordo entre as partes e o crescimento, na própria

agência mundial, da questão das mudanças climáticas, em que o Brasil tem lugar de destaque.

Um primeiro passo foi dado com a escolha do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para relator do projeto na Câmara. Mas houve desvios. Talvez o maior deles, o risco de autores de crimes ambientais serem anistiados. No entanto, foi com Rebelo que se começou a caminhar numa direção realista, de preservação da produção agrícola, mas com recuperação e proteção do meio ambiente.

O difícil, quase impossível, foi em grande medida alcançado.

sob a relatoria dos senadores Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC), este com longa história no movimento verde, Viana teve de assumir posições realistas, porém di-

fíceis para uma pessoa com a militância dele. Se o objetivo era um código factível, teriam de ser contrariados radicais dos dois extre-

Conseguiu-se um equilíbrio entre interesses da produção e da preservação

mos: ruralistas sem qualquer consciência do valor da biodiversidade e ecologistas manipuladores da luta preservacionista, na tentativa de inviabilizar o modelo de produção capitalista do grande negócio na agricultura brasileira, um dos responsáveis pelo resgate histórico da vida externa do país. Por este motivo, organizações radicais como o MST aderiram à "luta" pelo Código Florestal.

Foi possível acabar com a anistia generalizada, mas prevendo-se a reconstituição de áreas de reserva legal destruídas até 22 de julho de 2008, data do decreto suspenso. Tudo será feito sem inviabilizar culturas tradicionais de tra-

das, existentes principalmente no Sul e no Sudeste. Para a terra ser regularizada, precisará deste reflorestamento.

As propriedades terão de ser registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), aberto à consulta pela internet. No Senado, calu a exigência de averbação das terras, de alto custo para os ruralistas, segundo eles. Outro aspecto de destaque no projeto — desenhado já na Câmara — é a possibilidade de se compensar a falta de reserva legal com florestas de outros domínios, mas no mesmo bioma. A reserva tem de ser de no mínimo 20% da área — sem considerar aquela de proteção permanente (APP) —, e varia conforme a região.

A aprovação do novo Código, na terça-feira, por 59 senadores a favor e apenas sete contra, é animadora. Indica que o Senado conseguiu chegar a um equilíbrio entre os interesses da produção e da preservação. Que deveriam estar do mesmo lado.

Fonte: Jornal O Globo - 08/12/2011



## Editoriais

[editoriais@uol.com.br](mailto:editoriais@uol.com.br)

### Mais com menos

#### **Texto em debate no Senado para o novo Código Florestal é mais equilibrado e abre chance para acerto entre produtores e ambientalistas**

A versão do Código Florestal que toma forma no Senado é sem sombra de dúvida melhor que a aprovada no final de maio pela Câmara. O principal defeito deste texto - introduzido por emenda do PMDB que liberava as atividades agrícolas já existentes em áreas de preservação permanente - foi suprimido no projeto em debate.

Com a hipótese de perdão irrestrito fora da discussão, a polêmica se concentra agora no dispositivo que permite a regularização, mediante certas contrapartidas e multas, de desmatamentos feitos até 22 de julho de 2008 - chamadas de "áreas rurais consolidadas".

Segundo os defensores da medida, obrigar a recomposição de toda a área desmatada configura uma impossibilidade prática que inviabiliza o agronegócio. Para os ambientalistas, como os percentuais de preservação vigentes foram fixados em 2001, a medida representa um prêmio a quem, durante sete anos, desmatou consciente de que cometia uma ilegalidade. O novo texto avança ao restringir o poder dos Estados de legislar sobre áreas de preservação permanente, o que evita uma disputa fratricida entre governadores interessados em atrair o agronegócio. A criação de um cadastro nacional de madeiras, prevista no projeto em análise, também é um fator a facilitar a repressão do desmate e do contrabando. O principal desafio do novo código é conciliar duas vocações do Brasil por vezes antagônicas - o pujante agronegócio e a inigualável biodiversidade - numa mesma e generosa abordagem. O texto aprovado na Câmara dos Deputados era desequilibrado em favor dos produtores. Agora caminha-se, ainda que lentamente, para uma norma mais balanceada. A previsão é que o texto do código seja votado nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência e Tecnologia no início de novembro. Depois disso, precisa

Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail E-mail Grátis Shopping BUSCAR

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fr2610201101.htm> Página 1 de 2  
Folha de S.Paulo - Editoriais: Mais com menos - 26/10/2011 16/12/11 21:26  
passar pelo grupo de Meio Ambiente para só então chegar ao plenário. O impasse anterior, em que ambos os lados se acusavam mutuamente de colocar em risco o futuro do país, parece superado. O importante é que essa lenta aproximação entre os interesses legítimos do agronegócio e as relevantes preocupações dos ambientalistas continue a ocorrer até a votação final. O pior cenário seria a aprovação de um novo Código Florestal deturpado, como o chancelado pela Câmara, o que levaria a um inevitável veto do Palácio do Planalto, remetendo a discussão de volta à estaca zero. O atual Código Florestal, de 1965, está caduco. A consolidação do novo marco legal deveria induzir o campo a produzir cada vez mais recorrendo cada vez menos ao aumento da área ocupada.



**O novo Código Florestal**

11 de dezembro de 2011 | 3h 08

**O Estado de S.Paulo**

O texto do novo Código Florestal, aprovado por ampla maioria no Senado na terça-feira, não é aquele dos sonhos dos ambientalistas e tampouco é do inteiro agrado dos ruralistas. Representa, porém, um meio-termo bastante razoável. Não houve propriamente anistia aos proprietários que desmataram depois de julho de 2008, como se temia. Em vez de multas, optou-se por compensações, ficando os maiores proprietários com a obrigação de recuperar as áreas degradadas em Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal. Foram mantidas para o futuro as regras em vigor de proteção da vegetação nativa, num percentual variável de 20% a 80%, de acordo com os biomas. Os pequenos proprietários (até quatro módulos fiscais) ficam isentos de recuperar a reserva legal, mas devem cumprir as normas ambientais em novas áreas.

Para os produtores, a principal vantagem do novo código é a segurança jurídica para desenvolver suas atividades, sem o ônus de multas que elevariam os custos de adequação das propriedades rurais à legislação. O consenso a que se chegou não significa, porém, uma derrota para os defensores do meio ambiente. O Ibama passará a contar com um novo e poderoso instrumento de fiscalização, que é o Cadastro Ambiental Rural, no qual todos os produtores rurais devem inscrever-se dentro de um ano, prorrogável por mais um. Isso facilitará a regularização da propriedade de terras no País e permitirá uma fiscalização mais eficaz.

Há ambientalistas que consideram o texto aprovado como um retrocesso, tendo manifestado a expectativa de que a presidente Dilma Rousseff vete alguns de seus dispositivos. Embora as emendas no Senado devam ainda passar pela Câmara dos Deputados, isso parece pouco provável, se o texto for mantido. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou ativamente das negociações, e o acordo a que se chegou tem, claramente, o aval do governo.

Para a obtenção do consenso teve efeito decisivo também a forte pressão exercida pela bancada nordestina para aprovação do dispositivo que permite aos produtores de camarão ampliarem em até 10% da área de criação do crustáceo na Amazônia e até 35% em áreas de manguezais no Nordeste. Novamente, foi um meio-termo entre as pretensões dos produtores de camarões em cativeiro, que defendiam a liberação total dessas áreas e aqueles que queriam simplesmente proibi-la.

Outro ponto que vinha gerando muita discussão era a extensão da vegetação a ser mantida ao longo do curso dos rios. Havia alegação de que os pequenos proprietários, principalmente, seriam penalizados pela proibição do aproveitamento de várzeas, uma prática disseminada por todo o País. O texto aprovado prevê a recuperação de 15 a 200 metros das margens, a depender da largura do curso d'água, se programas de regularização ambiental dos governos federal e estaduais assim o exigirem. Com relação às nascentes dos rios, o texto é mais rigoroso ao exigir que, independentemente da vazão ou da extensão de rios, aqueles produtores que derrubaram matas ciliares devem recompor 30 metros em cada margem.

A atividade agrícola é permitida em encostas com inclinação de 25° e 45°. Como essas áreas não são favoráveis ao cultivo, impedindo muitas vezes o uso de tratores e outras máquinas agrícolas, geralmente destinam-se a pastos e seria praticamente impossível exercer vigilância para que isso deixasse de ocorrer. Mais importante é a preservação dos topos de morros com mais de 100 metros de altura. Note-se, a propósito, que os picos mais elevados não são aproveitados pela agropecuária. São as mineradoras que têm devastado a cobertura vegetal desses picos ao derrubar montanhas inteiras, o que não deverá ser mais permitido.

O êxito do novo Código, quando afinal entrar em vigor, dependerá, portanto, de uma fiscalização mais rigorosa do Ibama e dos órgãos ambientais dos Estados. Nesse sentido, é alentadora a notícia, há pouco divulgada, de que a Amazônia registrou a menor taxa anual de desmatamento em 23 anos. Embora tenham sido desmatados 6.280 km<sup>2</sup> entre agosto de 2010 e julho deste ano - uma área ainda extensa -, é inegável que a situação hoje está sob maior controle.



# Tramitação e Resultados

## Novo Código Florestal

**A** proposta original de reforma do Código Florestal (PL 1896/99), de autoria do Deputado Sérgio Carvalho tramitou durante 12 anos na Câmara dos Deputados. A matéria aprovada na Câmara em maio de 2011, foi encaminhada ao Senado Federal em 1º de junho do mesmo ano sob a denominação PLC 30/2011. Tramitou nas Comissões de Constituição e Justiça – CCJ, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. A proposta foi relatada pelo Senador Luiz Henrique (PMDB/SC) nas Comissões CCJ, CRA e CCT, cabendo ao Senador Jorge Viana relatar o mérito da matéria por meio da apresentação de Substitutivo ao PLC 30, de 2011, aprovado na Comissão de Meio Ambiente – CMA no dia 24 de novembro de 2011. Finalmente, no dia 6 de dezembro, a matéria foi aprovada no Plenário do Senado com 59 votos favoráveis e 7 contra. O texto está dividido em duas partes: as Disposições Permanentes, que trata das normas gerais, e as Disposições Transitórias, que dispõe sobre a adaptação das regras vigentes à nova lei.

### DISPOSIÇÕES PERMANENTES

#### 1. PRINCÍPIOS E NOVOS CONCEITOS

- **Fundamento:** proteção e uso sustentáveis das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico.

Hipóteses para supressão de vegetação em área protegida; Utilidade pública: atividades de segurança nacional e proteção sanitária; obras de infraestrutura para serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, salineiras, energia, telecomunicações, radiodifusão e mineração (exceto extração de areia, argila, saibro e cascalho); atividades e obras de defesa civil; atividades que proporcionem melhorias em Área de Preservação Permanente; outras atividades definidas pelo Executivo Federal. Interesse social: atividades para proteção da vegetação nativa (controle do fogo, da erosão, proteção de espécies nativas); exploração agroflorestal na pequena propriedade ou povos e comunidades tradicionais; implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais; re-

gularização de assentamentos ocupados por população de baixa renda; instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados; extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; outras atividades definidas pelo Executivo Federal. **Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:** abertura de pequenas vias de acesso interno para travessia de curso de água, acesso de pessoas e animais para a obtenção de água; instalações para captação de água; implantação de trilhas para ecoturismo; pequeno ancoradouro; construção de moradia de agricultores familiares e populações tradicionais onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores; cercas de divisa de propriedade; pesquisa relativa a recursos ambientais; coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas; plantio de espécies nativas; exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar; outras ações definidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.

- **Pousio:** prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por até, no máximo, 5 anos, em até 25% da área produtiva da propriedade ou posse, para possibilitar a recuperação da capacidade do uso do solo;
- **Manguezal:** ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os estados do Amapá e Santa Catarina;
- **Área abandonada:** área não efetivamente utilizada ou que não atenda aos índices de produtividade previstos na Lei 8.629/1993, ressalvadas as áreas em pousio;
- **Área verde urbana:** espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambien-



tal urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais;

- **Faixa de passagem de inundação:** área de várzea ou planície de inundação adjacente aos cursos d'água e que permitem o escoamento da enchente;
- **Áreas úmidas:** superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação;
- **Crédito de carbono vegetal:** título de direito sobre bem intangível e incorpóreo, transacionável, após o devido registro junto ao órgão competente.

## 2. CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR):

o novo Código Florestal determina a criação do CAR e torna obrigatório o registro para todos os imóveis rurais, em até dois anos. Prevê a disponibilização do cadastro na internet, para acesso público.

## 3. ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP)

**O que é considerado APP:**

- **Faixa de proteção de recursos hídricos:**
    - 30m para rios com até 10m de largura; 50m para rios entre 10 e 50m de largura; 100m para rios entre 50 e 200m de largura; 200m para rios entre 200 a 600m de largura; e 500m para rios com largura superior a 600m;
    - Entorno lagoas naturais: 100m na zona rural e 30m em zonas urbanas.
    - Entorno de reservatórios artificiais: faixa definida na licença ambiental;
    - Entorno das nascentes: no raio mínimo de 50m;
    - Encostas com declividade superior a 45°; Restingas, fixadoras de dunas/estabilizadoras de mangues; Manguezais, em toda a sua extensão; Bordas dos tabuleiros ou chapadas; Topo de morro com altura mínima de 100m e inclinação média maior que 25°; Altitude superior a 1.800 metros. Vereda, faixa com largura mínima de 50 m.
- Obs: Não é APP a várzea fora dos limites de mata ciliar.

### Regime de proteção de APPs e exceções

- **Supressão de vegetação:** somente nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental;
- **Recomposição:** proprietário é obrigado a recompor a vegetação, ressalvados os usos autorizados na lei.
- **Propriedade familiar:** é admitida cultura temporária e sazonal em terra de vazante, sem novos desmatamentos;
- **Imóveis com até 15 módulos fiscais:** admitida, na faixa de mata ciliar, a aquicultura e infraestrutura associada;

- **Área urbana:** mata ciliar em rio que delimite faixa de passagem de inundação terá largura fixada pelo plano diretor, ouvido o conselho estadual de meio ambiente.
- **Defesa civil:** fica dispensada autorização do órgão ambiental para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obra de interesse da defesa civil.
- **Encosta:** proibida a conversão de floresta nativa situada em áreas de inclinação entre 25° e 45°, sendo permitido o manejo florestal sustentável. Os senadores vedaram permissão, contida no texto da Câmara, para culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e atividades silviculturais.
- **Apicuns e salgados:** A produção de camarão e sal poderá ser expandida, desde que a área total ocupada seja de até 10% dos apicuns e salgados existentes em estados do bioma amazônico e de até 35% nos demais estados. Essa regra vale para produções a partir de 2008, uma vez que toda a produção existente até esta data está automaticamente regularizada, nas disposições transitórias.

## 4. ÁREAS DE USO RESTRITO

- **Planície pantaneira:** permitida exploração ecologicamente sustentável, com recomendações dos órgãos oficiais de pesquisa. Supressões de vegetação nativa condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente.
  - Encostas com inclinação entre 25° e 45°: permitido o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvopastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada.

## 5. RESERVA LEGAL

- **Delimitação de reserva legal:** – Imóvel rural localizado na Amazônia Legal:
  - a. 80% no imóvel situado em área de florestas;
  - b. 35% no imóvel situado em área de cerrado;
  - c. 20% no imóvel situado em área de campos gerais; – Nas demais regiões do país: 20%
  - Excepcionalidades para propriedades em área de floresta na Amazônia Legal
  - Para fins de recomposição, possível redução de reserva legal para até 50% quando o município tiver mais de 50% da área ocupada por unidades de conservação e terras indígenas homologadas.
  - Possibilidade de redução da reserva legal para até 50% da área da propriedade quando o estado tiver mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação e terras indígenas.
  - Para regularização, redução de recomposição para até 50% da propriedade quando indicado



por zoneamento ecológico-econômico (ZEE), nos imóveis com área rural consolidada. Estados terão prazo de cinco anos, a partir da data da nova lei, para a aprovação do ZEE.

- **Cálculo da reserva legal:** admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente (APP) no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel desde que não implique a conversão de novas áreas; a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação; o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no CAR.
- **Proteção e uso:** admitida a exploração econômica mediante manejo sustentável, com procedimentos simplificados para pequena propriedade ou posse rural familiar. Será obrigatória a recomposição da reserva legal, em até dois anos, em caso de desmatamento ilegal a partir de 22 de julho de 2008, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis. É obrigatório o registro da reserva legal no CAR.

#### 6. ÁREAS VERDES URBANAS:

- **Percentual mínimo:** 20 metros quadrados de área verde por habitante em novas expansões urbanas. Prefeituras terão até 10 anos para rever plano diretor e leis de uso do solo.
- **Instrumentos para implantar áreas verdes:** prioridade na compra de remanescentes florestais; transformação de reserva legal em área verde; exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura; aplicação de recursos oriundos da compensação ambiental.

#### 7. INCENTIVO À PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- **Programa federal:** autoriza Executivo federal a criar, em até 180 dias da publicação de lei, programa de incentivo à conservação do meio ambiente e à adoção de tecnologias agropecuárias que combinem aumento de produtividade e proteção florestal. O programa deve seguir critério de progressividade, dando prioridades àqueles que mantiveram áreas protegidas conforme a legislação e depois aos que buscam recuperar APP e reserva legal desmatadas.
- **Ação e instrumentos sugeridos:**
- **Pagamento por serviços ambientais:** remuneração pela manutenção de florestas que resultam em benefícios para a sociedade, como sequestro de carbono, conservação da beleza cênica natural, da biodiversidade, dos recursos hídricos e do solo, entre outros.

- **Benefícios creditícios, fiscais e tributários:** crédito agrícola com taxa de juros menores e prazos maiores; seguro agrícola em condições melhores; dedução de APP e de reserva legal da base de cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR); isenção de impostos para insumos e equipamentos; prioridade em políticas de comercialização; dedução do imposto de renda de parte dos gastos efetuados com a recomposição de matas;
- **Recursos para investimentos:** Destinação de pelo menos 30% da arrecadação pelo uso da água para manutenção e recuperação de APP. Investimentos a serem feitos pelas concessionárias de serviços de abastecimento de água e de energia. Utilização de fundos públicos para concessão de crédito para recomposição de APPs e reservas legais desmatadas até 22 de julho de 2008.
- **Conversão de multa:** autoriza o governo federal a implantar programa para conversão das multas por desmatamento ilegal para imóveis rurais atuados até 22 de julho de 2008.

#### 8. AGRICULTURA FAMILIAR

- **Simplificação das regras:** retirada de vegetação em APP e reserva legal para atividades de baixo impacto ambiental será autorizada com simples declaração a órgão ambiental. Para registro da reserva legal de pequenas propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o órgão ambiental ficará responsável pela captação de coordenadas geográficas. Também o licenciamento ambiental será simplificado.
- **Cálculo da reserva legal:** poderão ser computados plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, cultivadas em consórcio com espécies nativas.
- **Manejo florestal:** exploração da reserva legal sem propósito comercial independe de autorização dos órgãos ambientais, estando limitada a retirada anual de dois metros cúbicos de madeira por hectare. Com propósito comercial, depende de autorização simplificada do órgão ambiental.
- **Apoio técnico:** determina a criação de programa de apoio técnico e de incentivos financeiros, com linhas de financiamento para preservação de vegetação nativa acima dos limites estabelecidos na lei, proteção de espécies ameaçadas de extinção; implantação de sistemas agroflorestal e agrosilvipastoril; recuperação ambiental de APPs e de reserva legal; entre outros.



## 9. VALORIZAÇÃO DO PRODUTOR QUE PRESERVA:

- **Barreira ambiental:** autoriza a Câmara do Comércio Exterior (Camex) a adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira.
- **Acesso ao crédito:** após cinco anos da data da publicação do novo código, os bancos oficiais só concederão crédito agrícola para proprietários rurais que estejam inscritos no CAR e que comprovem sua regularidade legal.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

### 1. REGRAS GERAIS:

- **Programa de regularização:** os estados terão dois anos para criar Programas de Regularização Ambiental (PRAs), cujas normas gerais serão definidas pela União em até 180 dias após a publicação do novo código. O produtor rural deve aderir ao PRA em, no máximo, dois anos e a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é condição para participar do programa.
- **Termo de Compromisso:** após aderir ao PRA, o produtor assinará um Termo de Compromisso e, a partir de então, não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, por desmatamento em APP ou reserva legal.
- **Sanções:** a partir da assinatura do Termo de Compromisso, ficam suspensas sanções por desmatamento ilegal. Durante a vigência do termo fica suspensa a punibilidade dos crimes previstos na Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.
- **Regularização:** Cumpridas as obrigações, as multas serão consideradas como convertidas em serviços ambientais, estando regularizadas as áreas rurais consolidadas. Com a regularização, extingue-se a punibilidade.
- **Área Rural Consolidada:** conceito incluído na Câmara, não previsto no código em vigor. Poderão ser regularizadas atividades agrossilvipastoris mantidas em área protegida, existentes em 22 de julho de 2008. A data coincide com a publicação do Decreto 6.514/2008, que define penas para crimes ambientais, previstos na Lei de Crimes Ambientais.

## 2. REGRAS PARA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

- Regra geral - serão autorizadas em APPs atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural consolidadas até 22 de julho de 2008.
- Margens de rios - será obrigatória a recomposição de 15m de mata em rios com largura de até 10m, a partir do leito regular. Para rios maiores, a pequena propriedade deverá recompor entre 30 e 100m. Médias e grandes propriedades seguirão regra dos conselhos estaduais de Meio Ambiente, observado o mínimo de 30m e máximo de 100 m.
- Nascentes - serão admitidas atividades consolidadas no entorno de nascentes e olhos d'água, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 30m.
- Bacia hidrográfica degradada - a consolidação de atividades rurais dependerá do crivo do comitê de bacia ou conselho estadual de meio ambiente.
- Encostas e morros - serão admitidas, em encostas com declividade superior a 45°, bordas dos tabuleiros ou chapadas e topo de morros, a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo. Pastoreio extensivo apenas em áreas de vegetação campestre natural. Para pequena propriedade é admitida atividades agrossilvipastoris nas bordas de tabuleiros.
- Manguezais - em apicum e salgado, serão mantidas ocupações em 2008.

### 3. REGRAS PARA RESERVA LEGAL

- Regra geral - regularização de propriedade com área de reserva legal desmatada até 22 de julho de 2008 a partir da recuperação da vegetação, sendo permitido plantio de espécies nativas e exóticas ou da compensação no mesmo bioma. Proprietários que desmataram seguindo lei em vigor à época, ficam dispensados de recomposição.
- Pequena propriedade (até quatro módulos fiscais) - regularização com percentual de reserva legal existente em 22 de julho de 2008.

O texto aprovado no Senado já foi enviado à Câmara dos Deputados para que os deputados analisem as modificações feitas pelos Senadores. Sendo aprovado, seguirá para a sanção da Presidente da República.



# Glossário

## do Código Florestal

**Amazônia Legal:** Compreende os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso, bem como áreas dos estados do Tocantins, Goiás e Maranhão. Com uma superfície de 5.217.423 km<sup>2</sup>, corresponde a 61% do país e é povoada por 24 milhões de pessoas.

**APPs (Áreas de Preservação Permanente):** Constituídas por florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo de rios, cursos d'água, lagoas, lagos, reservatórios naturais ou artificiais, nascentes e restingas, entre outras. Essas áreas têm a função ambiental de preservar recursos hídricos, paisagens, estabilidade geológica, biodiversidade e fluxo gênico (transferência de genes de uma população para outra) de fauna e flora, além de proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas que vivem no local. As APPs ocupam mais de 20% do território brasileiro e foram estabelecidas pelo atual Código Florestal (Lei 4.771/65).

**Bioma:** Conjunto de diferentes ecossistemas com certo nível de homogeneidade. É constituído por comunidades biológicas, populações de organismos da fauna e da flora que interagem entre si e também com o ambiente físico chamado biótopo.

**Código Florestal:** É a Lei 4771/65 que estabelece que as florestas e demais formas de vegetação existentes no país são bens de interesse comum a todos os brasileiros, garantidos os direitos de propriedade e normas previstas na legislação. Além de instituir regras para a exploração de florestas e vegetação nativa, o Código define seis áreas para a utilização de terras no país: pequena propriedade rural ou posse rural familiar; área de preservação permanente; reserva legal; utilidade pública; interesse social; e Amazônia Legal.

**Corredores ecológicos:** Áreas que unem os remanescentes florestais e possibilitam o livre trânsito de animais e a dispersão de sementes das espécies vegetais. Isso permite o fluxo gênico (transferência de genes de uma população para outra) entre as espécies da fauna e flora e a conservação dos recursos hídricos e do solo, além de contribuir para o equilíbrio do cli-

ma e da paisagem. Os corredores podem unir Unidades de Conservação, Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs), Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou quaisquer outras áreas naturais.

**Espécies nativas:** São aquelas naturais de uma determinada região. A flora nativa interage com o ambiente durante milhares de anos e passa por rigoroso processo de seleção natural, gerando espécies geneticamente resistentes e adaptadas ao local. Essas espécies têm papel fundamental para controlar o excesso de água das chuvas no solo e evitar perda de água dos rios e oceanos. Atuam ainda na filtração e absorção de resíduos presentes na água, evitando o escoramento e a erosão do solo, além de fornecerem alimentação e abrigo para agentes polinizadores.

**Espécies exóticas:** São introduzidas a partir de outras regiões e países. Não sofreram processo de seleção natural e, dessa forma, não servem de substituto ideal para a flora nativa, uma vez que não desempenham as mesmas funções dentro do ecossistema. As espécies exóticas são amplamente usadas com objetivos econômicos para a produção de celulose, por exemplo.

**Floresta Nacional/Estadual (Flona):** Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas que tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em método para exploração sustentável de florestas nativas. Prevista na Lei 9.985/00, a Flona é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam, quando de sua criação, em conformidade com o regulamento e o plano de manejo da unidade.

**Floresta Primária:** Também conhecida como floresta clímax ou mata virgem, é a floresta intocada ou aquela em que a ação humana não provocou significativas alterações das suas características originais de estrutura e de espécies.



**Floresta Secundária:** É a que resulta de um processo natural de regeneração da vegetação, em áreas onde no passado houve corte raso da floresta primária. Nesses casos, quase sempre as terras foram temporariamente usadas para agricultura ou pastagem e a floresta ressurge espontaneamente após o abandono de tais atividades. As florestas secundárias são classificadas de acordo com o estágio de regeneração.

**ITR (Imposto Territorial Rural):** De competência exclusiva da União, sua cobrança ocorre quando há o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora do perímetro urbano do município. Os contribuintes do ITR podem ser o proprietário do imóvel (pessoa física ou jurídica), o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A alíquota utilizada varia de acordo com a área da propriedade e seu grau de utilização. A base de cálculo é o valor da terra sem qualquer tipo de benfeitoria ou beneficiamento (inclusive plantações), ou seja, o chamado valor da terra nua.

**Mata ciliar:** É a formação vegetal nas margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Também é conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária. É tratada pelo Código Florestal como "área de preservação permanente", com diversas funções ambientais, devendo respeitar uma extensão específica de acordo com a largura do rio, lago, represa ou nascente. A preservação desses locais é considerada importante para, entre outras coisas: reter e filtrar resíduos de agroquímicos evitando a poluição dos cursos d'água; proteger contra o assoreamento dos rios e evitar enchentes; formar corredores para a biodiversidade; conservar o solo; auxiliar no controle biológico das pragas; e equilibrar o clima.

**Módulo Fiscal:** Unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pelo Estatuto da Terra (Lei 6.746/79). É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, com vistas à cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no local; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que sejam significativas em função da renda ou área utilizada; e conceito de propriedade familiar. Na região Norte, um módulo fiscal varia de 50 a 100 hectares; no Nordeste, de 15 a 90 hectares; no Centro-Oeste, de 5 a 110 hectares; na região Sul, de 5 a 40 hectares; e no Sudeste, de 5 a 70 hectares. O Módulo Fiscal procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município.

**Módulo Rural:** Unidade de medida agrária, expressa em hectares, que busca refletir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel rural, a forma e as condições de seu aproveita-

mento econômico. É calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.

**Pequena propriedade rural:** É a explorada por trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, dividida em três categorias de diferentes dimensões, dependendo de sua localização: de até 150 hectares, 50 hectares e 30 hectares. A legislação permite ajuda eventual de terceiros, mas a renda bruta obtida com essa terra deve ser, no mínimo, de 80% da atividade agroflorestal ou do extrativismo.

**Reserva Extrativista (Resex):** Área utilizada por populações tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. De domínio público, seu uso é concedido às populações extrativistas tradicionais conforme disposições legais (Lei 9.985/00), sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite devem ser desapropriadas. A pesquisa científica é permitida e incentivada, mas precisa haver prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade. São proibidas as explorações de recursos minerais e a caça. A exploração comercial de recursos madeireiros só é admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas, conforme o regulamento e o plano de manejo da unidade.

**Reserva Legal:** Área localizada no interior de propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, onde não é permitido o desmatamento (corte raso), mas é permitido o uso com manejo sustentável, que garanta a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos. É destinada também à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e da flora nativas. O tamanho da reserva varia de acordo com a região e o bioma: 80% em áreas de florestas da Amazônia Legal; 35% no Cerrado; 20% em campos gerais; e 20% em todos os biomas das demais regiões do país.

**Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs):** São áreas de conservação ambiental em terras privadas, reconhecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei 9.985/00. A RPPN é criada a partir da vontade do proprietário, que assume o compromisso de conservar a natureza, garantindo que a área seja protegida para sempre, por ser de caráter perpétuo.

Helena Daltro Pontual / Agência Senado



6

O Primeiro  
Ano do Mandato





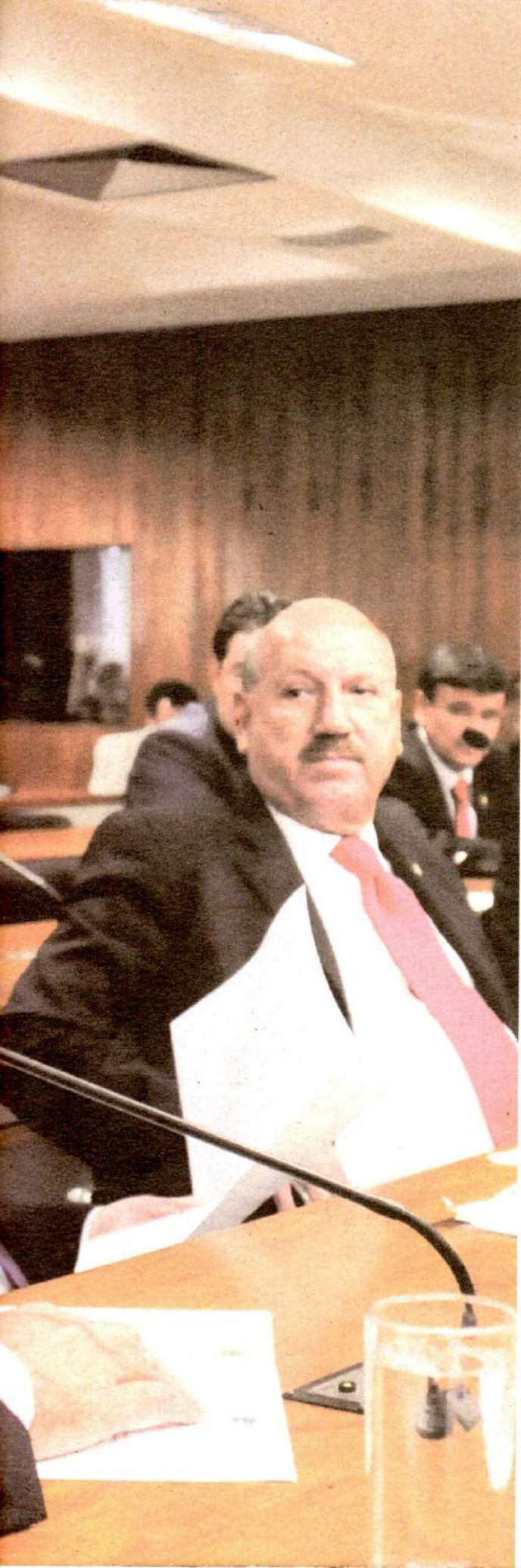


Foto: Agência Senado

## Primeiro Ano do Mandato

O senador Jorge Viana fez toda sua carreira política exercendo funções executivas. Primeiro como prefeito de Rio Branco, a capital acreana, e depois como Governador do Estado do Acre por dois mandatos consecutivos, quando transformou radicalmente a gestão governamental e imprimiu um projeto de desenvolvimento sustentável que se tornou referência dentro e fora do Brasil, trocando o conceito “administrar” pelo “cuidar”.

Assumir o Senado foi um grande desafio de vida. Seu primeiro mandato parlamentar e tendo que suceder dois senadores que ganharam respeito do Senado Federal e do Brasil, Marina Silva e Tião Viana, que inclusive, ocupou o cargo de Presidente do Senado.

Era de se esperar que o senador estranhasse o ritmo e o rito legislativo. Mas foi só questão de tempo para que se adequasse à sua nova função e se tornasse, em menos de um ano, um dos políticos influentes do Senado Federal como apontou o Diap, órgão independente de análise da atuação parlamentar. Nesta seção veremos uma síntese de sua atuação parlamentar, bem como de uma das principais atribuições de um parlamentar no exercício da opinião e da defesa das causas do Acre e do Brasil.



# Missão urgente

JORGE VIANA

**D**esencalhar a reforma política é missão urgente do Congresso Nacional. A sociedade reclama mudanças. Os políticos concordam, em rara unanimidade. Todos querem. Só que a reforma política não acontece. Essa inércia segue minando a credibilidade dos políticos, enfraquecendo os partidos e fragilizando a nossa democracia.

Para desencalhar a reforma, devemos mudar a legislação eleitoral sem mexer na Constituição, o que seria difícil e demorado. Mesmo assuntos polêmicos podem ser resolvidos apenas com aprovação de novas leis. Pode ser rápida e de qualidade.

Destaco alguns pontos: o sistema eleitoral, o fim das coligações partidárias em eleições proporcionais, a fidelidade partidária e o financiamento de campanhas.

O sistema eleitoral proporcional é uma conquista democrática da nação. O Império adotava o voto distrital para eleger deputados gerais, hoje federais. Tal sistema vigorou até a década de 1930. Essa experiência histórica quase não aparece no debate político, onde se costuma citar o voto distrital como sinônimo de modernidade. Não é.

O modelo mais atrasado de voto distrital ressurgiu na proposta do chamado "distritão". Cada estado seria um "distritão", elegendo deputados por votação majoritária. A proposta tem apelo fácil, para não dizer desleal. O "distritão" só agravaria a desvalorização dos partidos e dos votos dados a candidatos não eleitos, deixando minorias alijadas da representação parlamentar, ou até a maioria do eleitorado, pois é possível a soma dos votos de todos os candidatos não eleitos ser maior que a soma dos votos dos eleitos. O sistema proporcional valoriza o eleitor individual e coletivamente: leva em conta a representação pela média, o que amplia a representatividade dos eleitos pela capacidade de a legenda influir no resultado.

Pela legislação, só elegem deputados os partidos ou coligações que alcancem o quociente eleitoral, que é a divisão de todos os votos válidos pelo número de vagas em disputa. Por exemplo: se um estado tem um milhão de eleitores e dez cadeiras de deputado, o quociente eleitoral seria de 100 mil votos. Se um candidato sozinho receber 90 mil votos, mas seu partido ou coligação não alcançar os 100 mil votos, ele não entra nem na disputa, é como se perdesse por WO. A distorção confunde e contribui para desacreditar

o sistema. Para corrigir o problema, basta suprimir o parágrafo segundo, do artigo 109 do Código Eleitoral, que afirma que "só poderão concorrer à distribuição dos lugares [vagas] os partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral".

Essa mudança garante aos partidos a possibilidade de eleger deputados pela média de votos. O quociente eleitoral fica mantido para garantir a justa proporcionalidade do voto de cada eleitor e do conjunto do eleitorado. Mas deixa de ser uma barreira que exclui votações expressivas em privilégio das "sobras eleitorais" dos partidos ou coligações que alcançam o quociente. O voto proporcional sem a barreira do quociente valoriza o eleitor e as instituições políticas.

A fidelidade partidária é burlada em toda esquina de interesses. Não pode haver partido forte com quadros fracos, sobretudo fracos de caráter, impressão que fica com o troca-troca de siglas em vésperas ou depois de cada eleição. A exigência de no mínimo um ano de filiação para candidatos é correta. Falta uma lei clara sobre a manutenção dos mandatos com os partidos no caso de saída dos seus titulares, para evitar que essas questões políticas cheguem à Justiça. Aqui, o fim das coligações nas eleições proporcionais também é necessário para pôr fim às dúvidas de direito de suplência.

O financiamento público de campanhas é defendido por limitar a influência do poder econômico nas eleições e combatido por transferir mais recursos do erário para fins políticos. Acredito numa medida mitigadora e eficiente. O financiamento de campanha continua misto, mesmo porque o mais caro, que é o tempo de rádio e televisão, já é gratuito para os partidos, mas custa ao contribuinte compensações fiscais milionárias.

Hoje os candidatos declaram à Justiça Eleitoral quanto planejam gastar. A proposta é criar um teto único de gastos para candidatos ao mesmo cargo. A lei estabelece as regras e a Justiça Eleitoral regula os valores, considerando a realidade de cada estado. O limite não assegura a igualdade de gastos entre candidatos, mas evita a desproporção absurda entre orçamentos de concorrentes e gera mais equilíbrio nas disputas.

São medidas essenciais para o melhor funcionamento do país, que podem ser adotadas sem tocar na Constituição. Assim, a reforma política vai acontecer.

Artigo publicado no Jornal O Globo - 01 de abril de 2011





## Aposta no futuro

JORGE VIANA

**A** Cidade Maravilhosa terá o privilégio de sediar três dos mais importantes eventos deste começo de milênio. A Copa 2014, as Olimpíadas de 2016 e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ou Rio+20.

As transformações vividas pelos brasileiros nos últimos anos criaram as condições necessárias para essas escolhas. Temos estabilidade econômica e política, o maior programa de inclusão social da história, avançamos na questão ambiental e dispomos de uma matriz energética limpa.

Apesar disso, os desafios da Rio-92 continuam, aqui e lá fora. As mudanças climáticas, os desastres naturais, a crise financeira, a crise de alimentos, a escassez de água estão na nossa cara, evidenciando a ineficácia das políticas públicas atuais e cobrando avanços.

O Protocolo de Kioto, por exemplo, concebido para equilibrar o clima, expira em 2012. O G-8 e o G-20, clubes dos países responsáveis pela governança global, desgastaram-se na defesa de um modelo de crescimento ultrapassado.

Está clara a necessidade de desenvolvimento sustentável, que garanta um padrão de vida razoável e, ao mesmo tempo, preserve os ecossistemas e os recursos naturais. Não é mais possível que este mundo desenvolvido tecnologicamente, que mobiliza em questão de segundos, de um lado a outro do planeta, a fortuna dos investidores financeiros, seja incapaz de tirar da linha de miséria bilhões de seres humanos.

O caminho existe, é o da economia verde, baseada na combinação de crescimento econômico com re-

dução de emissões de carbono e de consumo e maior inclusão social.

Ele exige mudanças profundas no comportamento das pessoas, no modelo de negócios e na ação dos governos. A premência dos problemas exige também a mudança nos padrões de consumo. Além disso, os governos precisam criar uma estrutura institucional e legal inovadora, capaz de estimular a transição para o novo conceito de crescimento econômico com inclusão social e racionalidade ambiental.

A realização da Rio+20 oferece ao governo da presidenta Dilma Rousseff a oportunidade de assumir a dianteira, porque o Brasil reúne condições que nem a Rússia, a Índia ou a China - três do grupo de países com maior crescimento (BRICS) - possuem.

Um caminho seria criar o Programa da Aceleração do Desenvolvimento Sustentável (PADS), como sequência aos Programas de Aceleração do Crescimento - PACs1 e 2. Ao incorporar a redução das emissões de carbono e a erradicação da miséria ao bem-sucedido projeto de consolidação da infraestrutura, o PADS adotaria, na prática, os princípios da economia verde.

Os que criticam o modelo de desenvolvimento sustentável dizem, erroneamente, que ele não se justifica porque prejudica os pobres. No modelo insustentável, todos perdem. No mundo sustentável, ganham os mais pobres. O Rio pode ser o cenário para se descobrir como plantar os dois pés no século XXI.

Artigo publicado no Jornal O Globo - 13 de maio de 2011







# Saídas virtuosas

JORGE VIANA

**E**sta semana o Senado Federal vai apreciar a o Projeto do Novo código Florestal na Comissão de Meio Ambiente após passar por outras três Comissões. Aprovado na Câmara dos Deputados na polêmica madrugada de 25 de maio, o Projeto passa por importantes mudanças no Senado inspiradas por dezenas de audiências públicas, consultas como especialistas e enorme envolvimento de Senadores de todos os partidos que geram mais de 350 emendas.

Este é um momento decisivo para virar uma página da história que tratava a agricultura e o meio ambiente como adversários irreconciliáveis e inaugurar as bases de uma nova relação entre o setor produtivo e o setor ambiental em nosso país.

A primeira mudança essencial no projeto é a criação de um corpo de princípios no artigo de abertura do Código. Assim como o Código Civil e o Código do Consumidor, o Código Florestal também precisa de um propósito claro, expressos em princípios que dão sistematicidade à lei, e permitem que não seja apenas uma colcha de retalhos, mas se torne um verdadeiro corpo coerente. Também são os princípios que inspiram as futuras políticas públicas, dão transparência aos objetivos da lei e orientam a interpretação dos órgãos ambientais.

O segundo traço decisivo deste projeto é seu olhar decidido para o futuro. O novo Código Florestal não pode ser só a um acerto de contas com o passado ou fruto de nossas paixões menores, que não trazem uma única árvore de volta, não resgatam nossa biodiversidade perdida, não alimentam nenhuma família.

O objetivo do Senador Luiz Henrique e meu foi de construir saídas virtuosas que permitam aos produtores recompor seu passivo ambiental evitando ao máximo o aumento de custos de produção. Em um momento em que o mundo subsidia sua agricultura, não podemos tributar mais a nossa.

O projeto cria um Programa de Recuperação Ambiental, que serve como um atalho para a legalidade do agricultor brasileiro. Mediante cadastro das propriedades rurais e compromisso com objetivos de recuperação

ambiental, terão eles prazo e segurança para desenvolver suas atividades, sem que isso signifique anistia.

Outra inovação é a criação de programa de incentivos a conservação, recuperação e uso sustentável das florestas que servirá de bases para que floresta deixe de ser vista como um problema e, como parte da solução, seja tratada como um ativo econômico da maior importância.

Outro passo importante do projeto é compreender que o desafio ambiental no Brasil tem várias faces. Para os problemas da pequena produção, cria um capítulo que trata de maneira diferenciada a agricultura familiar e os pequenos produtores. Como sabemos, parte da pobreza brasileira é rural. Nas cidades, o projeto também inova ao criar um capítulo destinado especialmente à proteção das áreas verdes urbanas. Mais de 84% da população brasileira vive nas cidades e agora temos a chance de incluir a preocupação ambiental nos projetos de ordenamento urbano. Por fim, o projeto reconhece a responsabilidade comum da União, Estados e Municípios. Se estamos conseguindo construir o consenso, é porque o diálogo tem sido intenso entre governo, Congresso e sociedade.

O Brasil sediará, em 2012, um dos encontros mais importantes do planeta: a Rio+20. Os olhos de todo o mundo se voltarão para nós. Teremos uma oportunidade rara de afirmar nossa soberania e liderança no debate mundial sobre o desenvolvimento sustentável. O sucesso dessa Conferência, no entanto, começa agora, na definição que o Brasil der ao novo Código Florestal. Esta é a nossa chance de mostrar, de uma vez por todas, para todo o mundo, que meio ambiente e agricultura não são adversários. O mundo admirará nossa vocação agrícola, para ajudar a alimentar o planeta, admirará nossa biodiversidade sem igual, mas também aprenderá conosco como se harmoniza uma agricultura forte, moderna e eficiente com uma floresta rica e preservada. Ninguém produz bem, sem ter o meio ambiente como aliado.

Artigo publicado no Jornal O Globo - 21 de novembro de 2011.



# Síntese da Atuação Parlamentar - 2011

O primeiro ano do mandato do senador Jorge Viana foi bastante produtivo o que o colocou, em seis meses, entre os parlamentares de maior destaque da Casa e na lista dos 100 cabeças do Congresso Nacional. Nesse período, Jorge Viana foi **relator de 31 matérias**.

Apresentou **cinco projetos de Lei**, diversos requerimentos e se destacou como membro **titular** de algumas das comissões mais importantes do Senado entre as quais a **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, **Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)**, **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)**.

O senador acreano atuou ainda como **presidente da Comissão Temporária de Defesa Civil** e membro **titular da Comissão da Reforma Política**, onde conseguiu aprovação de matérias importantes como a que fixa limites para os gastos de campanha dos candidatos às eleições. Foi ainda **Relator do Novo Código Florestal**, uma das mais importantes matérias que tramitaram no Senado neste ano.

A atuação de Jorge Viana também se destacou na tribuna do Senado, onde **fez discursos às vezes duros e sempre contundentes na defesa dos interesses do Acre e do país**, além de ter participado, no Brasil e em alguns países, de debates, palestras e audiências públicas como integrante do Congresso Nacional.

Abaixo, alguns **trechos dos principais discursos** do senador acreano na tribuna do Senado no ano legislativo de 2011

“Este é um texto (do Código Florestal) do equilíbrio. Que seja bom para quem quer produzir e criar dentro da lei. E que seja muito bom para seguir o Brasil sendo referência de proteção ambiental”.

“Agradeço a todos os Senadores que, suprapartidariamente, nos ajudaram a construir esse texto (Código Florestal), que faz com que possamos prestar contas ao País sobre uma matéria complexa, de interesse estratégico para o nosso País”.

“Ele (Sócrates) associou a paixão de todos nós com a política, com a liberdade, com a democracia, quando procurou instalar a democracia corinthiana, que, no

fundo, era uma maneira também de nos alertar e nos chamar para a luta por liberdade e por democracia no Brasil. Talentoso, era um estilista do futebol e um cidadão na plenitude do termo. Teve uma história de vida brilhante e foi uma figura humana fantástica”.

“Temos uma proposta de alteração na lei do Sistema Nacional de Defesa Civil que queremos oferecer ao Senado, porque não temos mais tempo para tomar uma atitude. O Brasil precisa instalar imediatamente, um sistema de monitoramento nacional de desastres naturais. Com os recursos que temos hoje, de monitoramento do clima, é possível salvar vidas, prevenir e evitar que as tragédias se repitam”

“Quero dizer a todos que Lula está muito bem. Fui lá, junto com o líder do PT do Senado, Humberto Costa, para levar apoio, e quem saiu energizado fomos nós. Tivemos uma aula de vida”

“Com a nova lei de defesa civil e o novo código florestal, o Brasil terá um instrumento muito poderoso para proteger nossas florestas, criar segurança para quem quer produzir e cuidar daqueles que moram nas áreas rurais e nas cidades”

“O Acre tem hoje uma limitação real e concreta na pista do aeroporto da capital. O status de aeroporto internacional foi perdido e não foi por descaso do Governo do Estado. Estou encaminhando um requerimento à Mesa Diretora do Senado com um pedido de informações sobre o andamento das obras da pista do aeroporto de Rio Branco. Estamos falando de anos de obras, com um custo elevado e com um resultado que não tem sido o esperado. A população do Acre reclama hoje um tratamento mais respeitoso com esse aeroporto que é tão importante para a vida do povo acreano”

“Pela primeira vez na história do Acre, vamos ter, de maneira permanente, a ligação entre os Municípios de Rio Branco, capital do Acre, e Cruzeiro do Sul, na fronteira com o Peru, graças à compreensão e ao esforço de muitos e a uma política que tem priorizado os interesses verdadeiros do povo acreano e colocado dentro desses interesses a consolidação de uma infraestrutura que permita que o Acre consiga implementar um modelo de desenvolvimento econômico sustentável”



“Graças a Deus conseguimos e agora o Acre segue a normalidade democrática. O Governador Tião Viana trabalha todo dia muito cedo – como alguns não gostam de trabalhar – acorda cedo e vai até tarde lutando para que a vida do povo do Acre siga melhorando”

“Agora que o Acre está dando certo, sem a dívida que tinha antes, com crédito, com pessoas ganhando salário digno e sem atraso, como tem sido há treze anos, por ter um setor produtivo e em crescimento, estar agora interligado com a Bolívia e com o Peru, o que não existia antes, e pelo fato de ser respeitado em Brasília e em qualquer outro Estado, como é com o governador Tião Viana, há um grupo querendo se apropriar do Estado”

“O projeto do selo “Preservação da Amazônia” tem mérito porque valoriza os produtos ambientalmente corretos e promove o desenvolvimento sustentável, mas precisa ser aperfeiçoado para corrigir a interpretação de que existe produção sustentável apenas na Zona Franca de Manaus”

“Este é um esforço que conta com a participação do governador Tião Viana e do Secretário de Indústrias do Acre, Edvaldo Magalhães, e que é a razão do meu mandato. Queremos que Cruzeiro do Sul seja o começo, não o fim da linha no traçado da BR 364”

“O Acre não tem pedra; o Acre não dispõe, em boa parte do seu território, de um solo que se possa dizer que tenha um mínimo de suporte para a consolidação de uma rodovia. Daí, ao longo de décadas, começando ainda com Euclides da Cunha, já se discutia – discutimos hoje, e eu, particularmente, estou me dedicando, no mandato, a estudar esse tema – a necessidade de pensar, para a Amazônia, para o Brasil, e, especialmente para aquela região, a prioridade da ferrovia, tendo em vista que a ferrovia é absolutamente mais adequada do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico e, claro, por conta das questões de clima, de solo, e das peculiaridades da região amazônica, é o caminho melhor que poderíamos trilhar”

“Mas hoje o problema grave que estamos vivendo é que vamos ter a BR concluída, mas um trecho importante ligando, na mesma BR-364, Porto Velho a Rio Branco a ponte sobre o rio Madeira. Uma ponte de 1.084 m que, necessariamente, tem que ser um pouco maior, com um orçamento garantido desde 2009, um montante de R\$170 milhões. E nós estamos hoje vivendo neste momento, nesta semana, neste mês, um risco grave de desabastecimento no Acre, do combustível ao alimento, ou parte do abastecimento do Estado, comprometendo toda essa malha, todo esse trabalho feito e podemos ter uma interrupção do abastecimento do Acre por conta da irresponsabilidade

de que, ao longo desses anos vem se fazendo presente pela ausência de se estabelecer uma prioridade na construção da ponte, na BR-364, no rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho”

“A luta recente do Acre merece também um registro. Depois dos problemas que tivemos e da perda de Chico Mendes, que nos colocou nas páginas policiais, mas que também nos fez receber o acolhimento das instituições do País inteiro e a solidariedade do povo brasileiro, o Acre resolveu mudar sua história e viveu uma fase de prosperidade”

“O Acre hoje colhe frutos dessa mudança. Ele é um Estado que é uma referência. Estamos consolidando ali a integração do Brasil com a Bolívia e com o Peru, por uma integração física através de estradas, a partir de políticas que atendam aos interesses locais e nacionais. Devo dizer também que o Acre, hoje, é o espaço onde estamos implementando um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado numa economia de baixo carbono, uma economia verde de alta inclusão social”

“Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, o mundo ainda não começou o século XXI. Diria que a melhor referência que temos hoje, nesse aspecto, seja o Brasil, porque o Brasil é um dos poucos países que está conseguindo conciliar crescimento com desenvolvimento”

“A população está tendo a devida acolhida hoje, mas é muito importante que o Governo Federal se some ao esforço da Prefeitura de Rio Branco, do Governo do Acre para dar a melhor acolhida às pessoas que estão passando momento de extrema dificuldade”

“Tenho orgulho de ter conhecido e convivido com este grande líder que não foi vice, mais foi presidente do Brasil, mas um brasileiro que ajudou o presidente Lula a deixar um Brasil melhor para milhares de brasileiros e brasileiros de menor posse e que teve a coragem como marca de vida. Junto com o presidente Lula é um exemplo de ética e referência para todo o nosso povo”

“A situação já chegou a um ponto insuportável e pode atrair a atenção do mundo inteiro. São mil haitianos em situação precária na pequena cidade de Brasília. Há algumas semanas, junto com o governador Tião Viana, pedi providências ao ministro da Justiça, mas, até agora, nenhuma medida foi adotada. A questão também tem sérias implicações sanitárias, além de fortes indícios de tráfico humano”

“Um pouco de José Vasconcelos sempre estará onde houver um artista a distribuir risos por este país, porque, para o Zé Vasconcelos, como gostava de ser chamado esse acreano, que levou bem longe o nome do Acre, mais importante do que rir era plantar felicidade”



“Não podemos assistir inertes à chegada da calamidade para então tomarmos providências. O que se quer é que o poder público tenha suficiente agilidade para agir antes que as tragédias aconteçam”

## **ATUAÇÃO PARLAMENTAR**

### **Proposições de autoria do senador Jorge Viana 33**

Projeto de Lei do Senado .....	05
Requerimento na CMA .....	03
Requerimento de informação .....	08
Requerimento – voto de aplauso .....	02
Requerimento – Diversos .....	12
Requerimento na CRE .....	01
Requerimento para criação de Comissão .....	02

**Matérias relatadas** ..... 31

**Discursos no Plenário** ..... 47

**Apartes** ..... 22

### **Participação em Comissão e Subcomissão Comissão Permanente - Titular (3)**

- Comissão de Constituição e Justiça/CCJ
- Comissão de Serviços de Infraestrutura/CI
- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle/CMA

### **Comissão Permanente - Suplente (2)**

- Comissão de Assuntos Econômicos/CAE –
- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional/CRE

### **Comissão Temporária (4)**

- Comissão Temporária da Reforma Política/CTRP
- Comissão Temporária Externa – Situação dos Cidadãos Haitianos nos Estados da Amazônia Brasileira/CTESHAIITI
- Comissão Temporária Externa – Visita “In Loco” À Eletronuclear/CTELETRONUCLEAR
- Comissão Temporária da Defesa Civil (Presidente)/CTDEFESA CIVIL

### **Subcomissão Permanente (3)**

- Subcomissão Permanente da Água - Titular/CMAGUA
- Subcomissão Permanente para Modernização e Reparcelamento das Forças Armadas - Suplente/CREMRFA
- Sucomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – Titular/CREPAFF

### **Subcomissão Temporária (2)**

- Subcomissão Temporária para Acompanhar Obras da Usina de Belo Monte – Suplente/CMABMONTE
- CMARIO20 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento Da Conferência Da Onu Sobre Desenvolvimento Sustentável

### **Outras Comissões**

- Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes/CEJEM
- Projeto Jovem Senador/PJS

## **6- Participação em diligência de Comissão**

### **1-DILIGÊNCIA (audiência pública) - COMISSÃO TEMPORÁRIA DE DEFESA CIVIL**

1. Em Florianópolis – SC (3 de junho de 2011);
2. No Rio de Janeiro – RJ (10 de junho de 2011);
3. Em Manaus – AM (17 de junho de 2011);
4. Em Recife – PE (8 de agosto de 2011);

### **2-DILIGÊNCIA (audiência pública) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

1. Na cidade de Esteio – RS (2 de novembro de 2011) – Código Florestal
2. No Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP, em Piracicaba – SP (17 de outubro de 2011) – Código Florestal
3. Em Manaus – AM, com corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas (4 de novembro de 2011) – Código Florestal
4. Em Querência – MT (11 de novembro de 2011) – Código Florestal
5. Na cidade de Chapecó – SC (16 de setembro de 2011) – Código Florestal
6. Nas obras das Usinas de Jirau e de Santo Antonio, no Estado de Rondônia.
7. Na Usina Nuclear de Angra dos Reis - RJ

## **7- Agendas no Exterior**

1. Simpósio Brasil e o Século 21, na cidade de Boston – EUA, convidado pela Universidade de Harvard (18 a 22 de junho de 2011);



2. Cerimônia de Posse do Presidente do Peru, Ollante Humala, em Lima, convidado pela Presidenta Dilma Rousseff (28 de julho de 2011);
3. Conferência Internacional "A caminho de uma política climática justa – posições antes da cúpula mundial de Durban", em Berlim, Alemanha, convidado pela Fundação Friedrich Ebert (5 a 7 de novembro de 2011);

## 8 - Participação como palestrante em eventos no Brasil

1. 4º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável – Sustentável 2011, convidado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro – RJ (28 de setembro de 2011);
2. Seminário Amazônia, convidado pela Câmara de Comércio França – Brasil, no Rio de Janeiro – RJ (29 de setembro de 2011);
3. XVI Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da entidade, realizada durante o III Congresso do Ministério Público do Acre, convidado pela CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;
4. 83º ENIC – Encontro Nacional da Construção, convidado pela CBIC (12 de agosto de 2011);
5. Conselho Internacional de Direito Constitucional "A Constituição e o Meio Ambiente" (26 de agosto de 2011);
6. Conselho Superior do Agronegócio – COSAG, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP (26 de setembro de 2011);
7. Seminário da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (26 de setembro de 2011);
8. Seminário Regional "Discussão das propostas do Orçamento da União para 2012 e o Plano Plurianual";
9. Exposição durante aula sobre "Direito e Políticas Públicas", na Faculdade de Direito da UnB.
10. Painel "O Novo Código Florestal Brasileiro – Um debate franco e democrático" - Encontro Nacional de Secretários de Meio Ambiente – Câmara dos Deputados (26 de outubro de 2011)

## 9 - PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DO SENADOR JORGE VIANA

### PROJETO DE LEI DO SENADO

#### SF PLS 129/2011 de 31/03/2011

**Ementa:** Dá nova redação ao § 2º do art. 109 da Lei

nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para adequar o referido dispositivo à Constituição de 5 de outubro de 1988. (Altera o código eleitoral para possibilitar aos Partidos que não obtiverem quociente eleitoral, o direito de concorrer a uma vaga no legislativo)

**Autor:** Senador Jorge Viana

#### SF PLS 146/2011 de 06/04/2011

**Ementa:** Dá nova redação ao art. 17-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), fixando limites para os gastos de campanha dos candidatos às eleições.

**Autor:** Senador Jorge Viana

#### SF PLS 427/2011 de 14/07/2011

**Ementa:** Altera o Código Penal para prever o crime de atentado contra a segurança de meio ou serviço de comunicação informatizado.

**Autor:** Senador Jorge Viana

#### SF PLS 428/2011 de 15/07/2011

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.

**Autor:** Senador Jorge Viana

#### SF PLS 526/2011 de 30/08/2011

**Ementa:** Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

**Autor:** Senador Jorge Viana e outros

## REQUERIMENTO NA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

#### SF RMA 104/2011 de 05/10/2011

**Ementa:** Requerem, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados: - Prof. Irving Forster Brown, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; - Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério



do Meio Ambiente; - Profa. Heloísa Miranda, Depto. de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB); - Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); - Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP.

**Autor:** Senador Jorge Viana e outros

#### **SF RMA 105/2011 de 05/10/2011**

**Ementa:** Requerem, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/ MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).

**Autor:** Senador Jorge Viana e outros

#### **SF RMA 42/2011 de 14/06/2011**

**Ementa:** Em aditamento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, que solicitou a realização do Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, requeiro seja convidado para participar dos debates o Dr. Drauzio Varella.

**Autor:** Senador Jorge Viana e outros

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

##### **SF RQS – CRE, de 15/12/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos regimentais realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos instalados no Acre.

**Autor:** Senador Jorge Viana

#### **REQUERIMENTOS DE PLENÁRIO**

##### **- Requerimento de Informações**

##### **SF RQS 1340/2011 de 03/11/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca dos serviços de transporte com balsas na travessia do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho.

**Autor:** Senador Jorge Viana

##### **SF RQS 1362/2011 de 10/11/2011**

**Ementa:** Requer, com fundamento no art. 50, § 2º,

da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Exmo. Senhor Ministro da Defesa sobre as obras no Aeroporto Internacional de Rio Branco.

**Autor:** Senador Jorge Viana

##### **SF RQS 1369/2011 de 14/11/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Tenente Disraeli Gomes, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e aos demais policiais que participaram da operação que resultou na prisão do traficante Nem, pela postura ética e profissional no combate ao crime organizado.

**Autor:** Senador Jorge Viana

##### **SF RQS 1377/2011 de 16/11/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre as obras no Aeroporto Internacional de Rio Branco.

**Autor:** Senador Jorge Viana

##### **SF RQS 1339/2011 de 03/11/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca das ações de competência do DNIT sobre a ponte do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho.

**Autor:** Senador Jorge Viana

##### **SF RQS 1304/2011 de 25/10/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações a respeito das linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, destinadas ao financiamento de projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, e recuperação de áreas degradadas.

**Autor:** Senador Jorge Viana

##### **SF RQS 1305/2011 de 25/10/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da





Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações a respeito da linha de crédito do Pronaf, denominada Pronaf Floresta.

**Autor:** Senador Jorge Viana

#### **SF RQS 1306/2011 de 25/10/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações a respeito do Programa de Plantio Comercial de Florestas (PRO-PFLORA), no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e outras, nos termos do original.

**Autor:** Senador Jorge Viana

- **Requerimento para constituição de Comissão**

#### **SF RQS 153/2011 de 02/03/2011**

**Ementa:** Requerem, nos termos do inciso II do art. 74; art. 75 e art. 76 do Regimento Interno do Senado

Federal, a criação de Comissão Temporária Externa a fim de averiguar, in loco, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e em demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

**Autor:** Senador Jorge Viana e outros

#### **SF RQS 171/2011 de 03/03/2011**

**Ementa:** Requer, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída Comissão Temporária, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, assegurada a participação de dois membros de cada região do País, com prazo de funcionamento de noventa dias, para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil, podendo para tanto, requerer informações, realizar audiências públicas e diligências externas, especialmente em Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções, bem como praticar outros atos necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

**Autor:** Senador Jorge Viana





#### ● JORGE VIANA - PT/AC

*Senador, 1º mandato, acreano, engenheiro florestal. É irmão do ex-senador e atual governador do Acre, Tião Viana. Político experiente, foi prefeito de Rio Branco (1993-1996) e governador do Acre durante dois mandatos consecutivos (1999-2006). Cumpriu o segundo mandato até o final e conseguiu eleger seu sucessor, Binho Marques. Atuou junto com o líder seringalista e ambientalista Chico Mendes. Seu trabalho é vinculado a um novo modelo de desenvolvimento sustentável, com forte ligação com a questão ambiental, tanto para o Acre como para a Amazônia. No seu Estado, Viana foi responsável por ações de manejo e uso sustentável dos recursos florestais. Tem ligação forte e histórica com o ex-presidente Lula. É vice-líder do Governo Dilma no Senado e transita bem entre os líderes da oposição (DEM e PSDB). Foi escolhido relator do Código Florestal, já aprovado na Câmara dos Deputados. Autor e presidente da Comissão para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, também sugeriu a criação de comissão temporária externa para averiguar a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira. Em sua participação na Comissão da Reforma Política, defendeu que, na legislação eleitoral, seja definido um valor máximo de gastos de campanha por candidato bem como a criação de mecanismos para assegurar que sejam eleitos os candidatos mais votados dos partidos que não atingiram o quociente eleitoral. Destaca-se como articulador.*



#### ● José Agripino - DEM/RN

*Senador, 4º mandato, potiguar, engenheiro civil e empresário. De família tradicional no Estado, é uma das maiores lideranças políticas do Rio Grande do Norte. Prefeito de Natal (1979-82) e duas vezes governador do Estado (1983-86 e 1991-94), ganhou projeção nacional no Senado como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão Mista que elaborou o Código de Defesa do Consumidor e também como líder partidário. É um dos fundadores do PFL, atual DEM. Foi um dos principais críticos do Governo Lula no Congresso. Na gestão da presidente Dilma, permanece combativo na oposição ao Governo. Compõe, pela 12ª vez, desde o ano de 2000, a relação dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Excelente articulador e negociador, destaca-se como debatedor.*



#### ● JOSÉ PIMENTEL - PT/CE

*Senador, 1º mandato, piauiense, advogado e bancário. Foi ministro da Previdência no Governo Lula (2008 a 2010). Vinculado ao movimento sindical, foi diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, secretário-geral da CUT regional, fundador do PT do Ceará e secretário nacional de Finanças do PT. É referência na bancada em matérias previdenciárias, financeiras e tributárias. Vice-líder do Governo no Congresso Nacional, atua também como vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional. Com a experiência de relator-adjunto da lei complementar dos fundos de pensão das estatais, foi designado relator da Reforma da Previdência do Governo Lula e relator do Orçamento-Geral da União de 2008. É uma liderança no fortalecimento das micro e pequenas empresas, tendo trabalhado pela aprovação do Simples Nacional (LC 123/2006) e da nova legislação que criou o Empreendedor Individual (LC 128/2008). É vice-presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa. Pimentel é um parlamentar com grande prestígio junto ao núcleo central do Governo Dilma. Bom negociador, articulador e debatedor, destaca-se como formulador. Está, pela sétima vez (2002 a 2007 e 2010), na relação dos "Cabeças" do Congresso Nacional.*





## Os "Cabeças" do Congresso Nacional

Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes

# 2011



Série Os Cabeças do Congresso Nacional – Ano XVIII – 2011

## O Que é **O DIAP**

**O DIAP** - Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar – foi fundado em 1983 para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, como canal das principais reivindicações do movimento sindical.

As atividades principais da instituição são: monitorar propostas legislativas e pronunciamentos parlamentares de interesse da sociedade e dos trabalhadores; elaborar pareceres e estudos para as entidades filiadas; promover pesquisas de opinião com o objetivo de antecipar o pensamento do Congresso em relação a assuntos de interesse dos trabalhadores; mapear os atores-chave no Congresso; produzir estudos e análise política; e organizar base de dados com os resultados das votações.

A série "Os Cabeças" do Congresso Nacional publicada pelo DIAP está em sua 18ª edição e surgiu da necessidade de mapear, com base em critérios objetivos, os deputados e senadores que conduzem o processo legislativo.

A publicação de 2011 inclui o senador Jorge Viana entre os cem parlamentares mais influentes do ano, com base em pesquisa feita em parceria com a ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.





Senado Federal

**Publicação e distribuição sob responsabilidade  
do Gabinete do Senador Jorge Viana**

Senado Federal - Anexo II  
Ala senador Ruy Carneiro, Gabinete 1  
CEP 70165-900 - Brasília DF  
Fone: (61) 3303-6366  
Fax: (61) 3303-6374

Gabinete no Acre  
Rua Rui Barbosa, 435, sala 204  
CEP 6900-120 - Rio Branco-AC  
Fone: (68) 3223-1372  
e-mail: [jorgeviana.acre@senador.gov.br](mailto:jorgeviana.acre@senador.gov.br)

**Impresso na Grafica do Senado Federal**







REPÚBLICA REPUBLICANA

15 de Novembro de 1889



RESERVA LEGAL  
DEFESA CI  
IDADES DE  
NSERV  
OLIGAÇÕES ECONO  
FOTO ELEIÇÕES  
PROPORCIONAL  
COMISSÃO DE MEIO A  
ÁUSULA  
L



Senado Federal